



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA– PROPGPQ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PROPGEO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:

RURALIDADES NA PERIFERIA OESTE DE FORTALEZA: PAISAGENS,
LUGARES E PRÁTICAS RURAIS NO COTIDIANO DA METRÓPOLE.

Mestrando: Argeu Souza Rodrigues
Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora

Fortaleza – Ceará
MAIO DE 2012

Argeu Souza Rodrigues

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RURALIDADES NA PERIFERIA OESTE DE FORTALEZA: PAISAGENS,
LUGARES E PRÁTICAS RURAIS NO COTIDIANO DA METRÓPOLE

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Ciências e de Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre – área de concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de Territórios de Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora.

Fortaleza – Ceará
MAIO DE 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho
Bibliotecário Responsável – Francisco Welton Silva Rios - CRB-3/919

R696r Rodrigues, Argeu Souza
Ruralidades na periferia oeste de Fortaleza: paisagens, lugares e práticas rurais no cotidiano da metrópole / Argeu Souza Rodrigues. — 2012.
CD-ROM. 139 f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)”.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de Territórios de Regiões Semiáridas e Litorâneas.
Orientação: Profa. Dra. Zenilde Báima Amora.

1. Geografia urbana – paisagens, lugares – Fortaleza (CE). 2. Práticas rurais. 2. Ruralidades. 3. Urbano. 4. Circuito espacial. I. Título.
CDD: 910



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UECE- ProPGeo



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome da Dissertação: "Ruralidades na Periferia Oeste de Fortaleza: Paisagens, Lugares e práticas rurais no cotidiano da Metrópole".

Data da Defesa: 22/05/2012

Nome do Autor: Argeu Souza Rodrigues

Nome da Orientadora: Prof^a. Dr^a Zenilde Baima Amora (Orientadora)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de Territórios de Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:

Zenilde Baima Amora

Prof^a. Dr^a Zenilde Baima Amora
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Antônia Neide Costa Santana

Prof^a. Dr^a Antônia Neide Costa Santana
Universidade Vale do Acaraú - UVA

Denise Cristina Bomtempo

Prof^a. Dr^a Denise Cristina Bomtempo
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidades “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, (...). Aqui ou ali as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se esconde sob o “tecido urbano”.

(LEFEBVRE, 2001, p.19)

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*), à minha mãe e irmãos;
aos trabalhadores rurais na cidade que sobrevivem reinventando a vida
no cotidiano urbano periférico de Fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha instigante e peculiar família, base de minha formação como pessoa humana. Aos meus pais, que mesmo tendo impedido o desejo de um teimoso e pouco talentoso jovem de ser músico, fazendo-me seguir outro caminho, então me encontrei na Geografia. E, aos meus irmãos, sobretudo, Gledson e Wilton, que me incentivaram a seguir nos estudos, dando o apoio fraternal necessário.

Às mulheres mais importantes de minha vida: minha mãe, trabalhadora, inteligente, firme e decidida; a minha esposa, mulher que a feliz coincidência do acaso da vida trouxe para mim; e minha orientadora, pessoa com a qual tenho aprendido a fazer Geografia. Profissional dedicada e pessoa humana e, que em razão de sua experiência de vida, compreende a singularidade de cada pessoa, cobrando e propiciando autonomia, requisitos fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa.

Sabe-se que a pesquisa é uma construção coletiva e muitos são os sujeitos que participam do desafio da produção do conhecimento. Assim, torna-se difícil mencionar todos os nomes que foram importantes no desenvolvimento da investigação, sem cair na falha do esquecimento. Mesmo assim, agradeço em primeiro lugar, à professora Glauciana, pela amizade, apoio e disponibilidade que tem contribuído desde a gestação inicial do projeto de pesquisa até os momentos finais da escrita.

Ao professor Doutor José Levi Furtado, pela amistosa conversa quando apresentei o tema da pesquisa, falando-me que fora uma temática de pesquisa iniciada e não concluída, mostrando-me um caminho possível de ser trilhado e me incentivando a prosseguir; e às professoras Doutoras Maria do Céu e Clélia Lustosa, pela preciosa sugestão bibliográfica.

Ao professor Doutor Geovane Jacó (Gil) pela amizade, às professoras Doutoras Adelita Carleial e Virginia Célia pelas contribuições e conversas encorajadoras.. E, às professoras Doutoras Antonia Neide Costa Santana e Denise Bomtempo pelas preciosas contribuições no momento da qualificação.

Aos trabalhadores que praticam as atividades rurais na cidade, sujeitos que em seu cotidiano recriam a vida, cuja convivência me fez enxergar Fortaleza com outros olhos. Aos depoimentos, conversas esclarecedoras e

gentilezas, especialmente, aos senhore(a)s: Sampaio, Antonio José, Edmar, João, José Antônio, Adriano, Ferreira, Alex, Maria, Gilmara, Carlos, Nunes e Arturo.

Aos caros colegas de convivência na Universidade, que propiciaram bons momentos de sociabilidade, de socialização de conhecimento e instigantes questionamentos sobre a vida e o pensamento na sociedade, na universidade e na Ciência Geográfica. Dentre eles pinço: Átila, Rodrigo ("Mossoró"), Priscila, Camila, Eider, Jucier, João Vitor, Cristiane, Andreison e Rodrigo. Aos colegas do LEURC: Cristiane, Luiz Antônio, Leonardo, Raquel, William; e da turma do mestrado de 2010, especialmente, Iaponan, Roberto Antero, Ir. Odete, Rodrigo.

Por fim, a todos os que contribuíram, direta e indiretamente, com a pesquisa, o meu muito obrigado.

RESUMO

Trata da permanência das práticas rurais, sobretudo a bovinocultura e o cultivo de hortaliças na porção oeste do espaço urbano de Fortaleza. A população migrante, oriunda do interior do Ceará, que chega à capital traz implicações na constituição do espaço urbano, contribuindo para o adensamento populacional, expansão da malha urbana e formação de bairros periféricos. O migrante, ao mesmo tempo em que procura se adaptar à vida na cidade, traz consigo hábitos e costumes rurais, ou seja, o modo de viver no campo, reproduzindo-o na cidade e gerando conflitos e convivência entre rural e urbano. Surgem, assim, 'ilhas de ruralidades' na Metrópole que permanecem nos interstícios de sua malha urbana. Na pesquisa, constata-se uma peculiaridade em relação à localização destas atividades agropecuárias que seguem a lógica do sítio urbano. As vacarias seguem o caminho dos rios (rio Maranguapinho) enquanto as hortas são cultivadas em terrenos arenosos do tabuleiro litorâneo (interflúvios). Objetivou-se com a pesquisa compreender como ocorre a permanência das ruralidades no meio urbano privilegiando-se questões mais relacionadas aos aspectos socioespaciais, tendo como foco principal a produção, comercialização e consumo do leite *in natura* e de hortaliças, sem, contudo, se desprezar as questões culturais, a exemplo as práticas de sociabilidades tais como: cadeiras nas calçadas, compras em cadernetas, relações informais entre leiteiro, verdureiros e seus clientes. Os conceitos de ruralidade, urbano, paisagem, lugar e de circuito espacial da produção foram utilizados como categorias básicas no entendimento da conjunção de problemas proposto. A pesquisa de campo foi fundamental para a feitura desta dissertação, que usou também como recurso metodológico a etnometodologia, especialmente nas etapas concernentes à observação, à tomada de depoimentos, entrevistas e conversas informais. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as práticas rurais permanecem na cidade, sendo reproduzidas, especialmente, por meio da população oriunda de fora da capital do Estado, residente nos bairros periféricos de Fortaleza, e que passa a ser produtora, revendedora e consumidora do leite *in natura* e de hortaliças, formando um circuito inferior destes produtos.

Palavras Chave: Práticas rurais. Ruralidade, Urbano, Circuito Espacial.

RÉSUMÉ

Ce travail traite de la permanence des pratiques rurales, et par-dessus tout, l'élevage bovin et la culture de légumes dans la partie à l'ouest de l'espace urbain de Fortaleza. La population migrante, originaire de l'intérieur de l'État du Ceará, qui arrive en ville, apporte des implications dans la constitution de l'espace urbain, contribuant ainsi par sa densité, l'expansion de la maille urbaine et la formation de voisinages périphériques. Le migrant, tout en essayant de s'adapter à la vie en ville, apporte avec lui des habitudes et des coutumes rurales, autrement dit, la façon de vivre dans le village, le reproduisant en ville et créant des conflits de coexistence entre les milieux rural et urbain. Ils apparaissent ainsi, 'les îles de ruralités' dans la Métropole qui restent dans les interstices de sa maille urbaine. Dans notre recherche, une particularité a été vérifiée par rapport à l'emplacement de ces activités agricoles qui suivent la logique du site urbain. Les laiteries suivent le chemin des rivières (rivière Maranguapinho) tandis que les potagers sont cultivés dans les terres sablonneuses côtières (interfluves). L'objectif de la recherche a été de comprendre comment fonctionne la permanence des ruralités en milieu urbain, favorisant les sujets plutôt lié aux aspects socio-spatiales, en se concentrant sur l'enseignement primaire, la production, la commercialisation et la consommation du lait *in natura* et de légumes, sans oublier les questions culturelles, comme les pratiques de socialisations, comme: les chaises sur les trottoirs, des achats avec blocs-notes, des relations informelles parmi des laitiers, bac à légumes et leurs clients. Les concepts de milieu rural, urbain, paysage, l'endroit et le circuit spatial de la production ont été utilisés comme des catégories de base dans la compréhension de la problématique proposée. La recherche de terrain a été fondamentale pour la construction de cette dissertation qui a aussi utilisé comme ressource méthodologique l'ethnométhodologie, particulièrement durant les étapes d'observation, la prise de dépositions, l'accomplissement d'interviews et des conversations informelles. Les résultats de la recherche ont montré que les pratiques rurales restent dans la ville, étant particulièrement reproduites par la population provenant de l'intérieur de l'Etat, résident dans les voisinages périphériques de Fortaleza et qui devient producteur, revendeur et consommateur du lait *in natura* et de légumes, formant un marché urbain périphérique de ces produits.

Mots-clés: pratiques rurales, la ruralité, l'urbain, circuit spatial.

LISTA DE MAPAS

	Páginas
01 Fortaleza e as Secretarias Executivas Regionais.....	75
02 Localização das Atividades Rurais Seguindo o Caminho dos Rios.....	79
03 Circuito Produtivo do Leite	101
04 Circuito Produtivo das Hortaliças	113

LISTA DE FIGURAS

		Páginas
01	Muro da vacaria no bairro Henrique Jorge	26
02	Interior da vacaria no bairro Henrique Jorge	26
03	Local de criação de gado no bairro Vila Velha	27
04	Local de criação de gado no Mondubim	27
05	Transporte do capim feito em carroça	30
06	Trabalhador enchendo o recipiente com alimento para os animais	30
07	Trabalhador praticando a ordenha manual	30
08	Trabalhador limpando o estábulo	30
09	Morador comprando leite <i>in natura</i> em uma vacaria no bairro Henrique Jorge	31
10	Vendedor de leite <i>in natura</i> no bairro Henrique Jorge	31
11	Vendedor de leite <i>in natura</i> no bairro Vila Velha	31
12	Horta no bairro Vila Velha	34
13	Horta no bairro Jardim Iracema	35
14	Vendedor ambulante de verduras	37
15	Trabalhador fazendo a ordenha manual em uma vacaria no bairro Dom Lustos..	87
16	Recipiente para armazenamento do leite	87
17	Vacaria com ordenha mecânica no bairro Granja Lisboa	88
18	Comércio que revende Leite <i>in natura</i> e outros produtos típicos do campo no bairro Dom Lustosa.....	97
19	Comércio que revende leite <i>in natura</i> no bairro Henrique Jorge.....	97
20	Leiteiro utilizando uma motocicleta para a entrega do <i>leite in natura</i>	98
21	Leiteiro utilizando uma bicicleta para entrega do leite <i>in natura</i> no bairro Bela Vista.....	98
22	Horta no bairro Jardim Iracema e o trabalho manual na aguação das hortaliças	104
23	Horta no bairro Itaperi que utiliza microaspersores na irrigação das hortaliças	104
24	Verdureiros no momento da compra de hortaliças em uma horta no bairro Itaperi	107
25	Vendedora de hortaliças utilizando como transporte um carro de mão.....	108
26	Vendedor de hortaliças utilizando como transporte um carro de mão	108

27	Vendedor de hortaliças que utiliza transporte improvisado para a comercialização dos produtos agrícolas.....	109
28	Vendedor de hortaliças em mercearias	110
29	Vendedor de hortaliças em frigoríficos	110
30	Vendedor de hortaliças que vende, de residência em residência, utilizando-se de um chocalho para anunciar a venda de seu produto	111

LISTA DE TABELAS

	Páginas
01 Atividades agrícolas em Fortaleza	78
02 Relatório de vacinação de bovinos (s) contra a doença aftosa-campanha de vacinação	118
03 Número de denúncias obtidas e fiscalizações realizadas pelo Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza	120

LISTA DE QUADROS

	Páginas
01 Elementos e características dos circuitos da economia urbana	84
02 Quantidade e tamanho dos terrenos das vacarias	90
03 Economia das unidades produtivas	91

SUMÁRIO	Páginas
1. INTRODUÇÃO	14
2. AS PRÁTICAS RURAIS NA PERIFERIA OESTE DE FORTALEZA: OUTRA FACETA NA PRODUÇÃO DO URBANO.....	23
2.1. A Permanência de Ruralidades em Fortaleza	24
2.1.1. As Vacarias na Paisagem Urbana.....	25
2.1.2. O Cultivo de Hortas e a Criação de Pequenos Animais	33
2.1.3. As Práticas Cotidianas e as Sociabilidades com Traços Rurais.....	38
2.2. A Paisagem como Materialidade.....	41
2.3. Lugar e Práticas Rurais no Cotidiano da Metrópole	49
3. RURALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA.....	54
3.1. Discutindo o Conceito de Ruralidade.....	54
3.2 O Rural na Constituição do Espaço Urbano.....	65
3.3. Os Migrantes e a Periferização da Cidade.....	70
3.4. A Periferia Oeste de Fortaleza e as Práticas Rurais.....	74
4. AS RURALIDADES E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO: CONFLITOS, CONVIVÊNCIAS E CONVÊNCIAS.....	80
4.1. As Atividades Rurais e seus Circuitos Espaciais da Produção.....	80
4.2. A Bovinocultura e seu Circuito Produtivo.....	85
4.3. O Circuito Produtivo do Cultivo de Hortaliças.....	102
4.4. As Relações com o Urbano: conflitos, convivências e convivência	114
5, CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
APÊNDICE	137

1. INTRODUÇÃO

Um livro (*nossa dissertação*) é como uma casa. (...) suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais (...), servem solenemente para dizer ao leitor o que se diz normalmente a uma visita de consideração. Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem intencionado (...) que vá ficando à vontade e desculpe alguma coisa... (ROBERTO DA MATTA, 1991).

Antes de apresentarmos a trajetória de nossa pesquisa de mestrado quanto aos objetivos, procedimentos metodológicos, bibliográfica consultada, etc, consideramos pertinente discorrer de modo sucinto sobre o que nos motivou a escolher o tema. Elegemos uma problemática de pesquisa pouco estudada, ou seja, as ruralidades no espaço urbano de Fortaleza.

O interesse em estudar as ruralidades na paisagem urbana de uma metrópole como Fortaleza foi gestado com base em nossa vivência, como morador do bairro Henrique Jorge, localizado em sua periferia oeste. O hábito familiar do consumo do leite *in natura*, adquirido em vacarias do próprio bairro, vivências que faziam parte de nossa memória, tornou-se um elemento subjetivo que contribuiu na realização da pesquisa, despertando-nos para a busca do entendimento deste fenômeno.

Não foi, todavia, somente esta vivência, ou ainda o meramente aparente e/ou o empírico que nos conduziu ao encaminhamento de explicações mais plausíveis para o que parecia ser um fato corriqueiro na periferia da quinta metrópole brasileira com uma população de 2.452.185 milhões de habitantes (IBGE, 2010), cujo crescimento se deu de forma muito rápido segundo relata Souza (2009), Silva (1992, 2009) e com fortes traços de ruralidades (COSTA, 1999). O acesso à universidade, mais especificamente, ao curso de Geografia, quando tivemos a oportunidade de conhecer categorias e conceitos pertinentes à Ciência Geográfica como paisagem, espaço urbano e rural e lugar foi fundamental para que estabelecêssemos o elo entre a realidade empírica e a explicação teórica. Em nossas pesquisas na biblioteca

da Universidade Estadual do Ceará -UECE, descobrimos o artigo da Professora Doralice Sátiro Maia, versando sobre hábitos rurais na vida urbana¹. Sua leitura remeteu- nos a comparações e indagações sobre o que vínhamos observando no bairro Henrique Jorge, em Fortaleza.

Vale ressaltar que, mesmo antes de ingressarmos no mestrado, tivemos a oportunidade de conhecer as professoras Zenilde Baima Amora, que depois se tornou nossa orientadora, e Claudia Magalhães Granjeiro, estabelecendo com elas conversas amistosas e instigantes sobre pretensões de desenvolvermos um estudo que desse conta dessa convivência urbana/rural que, naquele momento, soava em nosso entendimento como uma contradição. Ademais, não era apenas a bovinocultura que nos instigava. Também chamava a nossa atenção a presença de outros traços rurais na paisagem, como a criação de animais (aves, suínos e caprinos) nos quintais de algumas residências, além de hortas, sobretudo, de sua porção periférica da cidade, em pleno século XXI em meio à agitação própria do ambiente urbano. Tudo isso, aguçava mais ainda a nossa curiosidade no sentido de entendermos a existência de práticas próprias do campo no seio de uma cidade do porte de Fortaleza.

Nossa admissão ao curso de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia PROPGEO-UECE, em 2010, propiciou a oportunidade que pretendíamos para o desenvolvimento de uma pesquisa que tratasse das ruralidades no espaço urbano, com base na realidade vivenciada, observada e agora, transformada em dissertação de mestrado.

estabelecemos nosso objeto de estudo considerando estas atividades de natureza econômica, sobretudo, a bovinicultura e o cultivo de hortaliças. Incluímos, ainda, neste misto de ruralidades, no meio urbano, as práticas cotidianas mais vinculadas à cultura, como o sentar-se nas calçadas no fim de tarde e início de noite, a natureza dos produtos expostos nas mercearias (bodegas); a compra fiado nesses estabelecimentos (anotadas em

¹ MAIA, Doralice Sátiro. Hábitos Rurais em Vidas Urbanas In: O Espaço no fim do século: a nova raridade Damiani, Amélia Luísa; Carlos, Ana Fani Alessandri; Seabra, Odette Carvalho de Lima (Org.), São Paulo: Contexto 1999.

cadernetas)- hábitos estes ainda muito presentes na periferia da Capital cearense.

A observação foi nosso ponto de partida bem como a experiência acumulada em nosso cotidiano, tanto em relação àquela concernente a vivência e memória quanto aos conhecimentos teóricos adquiridos, conduzindo-nos à problematização do objeto com base em questões norteadoras: sendo Fortaleza uma metrópole e que não exhibe em sua divisão administrativa espaços rurais, o que explica a existência dessas ruralidades? Quem são os sujeitos envolvidos nas atividades rurais? Como acontece a reprodução das práticas rurais no espaço urbano? Seriam esses subespaços rurais (MAIA, 1994)? Ou espaços híbridos (LIMA, 2008)? Como são produzidos, comercializados e consumidos os produtos da pecuária e do cultivo de hortaliças em Fortaleza? Quais as suas características principais, ou seja, por que e como permanecem estas práticas rurais na cidade? Como sucede a convivência da população dos bairros da porção Oeste de Fortaleza com a permanência destas atividades, tendo em vista as normas urbanas (legislação, plano diretor) que as proíbem? Há conflitos?

Ressaltamos que, em nossos procedimentos metodológicos, lançamos mão da etnometodologia², também utilizada pela Geografia como técnica de observação e ferramenta do trabalho de campo. A etnometodologia constitui metodologia de pesquisa que privilegia o entendimento oposto à explicação, tendo como preocupação central compreender as atividades práticas realizadas pelos sujeitos em seu cotidiano (GUESSER, 2003). Mesmo sendo esta uma prática mais comum na Antropologia, foi muito utilizada pela Geografia clássica e também recuperada nos estudos geográficos contemporâneos, principalmente em abordagens voltadas para a cultura e a Geografia agrária³.

Assim, lançamos mão da técnica de observação (não) participante (na fase exploratória de campo) nos contatos iniciais com o objeto de estudo,

² Para maiores esclarecimentos sobre a etnometodologia consultar autores como: Cicouruel(1980); Minayo (2004, 2008), Freitas(2010) e Malinowski(1997).

³ Como exemplo mais recente de abordagens qualitativas nos estudos geográficos, ver uma coletânea de textos organizados pelos pesquisadores Ramirez e Pessoa (2009) .

de acordo com a especificidade da atividade e da concordância dos sujeitos com a nossa presença. Os depoimentos e relatos foram obtidos por meio de conversas informais com os sujeitos que reproduzem as práticas de ruralidades e, ainda, com funcionários representantes de instituições públicas que legislam sobre o espaço urbano. Para o registro das informações utilizamos um diário de campo e fizemos emprego do gravador de voz na coleta dos dados dos entrevistados.

Em nossos procedimentos metodológicos apoiamo-nos em Cândido (2001) que ressalta a importância do método na elaboração da pesquisa e, sobretudo, em Maia (1994, 2010) que tratou da presença das atividades rurais em João Pessoa-Paraíba, no caso, as vacarias. A autora partiu da observação da paisagem urbana detectando a presença de vendedores de leite *in natura* nos bairros da Capital paraibana, quando observou que os animais pastavam pelas ruas da cidade. No caso de João Pessoa, as vacarias acompanhavam os vales dos rios, nas bordas da cidade, utilizando-se dos chamados vazios urbanos. Em sua pesquisa, Maia (2010) não somente localiza os currais como também analisa a produção e a reprodução da atividade criatória no meio urbano e as razões da sua permanência e transformação, o que denominou de costume rural na cidade e nós de práticas rurais.

De Início, limitamos nosso objeto de pesquisa ao estudo das vacarias e nosso recorte analítico ao bairro Henrique Jorge. Com os primeiros contatos com o empírico, no entanto, mais especificamente, com a realização das primeiras visitas ao campo, percebemos a existência desta prática rural em outros bairros periféricos, próximos ao Henrique Jorge, localizados na porção oeste de Fortaleza. Notamos que as atividades rurais situavam-se na área de influência do rio Maranguapinho, que passou a ser o nosso recorte espacial de análise, incluindo-se, com efeito, os bairros localizados próximos ao rio: Cristo Redentor, Barra do Ceará, Vila Velha, Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Quintino Cunha, Antonio Bezerra, Dom Lustosa, Genibaú, Granja Lisboa, Mondubim, além do já citado Henrique Jorge. Em nosso percurso, chegamos ainda a adentrar outra bacia urbana, a do rio Cocó, consideramos os bairros:

Planalto Airton Senna, Prefeito José Walter, Parque Dois Irmãos e Itaperi, que passaram também a fazer parte do recorte espacial de análise.

No decorrer da pesquisa de campo e, ao tentarmos mapear as vacarias da cidade deparamos a presença de outras atividades rurais, como criação de pequenos animais (suínos, caprinos, aves) e cultivo de hortaliças. Foi contudo, a presença marcante das hortas que mais nos chamou a atenção. A realidade empírica nos mostrou maior riqueza, levando-nos a ampliar o problema de estudo, com a inclusão do cultivo de hortaliças em nossa pesquisa. O objeto foi, portanto, sendo constituído e delimitado ao longo da pesquisa, sobretudo, no trabalho de campo⁴ e com o diálogo com a orientadora. Optamos por investigar a bovinocultura e o cultivo de hortaliças haja vista o maior peso econômico, cultural e simbólico destas atividades

Na fase exploratória de campo, e por meio de conversas informais com os criadores de gado, constatamos a existência de outras vacarias à medida que os proprietários de gado, que em sua maioria se conhecem, iam informando a existência de outras vacarias. Interessante é que além de se conhecerem, esses criadores realizam intercâmbio comercial, negociando rações e animais entre eles. É comum ainda se encontrarem nas vacarias em momentos de lazer para conversar e também em corridas de cavalos, realizadas de modo improvisado nos bairros da periferia oeste de Fortaleza.

Assim, por meio de informações e na percepção da paisagem com seus traços (visuais, sons e cheiros) identificamos a presença das vacarias e consequentemente pudemos mapear estes estabelecimento que se ocupam de atividades rurais.

Com a ida a campo notamos que as vacarias se localizam nas proximidades dos corpos hídricos, seguindo o caminho do rios, enquanto as hortas se desenvolvem em terrenos arenosos e distanciados dos corpos hídricos. Desse modo, estendemos a área de estudo à proporção que incluímos a atividade de cultivo de hortaliças. Enquanto as vacarias seguem o

⁴ Sobre esta perspectiva de método da elaboração do objeto ao longo da trajetória de pesquisa ver o excelente trabalho de Candido (2001), ao pesquisar os meios de vida (cultura) cabocla no Estado de São Paulo.

caminho dos rios como uma referência espacial de localização, as hortas distanciam-se das margens dos rios, localizando-se nos vazios urbanos, ou seja, em terrenos desocupados, ou ainda em quintais de residências que persistem nas áreas mais afastadas de Fortaleza.

À medida que a pesquisa avançava fomos identificando a presença dos sujeitos e suas práticas. Inicialmente, houve o momento da observação distanciada, para o mapeamento, e depois para o aprofundamento da investigação com os contatos iniciais, visando à observação da rotina diária dos sujeitos praticantes das ruralidades. Nestes momentos, obtivemos dados mais qualitativos por meio de entrevistas, conversas informais e depoimentos que dependendo do entrevistado duravam alguns minutos ou algumas horas. Em diversas situações, decidimos retornar para continuar a conversa e obter maiores esclarecimentos do funcionamento e das nuances da atividade analisada. Optamos por fazer um acompanhamento do funcionamento da rotina de trabalho de um estabelecimento pecuário (vacaria), localizado no bairro Henrique Jorge, e de uma horta no Itaperi. Esta etapa de pesquisa, que constou do acompanhamento destes dois estabelecimentos, consumiu dois meses de trabalho, entre idas e vindas ao campo. Neste percurso, utilizamos recursos como registros de áudio, fotografias e anotações pessoais.

Vale ressaltar que, apesar da receptividade, encontramos uma certa resistência em nossa pesquisa de campo, sobretudo por parte de alguns trabalhadores da bovinocultura pelo fato de ser esta uma atividade considerada ilegal. Foi quando percebem a existência de conflitos com a vizinhança e a prática de denúncias que, em geral, ensejam uma maior fiscalização da vigilância sanitária. Identificamos, porém, o fato de que o contrário também ocorre, pois há vizinhos de vacarias que dispensam um tratamento amistoso e cordial aos seus proprietários.

Muitas vezes, obtínhamos a informação por meio de criadores que havíamos investigado e que indicavam a localização de outros praticantes da atividade. Também os agentes de endemias municipais que conheciam os lugares e os donos dos estabelecimentos pecuários foram informantes importantes para a descoberta de mais estabelecimentos.

Compondo a trama das ruralidades, além dos produtores de leite e hortaliças, destacam-se os revendedores dos produtos destas atividades- os leiteiros e verdureiros que transitam pelos bairros periféricos de Fortaleza, deixando marcas rurais. Para compreendermos o circuito produtivo de leite *in natura* e de hortaliças, conversamos com alguns revendedores, sobretudo aqueles mais solícitos com a pesquisa. Acompanhamos estes trabalhadores durante a revenda de seus produtos, anotando a rota das ruas por eles percorridas e conhecendo sua clientela (em residências e comércios). E, ainda, conversamos com seus clientes, apreendendo as relações que se estabelecem entre vendedores e consumidores.

Desta forma, seguimos a rotina diária de trabalho de dois leiteiros de uma vacaria no bairro Henrique Jorge e dois verdureiros que compram as hortaliças em uma horta no bairro Itaperi, desde o momento da compra dos produtos nas vacarias e nas hortas até seu último cliente, percorrendo o caminho até a chegada na residência dos leiteiros e verdureiros, momentos estes em que tivemos a oportunidade de interagir com eles.

Utilizamos como meios de transporte a bicicleta e a motocicleta, uma vez que estes veículos é que também são utilizados no trabalho de comercialização do leite *in natura* e hortaliças, tentando diminuir a violência simbólica e compreender melhor o cotidiano destes sujeitos. Assim, acompanhamos um leiteiro que costuma realizar a entrega do leite *in natura* ora usando a bicicleta, às vezes a motocicleta; e outro que só utiliza a bicicleta para comercialização do leite. No caso das hortaliças, a comercialização é feita por uma maior variedade de meios de transporte, entre os quais o carro de mão, um transporte improvisado, sob tração humana. Registramos apenas o percurso feito por um verdureiro que utilizava bicicleta e motocicleta por ser de maior expressividade tanto no uso quanto no volume comercializado.

Os trabalhadores rurais (LIMA, 2008) que praticam estas atividades agrícolas têm uma relação muito extensa com o campo, sendo, em sua maioria, pessoas oriundas do meio rural que, ao chegarem à cidade trouxeram consigo suas vivências, hábitos e costumes. Por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho urbano, eles passaram a buscar outras formas de

sobrevivência, reproduzindo práticas rurais na cidade. E, ainda, mesmo alguns trabalhadores que exercem uma atividade urbana, também praticam uma atividade rural como complemento de renda e/ou por gostarem das práticas rurais. Para Maia (1994), estes sujeitos praticam atividades rurais na cidade por necessidade e por desejo. Já Lima (2008) considera que é tanto para auxiliar na renda familiar como apenas por 'gosto'.

Concordamos com Carlos (2008) na idéia de que a produção do espaço urbano pode ser compreendida, inicialmente, por meio da manifestação dos fenômenos em sua aparência, que se expressa na forma fenomênica, logo percebida na paisagem, mas cujo conteúdo está na organização da sociedade. Para a citada autora, o estudo do espaço urbano pode ser mediado pelas formas aparentes do fenômeno, ou seja, pode-se buscar apreender as relações sociais que produzem e reproduzem o espaço com suporte na análise da paisagem urbana. Corroborando esta asserção, elegemos os conceitos de paisagem, lugar e ruralidade como sendo chaves para o entendimento da permanência da prática das atividades rurais, sobretudo a bovinocultura e o cultivo de hortaliças, no espaço urbano de Fortaleza. Optamos pelo conceito de paisagem pelo fato de este propiciar a descrição e a percepção dos fenômenos relativos às atividades agropecuárias no espaço urbano. E, ainda, o conceito de lugar por possibilitar a apreensão das especificidades no que concerne às práticas e vivências dos trabalhadores no cotidiano da cidade, e, neste caso, que exercem atividades rurais no espaço urbano de Fortaleza.

Esta foi, portanto, nossa inquietação, qual seja, a de compreender a produção do espaço que, segundo Lefebvre (2006), é produzido socialmente, e é, portanto, condição e meio de reprodução das relações sociais. Efetivamente, cada sociedade possui suas particularidades, produzindo o espaço específico com origem na prática social vivida no cotidiano. Desse modo, objetivamos compreender a produção do espaço urbano de Fortaleza, considerando-se as práticas sociais dos trabalhadores que desenvolvem atividades agropecuárias, portanto, ruralidades que coexistem no espaço e tempo da Metrópole. Em específico, tencionamos: identificar os sujeitos e relações envolvidas nas atividades agropecuárias; os circuitos de produção, comercialização e consumo

dos produtos provenientes destas atividades agropecuárias; a existência de possíveis conflitos, convivências e conivências no uso do solo urbano por estas atividades e, ainda, apreender as formas de sociabilidade vinculadas por nós ao objeto da pesquisa.

Esta dissertação foi organizada em cinco capítulos. No segundo capítulo, logo após a introdução- que é o primeiro - caracterizamos as práticas rurais, evidenciando suas marcas no espaço da cidade de Fortaleza. Cobre, ainda, a discussão que fundamenta nosso arcabouço teórico-metodológico sobre o conceito de paisagem, enfatizando as formas como são expressos os fenômenos na realidade e apontando para o conteúdo social que dela emanam, em um jogo que esconde e revela o conteúdo das ruralidades materializadas na cidade. Também aborda o conceito de lugar, na perspectiva da compreensão teórica da particularidade do espaço urbano com a permanência das práticas rurais vivenciadas no cotidiano dos moradores da metrópole Fortaleza.

No terceiro segmento, detalhamos as atividades rurais praticadas no espaço urbano da capital cearense, destacando, ainda, os hábitos e costumes rurais na constituição da cidade. Trata sobre a migração dos trabalhadores do interior do Ceará para Fortaleza como um elo de explicação das permanências e práticas de ruralidades no espaço urbano contemporâneo da Metrópole, lócus do estudo.

No quarto módulo discorremos sobre a permanência da bovinocultura e o cultivo de hortaliças (ruralidades) na cidade por um viés mais econômico, utilizando-se da abordagem dos circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1986; SANTOS e SILVEIRA, 2001) quando pudemos compreender as especificidades econômicas e culturais do processo produtivo do leite e das hortaliças e suas permanências no cotidiano de uma grande cidade como Fortaleza. Também foram abordadas as convivências, conivências e conflitos como forma de compreender o uso do espaço e tempo da Metrópole.

2. AS PRÁTICAS RURAIS NA PERIFERIA OESTE DE FORTALEZA: OUTRA FACETA NA PRODUÇÃO DO URBANO

Paisagem de interior

(...)

*bodega com surtimento
poeira no pé de vento
ciscador corda e enxada
na mão do agricultor.
Mastruz e erva-cidreira
um chiado de porteira
um canário cantador.*

bode véio de barbicha
um vaqueiro aboiador
bodegueiro adormecido.
cacarejo de galinha
casa de taipa e latada
novilha dando mijada
na calçada do doutor
toalha no quarador
um terreiro bem varrido
um cabritinho que berra

uma manteiga da terra
(...)

***isso é cagado e cuspidor
paisagem de interior***

Jessier Quirino

O espaço urbano é comumente retratado com apóio em uma imagem relacionada às características próprias de um mundo moderno urbano-industrial. Quando pensamos em uma metrópole, logo nos remetemos à visualização de um cenário com aglomerado de pessoas, casas, prédios, ruas movimentadas pela dinâmica dos automotores e inércia dos congestionamentos; pessoas apressadas deslocando-se massivamente rumo a seus compromissos laboriosos, em meio a espaços de comércio, lazer e cultura. A cidade é um lugar que desperta encantamento, além de ser um local com oportunidades de melhoria de vida, sobretudo para o homem do campo.

Esta imagem, entretanto, criada sobre as cidades esconde outras facetas, dentre elas a manutenção de espaços rurais. Observa-se em Fortaleza, sobretudo em seus bairros periféricos, a presença de traços rurais baseadas em práticas e sociabilidades típicas do campo, reproduzidas na cidade, tais como a criação de bovinos, aves e pequenos animais; bem como o cultivo de hortas, dentre outras atividades que imprimem marcas rurais na sua paisagem urbana.

O objetivo deste capítulo é abordar a permanência das práticas rurais no espaço urbano, com suporte na análise da paisagem, tendo como recorte espacial os bairros periféricos da porção oeste de Fortaleza (Mapa 01). O mencionado recorte justifica-se tendo em vista nossa vivência no bairro

Henrique Jorge, bem como nossas reflexões teóricas que nos despertaram para o estudo destas práticas na perspectiva geográfica.

2.1. A Permanência de Ruralidades em Fortaleza

Historicamente as práticas agropecuárias fazem parte socioeconomicamente do setor primário e, mediante um processo de divisão territorial do trabalho, estão localizadas no campo, produzindo um espaço rural. Encontramos ainda na atualidade, porém, a presença de vacarias e hortas, atividades características do campo, em muitos bairros periféricos da metrópole Fortaleza, sobretudo em sua porção oeste. Tais atividades compreendem a criação de gado, de aves e pequenos animais, bem como o cultivo de hortaliças, além do uso costumeiro de carroças para o transporte de materiais de construção, fretes, comercialização de produtos de consumo doméstico e até mesmo fazendo propaganda eleitoral, pelas ruas dos bairros que compõem esta porção da capital do Ceará.

A presença dessas “ruralidades” parece passar despercebida para a maioria das pessoas e também dos estudiosos da cidade de Fortaleza. São atividades que não notamos quando estamos vivendo um cotidiano laborioso de muitos afazeres, deslocando-nos pela Metrópole com a pressa costumeira de um tempo veloz da vida denominada moderna e perpassada pelo modo de vida urbano-industrial. Portanto, somente com visão mais atenta e penetrando mais o cotidiano dos bairros periféricos da cidade, é que percebemos a presença ainda forte destas ruralidades em sua paisagem urbana.

As atividades rurais permanecem, na maioria das vezes, escondidas na paisagem, no caso das vacarias, por trás de muros ou mesmo em quintais e terraços de algumas residências. De forma inesperada podemos enxergar a presença de algum bovino ou equino (mulas, cavalos) soltos nas ruas, como também o passar quase despercebido de um vendedor de leite *in natura*, carroças transitando pelas vias urbanas em meio ao trânsito intenso, disputando espaço com automóveis, bicicletas e pedestres.

É própria de qualquer metrópole a predominância dos ruídos de motores e buzinas, dos cheiros de fumaça saídos dos automóveis, do suor dos trabalhadores no movimento pendular laborioso pela cidade, dos sons de carros, caminhões, ônibus e motocicletas e, no caso de Fortaleza, também o barulho dos aviões, que diariamente cruzam o céu de sua área periférica, ao percorrerem a rota de aterrissagem. Tudo isto contrasta com a permanência de sons e odores característicos das atividades criatórias, principalmente do gado e de suínos, do mugido das vacas, do canto de aves domésticas da vizinhança, fazendo-nos lembrar características rurais que coexistem no seio da Metrópole.

2.1.1 As vacarias na Paisagem Urbana.

A criação de gado constitui uma das práticas rurais que mais se destaca na paisagem de bairros periféricos da porção oeste de Fortaleza. As vacarias localizam-se, em sua maioria, nas margens de corpos hídricos, como lagoas, riachos e, principalmente, em terrenos que margeiam o rio Maranguapinho e seus afluentes, que cortam esta fatia da cidade.

A atividade de bovinocultura, em Fortaleza, era outrora praticada com o gado criado à solta em seus arrabaldes e proximidades de corpos hídricos, que possuíam áreas propícias para o pasto. Com a expansão da cidade, materializada no crescimento da malha urbana⁵, o gado passou a ser confinado. A criação de gado ocorre, atualmente, por detrás de muros, em currais muitas vezes próximos ou ao longo de avenidas movimentadas, a exemplo de uma destacada vacaria localizada no bairro Henrique Jorge (Figuras 01 e 02).

⁵ Para aprofundamento sobre o tema do crescimento territorial da cidade de Fortaleza e a expansão da malha urbana, ver o livro *De cidade a Metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza*. Dantas, Eustógio Wanderley Correa; Silva, José Borzacchiello da Silva; Costa, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza:Edições UFC,2009.



Figura 01 – Muro de uma vacaria no bairro
Henrique Jorge
Fonte: Amora, 2011



Figura 02 – Interior da vacaria no bairro
Henrique Jorge
Fonte: Amora, 2011

Conforme as figuras indicadas, a vacaria encontra-se detrás de um muro que, ao ser ultrapassado, deixa ver a movimentada avenida Heribaldo Costa (popularmente conhecida como avenida Perimetral). Neste local, encontram-se aproximadamente 50 vacas confinadas e que produzem em média 300 litros/dia de leite. O estabelecimento dispõe de uma área aproximada de mil metros quadrados, conforme informações obtidas com o seu responsável.⁶ Observou-se, ainda, a criação de bovinos de forma inusitada no espaço urbano, ou seja, uma situação em que os animais são criados, em pequena ou média quantidade, em quintais e até mesmo no espaço da garagem da casa do criador.

Em trabalho de campo, encontramos em uma residência, localizada no bairro Jardim Iracema, uma criação de gado em um compartimento que indicava ser uma garagem para automóvel, sendo ali realizada a ordenha do gado, enquanto o curral se localizava em um terreno próximo à casa do proprietário. Também constatamos no bairro Mondubim uma criação de gado no quintal de uma residência cujo acesso para a vacaria dava-se pela garagem. Uma cena mais inusitada ainda foi a que vimos no bairro Dom Lustosa. Lá havia uma criação de gado escondida por detrás do muro de uma unidade familiar, no espaço correspondente ao lado da casa e prosseguindo em direção ao quintal.

⁶ Dados com base em pesquisa de campo realizada no período de 2011, em que foram visitadas 15 propriedades com atividades pecuárias em diversos bairros da cidade, onde foram entrevistados os donos dos estabelecimentos e vários trabalhadores.

Mesmo sendo indicado por um “informante”⁷ não foi possível encontrar esta atividade no primeiro contato com a realidade. Somente com um olhar mais atento e pela presença de capim na calçada, do odor característico produzido pela pecuária foi possível se detectar a existência da vacaria. Esta constatação nos fez refletir sobre o modo como as ruralidades se encontram camufladas, ou seja, é preciso descobri-las nos interstícios da malha urbana de Fortaleza.

Há também locais onde o gado é criado em espaços maiores, tendo melhor estrutura, contando com áreas de pasto, carroças para o transporte de capim, maquinaria específica, além da presença de trabalhadores contratados. Destacam-se, ainda, as casas presentes nestes locais com características rurais, ou seja, com alpendres, e o curral de gado ao lado, além da criação de aves e outros animais de pequeno porte e lugar para o armazenamento do alimento dos animais. Ao chegarmos a estes locais, deparamos a reprodução de uma paisagem de interior, uma espécie de “fazenda” na cidade- paisagens estas que podemos encontrar em bairros como Vila Velha (figura 03) e também Pici, Henrique Jorge, Bom Jardim e Mondubim (figura 04).



Figura 03 – Local de criação de gado no bairro Vila Velha
Fonte: Amora, 2011



Figura 04 – Local de criação de gado no bairro Mondubim
Fonte: Rodrigues, 2011

⁷ Chamamos de informante um criador de gado e morador do bairro Henrique Jorge que nos prestou informações sobre o funcionamento das vacarias, dado que este senhor tem uma longa trajetória nesta atividade, mostrando-se conhecedor da realidade. Este termo, informante, é oriundo da etnometodologia, que o considera como aquela pessoa que detém conhecimento sobre determinado assunto de interesse do pesquisador e que se dispõe fornecê-lo por meio de relatos orais e de sua história de vida.

Estes lugares descobertos nos bairros periféricos de Fortaleza nos fazem de fato lembrar a paisagem do campo. Alguns estabelecimentos pecuários chegam a possuir uma estrutura semelhante ao que pode ser encontrado em uma fazenda de zona rural, pois têm como componentes da paisagem uma casa principal, como se fosse a sede da fazenda. A casa contém vários cômodos, com uma altura elevada do telhado no centro e com caimento em várias direções, sendo que o caimento do telhado do centro em direção às pontas é sustentado por colunas que lembram o clássico modelo das casas do ecúmeno rural. Elas contam ainda com as conhecidas varandas laterais contendo os chamados parapeitos, que servem como assentos onde ocorrem as conversas cotidianas.

O curral, ou seja, o local construído para o confinamento do gado fica, muitas vezes, localizado na lateral da casa, mas também encontramos situações em que ele está postado à frente ou aos fundos do imóvel. A estrutura do curral tende a ser feita de modo “artesanal” e através do uso de materiais com troncos de árvores e arames, formando as chamadas cercas de arame farpado. Normalmente, apresentam um formato geométrico retangular, contendo subdivisões para separar os animais adultos: as vacas adultas (leiteiras), das “solteiras”⁸ (novilha), e dos filhotes (bezerros). Cada subdivisão do curral contém uma passagem de acesso de entrada e saída dos animais chamada de porteira feita de madeira como aquelas comumente encontradas no meio rural.

Há casos, no entanto, em que a estrutura para o cerceamento dos animais tende a ser mantida em seu repetido formato, mas com o uso de outros materiais, a exemplo do ferro e cimento. Nestes estabelecimentos pecuários persistem características semelhantes àsquelas encontradas no campo, como a prática da ordenha manual executada pela figura do trabalhador tirador de leite, comumente chamado de “curraleiro,” e também do tradicional vaqueiro.

⁸ Nomenclatura atribuída pelos criadores de gado, referindo-se às vacas que não estão no período de procriar.

Nas vacarias, a presença do “curraleiro” é fundamental para a manutenção desta atividade na cidade. Os trabalhadores das vacarias são comumente chamados de “curraleiros”, mas também de vaqueiros. Esta forma de trabalho nos parece que se expressa como certa mutação do histórico vaqueiro do campo que na fazenda cuidava do gado solto no pasto. Na cidade, o gado é confinado em currais e o trabalhador, que se ocupa da sua criação, é chamado de “curraleiro”. Esta diferenciação de nomenclatura, todavia, não é consenso entre os próprios trabalhadores e donos de vacarias, pois alguns se consideram vaqueiros, enquanto outros se acham “curraleiros”.

De um modo geral, identifica-se como vaqueiro aquele trabalhador informal que tem a responsabilidade gerencial da atividade e da propriedade, compreendendo desde a compra de alimentos até a venda do leite para leiteiros e também para pequenos comerciantes. Eles recebem salários, muitas vezes, maiores do que os de outros trabalhadores ocupados na vacaria. Os vaqueiros, além de outros trabalhadores, dispõem de uma moradia na propriedade e representam uma espécie de gerente da atividade criatória.

Em algumas vacarias, com área de tamanho médio e/ou grande, é comum a existência de uma ou mais casas compondo a estrutura do terreno. As casas são utilizadas para abrigar os trabalhadores da vacaria e, normalmente, possuem estruturas modestas com poucos compartimentos. Umas são rebocadas e pintadas, outras são mais rústicas, não dispoem destas características, o que evidencia uma certa precariedade nas condições de vida dos trabalhadores ocupados com as atividades rurais na cidade.

No que concerne ao trabalho nas vacarias, detectamos uma divisão das tarefas diárias e também um número de trabalhadores que está perto de quatro pessoas. Essa quantidade, porém, varia em relação ao tamanho da propriedade e da quantidade do gado criado.

Por conseguinte, ocorre uma certa divisão de tarefas diárias que imprimem um movimento específico na atividade de criação de gado, em decorrência da labuta diária no trato dos animais. Assim, um dos trabalhadores fica responsável pela extração e transporte do capim (Figura 05),

a ser trazido para o alimento dos animais que é então triturado em uma máquina denominada forrageira, sendo levado em seguida até o recipiente sob a denominação de tina, que alimentará os animais (Figura 06). Enquanto outro trabalhador fica responsável pela limpeza do local -o estábulo- outros fazem a ordenha(Figuras 07 e 08).



Figura 05 – Transporte de capim
Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 06 – Trabalhador enchendo o recipiente com alimento para os animais
Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 07 – Trabalhador fazendo a ordenha manual no bairro Henrique Jorge
Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 08 – Trabalhador limpando o estábulo da vacaria no bairro Mondubim
Fonte: Rodrigues, 2011

Nos estabelecimentos pecuários de pequeno porte, todas as atividades são feitas pelo proprietário. Este conta, às vezes, com um ajudante, que presta serviço temporário, ou mesmo um amigo, um parente ou um sócio que se agregam em um mesmo local, juntando as cabeças de gado e dividindo as despesas e lucros.

Outro importante momento da prática criatória é a tarefa da ordenha, ou seja, a coleta do leite. A ordenha traz uma marca muito forte do campo, tanto por conta do início da tarefa, que ocorre mais cedo, quase sempre antes do amanhecer, quanto em relação à forma tradicional de retirada do leite, predominantemente manual. Nesse processo, o trabalhador utiliza um pequeno banco de madeira e uma corda para amarrar a vaca. Utiliza ainda uma bota de borracha para facilitar o deslocamento e evitar cair no chão escorregadio da vacaria. Em nossa pesquisa de campo, Todavia, constatamos a existência de uma vacaria onde a ordenha ocorre de forma mecanizada.

A produção do leite é de fundamental importância para a manutenção desta atividade econômica na cidade, haja vista sua finalidade comercial. O leite destina-se aos moradores dos bairros onde esta atividade se insere e a pequenos comerciantes destes mesmos bairros. A mediação entre a produção e o consumo é feita pelos leiteiros, ou seja, aqueles que compram e distribuem o leite. Logo ao amanhecer, a dinâmica da paisagem se modifica pela presença de moradores que residem perto das vacarias e em bairros adjacentes que, ao despertar do dia, chegam aos poucos para obtenção do leite *in natura* (Figura 09).



Figura 09 – Morador comprando leite *in natura* em uma vacaria no Henrique Jorge.
Fonte: Rodrigues, 2011

É notória nos bairros periféricos estudados a presença do leiteiro, que revende o leite de casa em casa. Os consumidores são geralmente moradores antigos que mantêm esta tradição. O leite é também vendido em pequenos comércios, em geral, lanchonetes, pequenas sorveterias e padarias, principalmente.

Desta forma, podemos perceber na paisagem urbana práticas de comercialização de produtos típicos do campo, a exemplo da venda do leite, conforme destacado. Com efeito a paisagem urbana contemporânea de Fortaleza ainda é permeada por vendedores de leite *in natura* que transitam pelas ruas da cidade transportando seu produto na garupa de bicicletas, usando um tambor de ferro ou utilizando-se de garrafas plásticas, conhecidas como Polietileno de etileno –PET (Figura 10 e 11).



Figura 10 – vendedor de leite *in natura* no
Henrique Jorge
Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 11 – Vendedor de leite *in natura* no
bairro Vila Velha
Fonte: Rodrigues. 2011

A permanência da prática de comercialização do leite *in natura* nos levou a pensar sobre a origem da produção deste leite, ou seja, qual sua procedência e onde se encontravam estas vacarias na cidade. Este passou a ser um procedimento necessário para se compreender as práticas rurais em bairros periféricos da Metrópole. Então nos dispusemos a pesquisar sobre o porquê das vacarias e outros tipos de criação, bem como de hortas na produção do espaço urbano de uma grande cidade como Fortaleza.

Portanto, ao adentrarmos estas vacarias, que se encontram, em sua maioria, quase encobertas por detrás de muros, temos a sensação de, por um momento, termos saído da cidade e entrado no campo. A paisagem dos currais nos faz lembrar o relato do historiador Braudel (2005), quando se refere às cidades romanas e sua relação com o campo, afirmando que os muros da cidade serviam como proteção e delimitação da urbe, funcionando como nítidas fronteiras de separação da cidade com o campo circundante e que ao serem ultrapassados concedia visão para a vida rural.

Nos estabelecimentos pecuários por nós estudados, os muros tendem a delimitar os espaços das vacarias das vias urbanas e, ao serem adentrados, traz-nos uma interessante imagem rural para o seio do urbano, nos indicando, portanto, uma “paisagem enigma” que aparentemente não se deixa decifrar.

2.1. 2. O Cultivo de Hortas e a Criação de Pequenos Animais.

As hortas em Fortaleza estão localizadas, em sua maioria, nos bairros Barra do Ceará, Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Vila Velha, além de outros como Mondubim, Itaperi e José Walter. Dentre os bairros citados merece destaque a Barra do Ceará. Lá, o cultivo de hortaliças se desenvolve literalmente à beira-mar, em terrenos arenosos próximos à praia. Após a ponte que passa sobre o deságue do rio Ceará, onde foi iniciada a colonização do Ceará, e caminhando-se por alguns minutos na direção oeste-leste, descortina-se a paisagem praiana, onde encontramos em meio a um coqueiral e algumas residências próximas à praia, a paisagem formada por plantações de hortaliças. Estas se distribuem de forma contínua, chamando-nos a atenção o fato de haver delimitação entre elas, feita por cercas de madeira e arames. O cultivo é realizado no quintal da própria casa dos moradores, trazendo-nos à lembrança uma imagem própria dos espaços do campo.

Ainda encontramos a presença de espaços com cultivos de hortaliças no bairro Jardim Iracema, localizados principalmente nas proximidades da avenida Coronel Carvalho, onde é intenso o trânsito de veículos, situando-se entre o campo de futebol do time ferroviário (Campo do Ferroviário) e a Fábrica de Tecidos Vicunha. Ao passarmos por esta localidade, e apenas a uma rua após esta via urbana arterial, deparamos hortas normalmente cultivadas nos quintais das casas. Deparamos ainda uma paisagem comportando horta e vacaria, em um mesmo lugar e sendo de um mesmo proprietário, que se ocupa da dupla atividade agricultura e pecuária. As paisagens compostas pelas hortas tendem a se caracterizar por uma certa

homogeneidade do verde, das plantações em linha reta e de forma continua (Figura 12).



Figura 12: Horta no bairro Vila Velha
Fonte: Rodrigues, 2011

De modo geral, o cultivo de hortaliças é tanto de pequeno porte, praticado em terrenos de quintais, quanto de grande porte que se desenvolve em terrenos maiores e, portanto, com maior produção. Os maiores estabelecimentos encontrados foram: um no bairro Serrinha, próximo ao *Campus* da Universidade Estadual do Ceará – UECE e outro no bairro Vila Velha (Fig. 12). Detectamos, ainda, a presença de uma horta de maior tamanho no bairro José Walter, cujas hortaliças produzidas são vendidas em vários bairros de Fortaleza.

O trabalho nestas hortas segue o tempo cíclico da natureza em que a presença humana é expressa nos momentos de regar a terra, da retirada da erva daninha e da colheita. Nas hortas cultivadas na cidade o tempo cíclico da natureza é alvo de modificações pela técnica e pela lógica produtiva, não ocorrendo uma grande dependência da chuva serôdia ou temporã, como acontece tradicionalmente na produção rural tradicional ou de subsistência (CÂNDIDO, 2001), pois o cultivo de hortaliças nos estabelecimentos pesquisados conta com um sistema de irrigação, ou seja, poços profundos que abastecem a plantação, tendo ainda como um elemento da paisagem a presença de cataventos (Figura 13).



Figura 13: Horta no bairro Jardim Iracema
Fonte: Rodrigues, 2011

As condições naturais do clima nordestino, no entanto, como uma estação chuvosa e outra seca, ainda têm um peso significativo para a produção de hortaliças, tanto em relação ao cultivo quanto no concernente à oferta e à procura deste produto. O período chuvoso, popularmente chamado de inverno ainda reflete diretamente na lógica produtiva, alterando a quantidade de hortaliças produzidas e logo ofertadas ao mercado consumidor. Com a escassez das chuvas ocorre a diminuição da produção de hortaliças e, em consequência desse fato, há o aumento de preço, propiciando maior ganho por parte dos revendedores das hortaliças, sobretudo no momento da alta repentina dos preços. Enquanto isso, no período do chamado “verão” (estiagem), há um aumento da produção das hortaliças e consequente redução do preço deste produto, diminuindo a margem de lucro, tanto dos produtores quanto dos revendedores.

Em síntese, a paisagem se modifica e, dependendo do período de chuvas ou de estiagens, tem-se uma paisagem com o predomínio do verde ou uma paisagem seca, todavia compensada com irrigação. Esta diferença sazonal se reflete na oscilação da produção e, consequentemente, nos preços e, portanto, nos lucros do produtor e dos revendedores. Em períodos de baixa produção, como estratégia para manter a clientela e permanecer nesta atividade, o produtor passa a comprar hortaliças na CEASA- Central de

Abastecimento do Ceará ⁹ e no mercado São Sebastião para revender aos clientes.

Muitos donos de hortas conseguem organizar-se e fazer uma poupança em períodos em que os preços estão altos e com grande produtividade, para se prevenirem durante o período do ano em que os preços despencam. Desta forma, alguns proprietários de hortas compensam os prejuízos decorrentes das condições climáticas com a a atividade da criação de animais de pequeno porte, em geral, suínos ou caprinos e/ou aves, servindo como uma forma de poupança a ser utilizada no intuito de manter a atividade e o sustento da família dos produtores.

Na prática do cultivo de hortaliças, uma característica percebida é a temporalidade cíclica no cotidiano do trabalho que se inicia antes do amanhecer do dia. Muito cedo, o trabalhador começa suas atividades que consistem em regar as hortaliças, aproveitando que o sol ainda não mostrou toda a sua força, buscando evitar que as frágeis plantas não sintam seu calor. Enquanto isso, outros trabalhadores colhem as verduras vendidas para moradores locais e também verdureiros que abastecem os comerciantes também locais. A esverdeada e monótona paisagem é quebrada pela presença dos verdureiros e de clientes vindos de vários bairros da cidade em suas bicicletas, motocicletas e/ou trazendo carrinho de mão para o transporte das hortaliças.

Além das hortas, é comum, ao percorrermos as ruas dos bairros periféricos de Fortaleza, encontrar terrenos que são ocupados com o cultivo de feijão, milho e macaxeira, lembrando um roçado do campo. Estes pequenos

⁹ A Central de Abastecimento do Ceará -CEASA S.A, localizada no Município de Maracanaú foi [...]“inaugurada em 09 de novembro de 1972, no governo de César Cals, com o objetivo de centralizar a distribuição dos hortigranjeiros. As Centrais de Abastecimento do Ceará S.A (Ceasa/CE) fazia parte do Programa Nacional do Controle de Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros, implantado pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento -SINAC, órgão do Governo Federal. No início da década de 1970, os produtos hortigranjeiros eram comercializados nas imediações do Centro de Fortaleza em pequenos mercados na periferia. Não havia nenhum controle de higiene e qualidade dos produtos ou transparência de preço. Os produtores e comerciantes traziam os produtos e os colocavam no chão para esperar o comprador. O Decreto federal nº 705002/72 determinou que a Ceasa centralizaria o comércio de hortigranjeiros. A resistência ao comércio no novo local só foi vencida depois de seis meses de pleno funcionamento do mercado. Disponível em www.ceasa-ce.com.br/paginas/sua-historia acesso em setembro de 2011.

cultivos, realizados na cidade, decorem da iniciativa daqueles moradores que, possuindo um terreno vazio ou mesmo cedido por terceiro, ocupam plantando leguminosas e, também, criando animais de pequeno porte.

A produção de hortaliças conduz, portanto, à existência de um trabalhador típico, que é o tradicional verdureiro, muito comum nos vários bairros periféricos de Fortaleza. Eles transportam seus produtos de várias formas -bicicleta, motocicleta e também em carrinhos de mão(Figura 14), - similar aos utilizados na construção civil- andando normalmente a pé pelas ruas da cidade. Para anunciar as mercadorias, emitem sons característicos como uma espécie de propaganda individual, avisando que seus produtos estão á venda naquele momento. Os verdureiros são os principais responsáveis pela distribuição das hortaliças aos consumidores residenciais que não costumam comprar este produto no comércio de seus bairros, preferindo comprá-los diretamente ao vendedor ambulante de verduras, uma tradição que permanece muito viva na periferia da cidade de Fortaleza.



Figura 14 - Vendedor ambulante de verduras.
Fonte: Rodrigues, 2011

Em síntese, um dos principais sujeitos da manutenção da prática do cultivo de hortaliças na cidade é o vendedor de verduras, pois este tende a ser considerado como o principal agente da distribuição deste produto no espaço da cidade, contribuindo assim com o processo produtivo e reprodutivo desta atividade. A circulação das hortaliças é mediada pelo vendedor ambulante, que

é um elo fundamental na manutenção do cultivo de hortaliças, assunto este que trataremos de modo mais aprofundado no quarto segmento da dissertação.

2.1.3 As Práticas e as Sociabilidades Cotidianas com Traços Rurais

O costume de sentar-se nas calçadas ao anoitecer é um outro costume que ainda persiste no cotidiano de muitos moradores dos bairros periféricos de Fortaleza. Ao cair da tarde e início da noite, as pessoas começam a retirar cadeiras de dentro de suas casas, colocando-as na calçada, motivadas pelo interesse em olhar o movimento de pessoas e carros na rua. Este hábito cotidiano é também justificado pelas relações de sociabilidade existente entre vizinhos, mediante a conversa, cumprimento aos que passam ou simplesmente com uma saudação amistosa de boa noite ou algo parecido. É neste momento que os pais “vigiam” as crianças que brincam na rua ou nas calçadas e, enquanto conversam, observam os filhos em seus momentos lúdicos.

Esta paisagem urbana, com pessoas usando as calçadas de suas casas, é um hábito antigo que ainda se conserva em Fortaleza e que vem desde o final do século XIX, sendo considerado por Macêdo e Silva (2002) como um comportamento “provinciano” da sociedade fortalezense; no entanto, para Jacobs (2000), o uso das ruas e das calçadas constitui um indicador de vida nas cidades.

De acordo com Macêdo e Silva (2002), é este um paradoxo em relação à Modernidade que começa a se expressar no contexto da *belle époque*, havendo portanto um descompasso do desenvolvimento material em relação ao provincianismo nas relações sociais. E, ainda, um descompasso dos ares cosmopolitas e civilizatórios, trazidos pelos avanços técnicos. Referindo-se a este hábito, os autores citados exprimem ser esta uma peculiaridade que se relaciona a uma questão estrutural da casa, conforme explicitado na citação a seguir:

Essa peculiaridade diz respeito à própria constituição estrutural da casa de baixa renda, que geralmente carecia de um compartimento especial para acolher os visitantes, ou possuía modestas proporções. O formato desse tipo de moradia, separada das vizinhas por paredes compartilhadas, geralmente estreita na testada e comprida nos fundos, dificultava a passagem freqüente das correntes de ar. Daí porque sentar-se nas calçadas.[...] (MACÊDO e SILVA, 2002, p.76).

Já para Martins (2000), as sociabilidades existentes na rua e na casa fazem parte das características da Modernidade inconclusa da sociedade brasileira, em que pessoas não aprenderam a separar os espaços de vivência da vida privada e pública, cujas práticas cotidianas denotam esta falta de delimitação entre os espaço da casa (privado) e a rua (público), conforme esclarece na citação a seguir.

De fato, a vida privada é um modo de viver muito residual em nossa sociedade atua.(...) A nossa cultura urbana canavalesca e exibicionista não favorece o desenvolvimento amplo e profundo da vida privada, a não ser como excrescência, sobretudo porque tem a rua como ponto de reparo. Evidentemente, temos vida privada. Mas não necessariamente vida privada como um modo de vida que define um estilo dominante de viver. A diferença entre a rua e a casa é muito sutil em nossa cultura (MARTINS, 2000 p.96).

Eduardo Campos (2001) comenta que no contexto dos anos 30 e 40 do século XX, o costume de sentar nas calçadas representava traços de cordialidade vivenciados entre vizinhos. As pessoas transformavam a calçada na mais acolhedora e inesquecível de todas as salas de visita. Este hábito se dava em geral entre a população de pequena economia, ou seja, entre os pobres da cidade. Considera-se este costume um traço de ruralidade que permanece materializada na paisagem noturna e no cotidiano urbano periférico de Fortaleza.

Fazendo uma série de críticas ao tradicional planejamento das cidades que buscava afastar as pessoas das ruas (e de suas calçadas), Jacob (2000, p. 38) discorre sobre a peculiaridade da sociabilidade vivida pelos moradores que usam as calçadas e assinala que “o prazer das pessoas de ver

o movimento e outras pessoas é evidente em todas as cidades”. Acrescenta que a morte ou a vida de uma cidade está relacionada fundamentalmente ao ato de isolar-se ou comunicar-se, tendo como premissa o uso das ruas e de suas calçadas para estabelecer uma vida pública urbana e uma sociabilidade cotidiana.

Para Da Matta (1991), a casa e a rua estão em uma relação de oposto e complemento para a definição da casa como espaço; ou seja, a casa precisa da rua como referência para que ambas possam ser entendidas na qualidade de espaço. Para o referido autor, uma singularidade da sociedade brasileira dá-se pelo fato de haver muitos espaços e tempos que convivem simultaneamente. Portanto, a cadeira nas calçadas lembra um antigo hábito das pessoas que moravam no campo e, na cidade, ainda persiste esta prática, sobretudo, nas periferias.

Na paisagem periférica de Fortaleza, ainda é comum a presença das chamadas bodegas, ou seja, pequenos estabelecimentos comerciais que se caracterizam como um comércio tradicional, indicando uma vinculação com o campo ou com as pequenas cidades, a exemplo da venda de produtos agrícolas, como enxadas, pás, cordas, lamparinas, além do uso costumeiro de cadernetas para a venda a prazo (fiado), e do hábito de se fechar as portas do estabelecimento no horário do almoço.

A arquitetura destes estabelecimentos de comércio tradicionais, ainda muito presentes nos bairros periféricos da Capital cearense, mantém a estrutura das casas comerciais encontradas nas pequenas cidades do Estado, com a frente do estabelecimento apresentando traços “rústicos”, ou seja, portas de madeira de pequena largura que se abrem em duas partes, localizadas na porção frontal e lateral do prédio. Ao adentrarmos as bodegas, deparamos o tradicional balcão de madeira que separa a parte interna do comércio do local de atendimento. É comum a presença sobre o balcão de uma *boboniere* de vidro em formato geométrico de definição difícil, com uma base giratória e tampas laterais, onde são guardadas pequenas guloseimas consumidas geralmente por crianças.

Continuando a observar estes estabelecimentos comerciais destacamos as prateleiras de madeira que servem para expor mercadorias diversas. Ainda como forma de exposição dos produtos, há pequenos fios de cordas amarrados ao teto segurando utensílios peculiares como: ferramentas de uso agrícola, enxadas, foices, lamparinas, cordas etc. Nalguns destes estabelecimentos, às vezes, há tambores de ferro contendo cereais e outros produtos que são vendidos a “retalho” (a varejo sub-fracionado), havendo ainda o costume, por parte de alguns bodegueiros, de produzirem a própria embalagem de seus produtos originados de papéis de revistas e jornais usados.

Portanto, o espaço da metrópole Fortaleza mostra múltiplos aspectos, contendo nuances e especificidades, marcas de ruralidades que se materializam na paisagem e em seu cotidiano.

Assim, no intuito de compreender a permanência das práticas rurais na periferia da cidade de Fortaleza, empreendemos uma discussão, retomando o conceito de paisagem como ferramenta teórica de aproximação e análise deste fenômeno que nos instiga.

2.2. A Paisagem como Materialidade

A permanência das ruralidades na paisagem e no cotidiano de Fortaleza nos conduziu a refletir sobre o uso deste conceito como mediador na compreensão do fenômeno relativo às práticas rurais na cidade. Desta forma, intentamos fazer uma abordagem sobre a discussão deste conceito na Geografia, para, então enfocar as ruralidades expressas como faceta pouco estudada quando se enfoca o urbano.

Sabemos que a paisagem surge por meio da arte como uma representação de mundo. Na compreensão de Salgueiro (2001), a representação da paisagem deu-se, inicialmente, pela pintura, ao retratar a natureza no contexto da passagem da visão de mundo medieval (teológico)

para o Renascimento (racional), tendo seu uso evidenciado uma nova forma de ver o mundo no contexto da formação do projeto da Modernidade.

A paisagem, portanto, como representação de mundo, compreende uma mudança na forma de ver os elementos da natureza, antes percebida em uma perspectiva mais estética e contemplativa, passando então para uma percepção mais racional e econômica. E sobre o contexto econômico do surgimento da paisagem, Salgueiro (2001) esclarece que,

Efetivamente o aparecimento da paisagem foi acompanhado de uma revolução científica e técnica que libertou a natureza do concurso divino tornando-a objeto de conhecimento e abrindo caminho para a manipulação e transformação para diversos fins. (P.39).

Na compreensão de Schier (2003), a mudança de perspectiva sobre a paisagem surge no momento de rompimento de uma forma iconográfica de representação, de um mundo medieval, para uma perspectiva de laicização dos elementos da natureza em que a paisagem passa a ser considerada um fenômeno social no contexto da consolidação da sociedade burguesa ainda no século XVIII. Desta forma, a paisagem passa a ser uma representação social por meio de um discurso científico que passa a apreender os elementos naturais de maneira sistemática e também racional.

A mudança da relação da sociedade com seu espaço acontece no Renascimento e consolida-se no século XVIII, com a ascensão da sociedade burguesa. Neste contexto, está acontecendo uma mudança na forma de representação do mundo outrora contemplativo para um modo mais racionalizado, no intuito de melhor apreensão da realidade e domínio do Planeta, rumo a constituição de um mundo mediado por uma organização social capitalista, ensejando processos de transformações radicais, além de estar ocorrendo a mudança de um mundo que era predominantemente rural para um mundo urbano.

Schier (2003) relata que, diferentemente do que estava ocorrendo de maneira geral na Europa no século XIX, ainda havia o interesse das representações de paisagens bucólicas e idealistas de uma natureza intocada

nos meios acadêmicos, sobretudo alemão, que buscava retratar espaços de um mundo rural. É neste âmbito contraditório de representação de mundo racionalista, naturalista e idealista que surge a Geografia como ciência e a utilização do conceito de paisagem.

Na lição de Schier (2003), o discurso de paisagem na Geografia acadêmica de teor clássico inicia-se com Humboldt e sua visão totalizante da natureza, que via os elementos naturais de uma forma estética e romântica. Ainda nos primórdios da Geografia moderna, tivemos Carl Ritter, Paul Vida del de La Blache e Fiedrich Ratzel entre os primeiros geógrafos modernos que utilizaram o conceito de paisagem nos estudos geográficos, como parte de sua metodologia de descrição dos diversos lugares do mundo. E sobre o uso do conceito de paisagem na Geografia, Schier (2003) acrescenta a ideia de que:

De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pré tende fazer uma avaliação definindo o conjunto dos elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos. (P. 80)

Verificamos que o conceito de paisagem é utilizado, desde os primórdios da Geografia, como a representação e visualização fisionômica e morfológica de uma determinada superfície da Terra. Neste momento inicial da Ciência geográfica, o conceito de paisagem relacionava-se à descrição de espaços físicos naturais da superfície terrestre, com intensiva influência das ciências da natureza.

Na perspectiva de Salgueiro (2001), a Geografia alemã utilizava-se do conceito de paisagem como método de observação e descrição dos elementos naturais e humanos em uma perspectiva fisionômica e morfológica. A autora reforça a noção de que esta forma de conceber o conceito de paisagem passa a ser usada nos estudos de vários geógrafos como Jean Brunhes e Carl Sauer, que tinham uma perspectiva morfológica de análise da paisagem, tendo ainda uma dimensão estética e descritiva dos elementos

constituídos pelas formas, origem e função em que buscavam comparar e produzir classificações e tipologias das paisagens.

Ainda nos primórdios da ciência geográfica, havia outra vertente de análise da paisagem que buscava compreender as relações físico-naturais e humanas em uma determinada região, tendo como expoentes Paul Vidal de La Blache, Alberto Demageon e Maximilian Sorre. Esses autores faziam parte de uma forma de fazer Geografia denominada de Escola Regional, em que se considerava o conceito de paisagem como referência fundamental para a explicação dos gêneros de vida da civilização.

Para Monbeig (2004, p.111), a paisagem é “o espelho de uma civilização,” em que historicamente a ação humana civilizatória sobre a terra transforma a natureza, produzindo paisagens culturais, imprimindo suas características próprias de acordo com seu grau de desenvolvimento social. Ele discorda sobre a maneira de ver a paisagem pela Geografia clássica, que relacionava o homem com seu meio natural de forma direta como um reflexo da natureza sobre a organização humana, alertando para que se compreenda que se “a cultura de um grupo evolui, sua paisagem também evolui: o mesmo suporte natural viu sucederem paisagens diferentes, sendo cada uma o reflexo da civilização do grupo de cada momento de sua história.” (P. 111).

De acordo com Salgueiro (2001, p.41), mesmo havendo divergências no método de análise das paisagens quer seja ela em sua perspectiva morfológica funcional quer por seu caráter corológico e regional, havia uma convergência inicial no uso do conceito de paisagem em que “o ponto de partida é a observação objetiva (o empírico imediato), pois o conceito de paisagem é essencialmente visual...”. Há porém, uma grande discussão quanto à forma de representação do mundo em seus aspectos objetivos e subjetivos, ou seja, a representação de mundo pela paisagem tanto em seus aspectos imediatos ou fenomênicos quanto mediados pela cultura .

No entendimento de Gomes (1996), no contexto de renovação do pensamento geográfico, surge uma perspectiva de análise da paisagem com um viés humanista. Nesta perspectiva, discutindo sobre a produção do

conhecimento, procura apreender a realidade em seus aspectos subjetivos, tecendo críticas ao pensamento positivista, que percebia a paisagem apenas em seus aspectos físicos, empíricos e objetivos. A Geografia cultural ou humanista requer resgatar a subjetividade do observador como importante questão a ser incorporada aos estudos de paisagem.

Sobre o movimento de renovação da Geografia, Gomes (1996) relata que, buscando refutar um pensamento racionalista e pragmático na Geografia, surge o que o autor denominou de um horizonte humanista.' Na Geografia humanista, a cultura, a subjetividade e as dimensões simbólicas e estéticas, além do espaço vivido, são os principais aspectos de uma busca de humanização da Geografia.

Georg Simmel (2009), ao esboçar uma filosofia da paisagem, adverte para a idéia de que esta não é apenas a soma de elementos naturais e humanos, mas uma unidade tanto estética e contemplativa como afetiva. Os atributos da paisagem são a base empírica com origem nas representações pictóricas, nas descrições dos elementos da natureza, ao que se acrescenta a subjetividade ou processo espiritual e cultural que juntos compõem a paisagem.

Percebemos ser a paisagem uma forma de ver, sentir e representar a materialidade do mundo; representação esta que pode ocorrer mediante uma reprodução seja ela de forma pictórica, em pinturas, retratos e fotografias, utilizando-se primordialmente da visão, sejam de outras formas de percepção corpóreo -sensitivos que passam, sobretudo, pela subjetividade do observador em determinado espaço e certo tempo, em síntese, com uma percepção das coisas em um contexto cultural específico.

Entende Schier (2003, p.80) que a paisagem na Geografia é usada como uma maneira de compreender as relações sociais e naturais em um determinado espaço, considerando "a paisagem como uma face material do mundo, onde se imprimem as atividades humanas [...]".

No desenvolvimento histórico da Geografia o conceito de paisagem esteve presente servindo como uma forma de representação do mundo em sua materialidade composta de elementos naturais e sociais que nela se inscrevem. Compreendemos a paisagem como a manifestação da materialidade do processo de trabalho humano grafado no mundo.

Santos (2007), ao pensar sobre o espaço do homem, considera a paisagem como aparência dos fenômenos sociais em que a essência do espaço geográfico está no movimento geral da sociedade, produzindo o seu espaço. E, diferenciando a paisagem e o espaço, Santos (2008) relata ser a paisagem a forma aparente, visual de um determinado fenômeno, definindo-a como

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (2008, p.67,68).

Entretanto, Carlos (2008) compreende que a paisagem é uma noção relevante para a compreensão do espaço. A paisagem é considerada como uma manifestação formal do espaço, forma aparente, fenomênica, que possui dupla característica de ocultar e mostrar, esconder e revelar a natureza social do espaço geográfico em um jogo dialético. Portanto, a paisagem urbana é expressa

[...] como forma de manifestação do urbano, a paisagem (urbana) tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; neste contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano como processo. (CARLOS, 2008, p.43).

Ainda, conforme Carlos (2008, p.46), o estudo do espaço urbano pode ser mediado pelas formas aparentes dos fenômenos, ou seja, pode-se buscar apreender as relações sociais que produzem e reproduzem o espaço como suporte na análise da produção da paisagem urbana. Portanto, “a paisagem não é só produto da história; ela reproduz a história, a concepção

que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, em fim do viver”.

Desse modo, compreendemos o processo de produção das paisagens rurais em Fortaleza como reprodução de um modo de vida da população vinda do campo para a cidade trazendo consigo seu modo de vida (hábitos, costumes, vivências) do mundo rural materializando-se na paisagem e no cotidiano urbano periférico.

A paisagem urbana de Fortaleza esconde e revela uma faceta de sua realidade, que é a permanência de espaços rurais na cidade; um fenômeno que se encontra muitas vezes escondido, passando despercebido em um contexto da metrópole que formalmente é considerada urbana, escondendo o movimento real dos conflitos e contradições quanto ao uso do solo urbano.

De acordo com Lemenhe (1997), a paisagem urbana refere-se a espaços vividos cotidianamente pela população citadina, sendo produto da interligação do sítio (urbano) mediante a relação sociedade-natureza no meio físico natural da cidade, também da sociedade que vive na cidade de maneira contraditória e conflituosa, além do espaço construído dos edifícios, das vias e áreas livres.

Para Carlos (2008) a paisagem como forma aparente do espaço deve servir de elemento inicial de análise em que o objeto mostra sua aparência fenomênica. Deve-se compreender que o estudo dos elementos constitutivos da paisagem urbana não pode servir apenas para a descrição dos fenômenos; como apoio na busca de compreender a produção e reprodução do espaço, referindo à análise da paisagem a autora acrescenta que

A análise da paisagem urbana faz-nos atentar para o fato de não estarmos descrevendo ou montando um quadro, e sim elaborando uma construção cujo objetivo é entender o modo pelo qual ela se produz, sua substância e conteúdo a partir das relações reais. Isso nos leva a considerar dois movimentos; aquele que decompõem a paisagem geográfica a partir da consideração do sítio urbano, e o que recompõe os elementos da paisagem. (CARLOS, 2008, p.44).

A permanência das ruralidades é expressa como fenômeno social que tem uma ligação direta com o sítio urbano. Desta forma, percebemos que a atividade pecuária, na cidade, tende a estar localizada próxima a corpos hídricos, enquanto as atividades agrícolas se desenvolvem em terrenos arenosos e aplainados do litoral, assunto que retomaremos posteriormente.

A paisagem como ponto de partida de análise do urbano deve ser observada buscando-se encontrar dois elementos fundamentais que ela denominou: um de espaço construído e o outro de o movimento da vida (CARLOS , 2008). O espaço construído refere-se ao contraste dos usos produtivos e reprodutivos da terra urbana, mediante a concentração de pessoas na cidade que exercem diversas funções sociais, intensa divisão social do trabalho, revelando e ocultando na paisagem os conflitos e contradições do espaço urbano.

O segundo elemento analítico da paisagem urbana que compreende o movimento da vida refere-se ao cotidiano, aos momentos de produção e reprodução da vida dos trabalhadores, da difícil sobrevivência e da negação do direito à cidade. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade está relacionado à apropriação do espaço e tempo, ou seja, à fruição da cidade e do modo de vida urbano. Portanto, o direito à cidade surge como forma de consolidação dos outros direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat, direito à obra (à atividade participante) e direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) do espaço e tempo do urbano.

E sobre a relação entre forma e conteúdo do urbano, Carlos (2007, p.37) explica que a paisagem urbana é um elemento fundamental revelador da manifestação das contradições no cotidiano do espaço urbano, sendo que “a vida cotidiana, com suas múltiplas atividades, cria as formas, a dinâmica do fenômeno e seu conteúdo”. Deste modo, o urbano está na maneira como a sociedade se organiza e produz seu espaço que pode ser apreendido desde sua aparência formal, ou seja, a paisagem pode revelar as múltiplas contradições no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Salienta que

Este intenso e incansável processo de produção e reprodução humanos se materializa concretamente no espaço geográfico, e é apreendido na paisagem a partir de uma série de elementos; construções, vias de comunicações, cheios e vazios, etc. portanto percebidos e apreendidos em sua manifestação formal: a paisagem. (CARLOS, 2007, p.39).

A sociedade produz o mundo à sua imagem e semelhança com suporte de uma base material, imprimindo suas características desde as formas criadas. Estas são percebidas mediante as manifestações das práticas cotidianas que deixam marcas materializadas na paisagem e no cotidiano do espaço urbano.

2.3. Lugar e práticas Rurais no Cotidiano da Metrópole

A permanência das ruralidades em Fortaleza ocorre por meio dos moradores que possuem intensa ligação cultural com o campo, e por meio de suas práticas rurais, sobretudo, a criação de bovinos e o cultivo de hortaliças, imprimindo marcas rurais na paisagem urbana, vivenciadas em determinados lugares, sobretudo, em sua periferia oeste. Efetivamente, o conceito de lugar, juntamente com o de paisagem, passa a ser fundamental como aporte teórico que auxilia na compreensão das ruralidades vivenciadas no cotidiano da metrópole Fortaleza.

Iniciamos esta discussão partindo da premissa que o lugar é uma porção da totalidade do espaço social. Como enseja Santos (1978), o espaço é um objeto de análise da totalidade social, uma instância da sociedade, assim como a política e a economia. Ainda, o espaço geográfico é formado por sistema de objeto e sistema de ação, contendo subespaços que contêm e são contidos pelos conteúdos destes sistemas de objetos e de ações, cuja totalidade é o mundo (SANTOS, 2008, p.159).

Arroyo (2001), com base em Santos (1994), acentua que o ponto de partida do estudo do espaço geográfico é a sociedade, realizando-se em uma base material, e ressalta que o lugar é uma parcialidade ante a realidade total.

No entender de Leite (1998), o conceito de lugar era compreendido por Aristóteles como uma extensão do corpo e por Descartes como referencia corporal (noção aristotélica) é também uma relação de oposição entre corpos e lugares.

Na compreensão de Leite (1998), na geografia contemporânea, o lugar possui duas acepções ou abordagens teórico-metodológicas principais, que são: a abordagem humanista fenomenológica e a materialista histórica.

No entender de Ferreira (2000,p.67), o conceito de lugar na Geografia foi usado inicialmente por Vidal de La Blache e Carl Sauer associado ao conceito de região, permanecendo por muito tempo um conceito problemático e impreciso no âmbito desta Ciência. Posteriormente, o conceito de lugar foi resgatado com o movimento de renovação da Geografia, nos anos de 1970, mais especificamente, pela geografia humanista, de cunho fenomenológico e existencialista, tornando-se um conceito -chave e adquirindo “um papel central visto que é através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço”. Para o referido autor, este conceito vem tornando-se uma ponte no diálogo de tendências dispares, como a marxista, constituindo o que ele denomina de o lugar radical, e a abordagem fenomenológica e sua compreensão de lugar existencial e vivido. E, ainda, trata deste conceito como uma possibilidade de compreensão das tensões do mundo contemporâneo ante a homogeneização do planeta globalizado, apontando para as individualidades e particularidades em um mundo que se fragmenta e se articula cotidianamente.

Já para Gomes (1996), o horizonte humanista na Geografia contém internamente um certo ecletismo e ambiguidades de orientação no estudo da sociedade e seu espaço, que inclui fenomenólogos, existencialistas e marxistas. E, mesmo sendo abordagens com perspectivas irreconciliáveis, elas têm em comum a negação de uma ciência racionalista oriunda de uma sociedade burguesa. Assim, a Geografia humanista busca superar o racionalismo e o positivismo, recobre o conceito de lugar objetivando humanizar a Geografia. Na abordagem fenomenológica compreende-se o lugar como um espaço apropriado material e simbolicamente pelos grupos sociais cotidianamente, um mundo vivido em um determinado espaço, um lugar em sua particularidade.

Como ensina Santos (2008, p.190), o lugar é uma categoria de análise geográfica que privilegia a relação entre uma totalidade social e sua particularidade, sucedâneo em de diferentes escalas de análise. O lugar é o espaço banal da Geografia, criador de solidariedade, do conviver, compartilhar, da interdependência obrigatória de pessoas, das vivências cotidianas ocorrentes em um tempo plural.

De acordo com Santos (2008), o lugar é um “subespaço”, uma parte da totalidade do espaço geográfico produzido socialmente. Com efeito, o estudo do lugar passa a ser uma particularidade em relação à totalidade de uma sociedade historicamente determinada. Em nosso caso, consideramos a especificidade do espaço urbano da Capital do Estado do Ceará, no contexto brasileiro, e, mais especificamente, as práticas rurais cotidianas no espaço intraurbano de Fortaleza.

Arroyo (2001) revisitando a obra de Milton Santos, discute a contemporaneidade de seu pensamento, que buscava produzir, aperfeiçoar e renovar conceitos para que desse conta da complexidade da sociedade em movimento, portanto, visando a uma renovação da teoria social. De efeito, a sociedade humana, realizando-se em um movimento complexo, contraditório e com inúmeras mediações, faz surgir os conceitos de espaço banal, lugar e cotidiano, que visa a dar conta das múltiplas dimensões do real em suas escalas de análise e sua “emprirização”. O lugar refere-se aos espaços contíguos de convivência e de interação entre os seres humanos e chega-se ao mundo social cotidiano, o mundo vivido com procedência nas relações sociais diretas e imediatas entre as pessoas no aqui e agora. Portanto,

Essa ‘realidade social experimentada diretamente’, esse ‘mundo ao redor compartilhado com os contemporâneos tem como base o lugar que facilita a interdependência como práxis, que admite a vida em comum suscetível de criar normas locais, normas de solidariedade, em fim de uma história diferente. (ARROYO, 2001 p.59).

Na intelecção de Santos (2009), no lugar ocorre a dimensão da realidade vivida, de um cotidiano compartilhado e permeado de sociabilidades, dinamismos, tensões e criatividades que se superpõem dialeticamente com tempos e espaços coexistentes. E, mesmo havendo lugares simples em

conteúdos técnico- científicos (as pequenas cidades, lugarejos, etc) e lugares globais, complexos (as grandes cidades, a exemplo das metrópoles), ambos os espaços podem ser considerados pela análise geográfica como um lugar. Portanto, leciona Santos (2009,p.322), “[...] a Metrópole passa a ser um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares” pois é nestes lugares onde os pobres subsistem em decorrência de processo de modernização no campo que os expulsa em direção à cidade. Desta tal modo,

a presença dos pobres enriquece aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. (SANTOS,2009,p.323).

Carlos (2007) acentua que a discussão sobre o conceito de lugar é deveras muito importante para a compreensão do mundo contemporâneo. A autora resgata o conceito miltoniano de lugar, pois o considera como uma conjunção de densidades técnica, informacional, comunicacional e normativa. Corroborando as reflexões do pensamento de Santos (2008), acrescenta, ainda, que além das densidades, no lugar, ocorrem a dimensão do tempo histórico e a reprodução da vida, o prático-sensível vivenciado e apropriado pela pessoa na prática cotidiana, por meio do corpo. Neste sentido, a metrópole não é um lugar apropriado e vivenciado em sua totalidade, nos remetendo a pensar a escala do bairro, da rua, da praça, da casa, como lugares vividos, conforme explicita na citação a seguir:

[...]a metrópole não é “lugar” ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas(...)São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável — a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, apropriados através do corpo [...].(CARLOS,2007,p18.)

Nop pensamento da autora citada, com origem no lugar é possível compreendermos a urbanização da sociedade como tendência, a produção do espaço urbano em suas particularidades. O lugar como parcela do espaço social permite a articulação da produção social do espaço e a reprodução da vida humana, as diversas formas de apropriação do espaço, do viver, habitar, em fim, o vivido e o cotidiano.

Corroborando os ensinamentos de Santos (2009) e Carlos (2007), percebemos que a produção da paisagem urbana da metrópole Fortaleza acontece mediante a presença marcante das práticas rurais, ou seja, a criação de bovinos e o cultivo de hortaliças, em seu espaço intraurbano, criando lugares com características rurais no seio da metrópole. E, dentre os fatores que contribuíram para a presença destas práticas rurais, inclui-se a presença de uma população oriunda do interior e do litoral do estado que, ao mudar para a cidade trouxe consigo práticas próprias do campo, sua forma de trabalho e de vida, reproduzindo-as em diversos lugares da cidade, materializadas na paisagem urbana e permanecendo no cotidiano da metrópole, conforme trataremos a seguir.

Tais aspectos, como discutidos ao longo do texto, estão presentes no cotidiano da vida e do trabalho da população residente e que frequenta os bairros periféricos de Fortaleza, sobretudo em relação às práticas e produção de hortaliças e criação de bovinos para a produção leiteira como, veremos mais adiante.

3. RURALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA

Iniciamos este capítulo recobrando a literatura que aborda a dinâmica socioespacial baseada nas urbanidades no campo e das ruralidades na cidade, lembrando que esta temática advém dos estudos sobre a relação cidade e campo. Assim, tratamos, primeiramente, e, em uma visão panorâmica, da discussão dos conceitos de urbano, urbanidades, rural e ruralidades com o objetivo de compreendermos como sucede a permanência das atividades de bovinocultura e do cultivo de hortaliças em Fortaleza.

Buscando entender a permanência das ruralidades na metrópole Fortaleza, discutimos a presença de atividades, hábitos e costumes típicos do meio rural, que acompanhou, de certo modo, a trajetória de constituição do seu espaço urbano quando ela desponta como principal cidade cearense, na segunda metade do século XIX, mantendo-se até os dias de hoje.

Consideramos, neste capítulo, os estudos de geógrafos e historiadores que refletiram sobre as características da urbanização cearense, a exemplo de Girão (1979), Macedo e Silva (2000), Costa (1999), Silva (1992) e Souza (1999). E, ainda, sobre a presença das ruralidades no contexto da formação de Fortaleza, tendo as migrações como elo fundamental deste processo, na configuração da malha urbana e constituição da periferia da cidade, mais especificamente a periferia oeste de Fortaleza, das práticas rurais e da localização das atividades no seu sítio urbano.

3.1. O Conceito de Ruralidade

A relação cidade e campo anima o debate entre os estudiosos que refletem sobre a sociedade e o espaço. Esse tema, no entanto, assumiu na

atualidade maior interesse, haja vista a complexidade dessas relações, resultando daí novas classificações, conceituações, (re) definições e adjetivações, visando a dar conta do período atual.

A literatura contemporânea que trata o tema das ruralidades tem privilegiado, sobretudo, o espaço do campo. Autores como Wanderley (2000, 2001), Carneiro (1998), Abramovay (2000), Silva (1998) e Veiga (2004) dentre outros, procuram compreender o espaço rural e suas dinâmicas na contemporaneidade, com o surgimento de outros conteúdos sociais nestes espaços, denominados por eles como sendo a emergência de novas ruralidades no campo.

Candioto e Corrêa (2008), fazendo uma leitura sobre esses autores, explicam haver, na contemporaneidade, duas correntes de interpretação sobre as ruralidades. A primeira é relacionada à ideia de uma nova ruralidade no campo, a exemplo dos trabalhos de Abramovay (2000) e Veiga (2002, 2004). Eles compreendem a valorização do rural, na contextura global, pelos agentes internacionais; instituições globais como o Banco Mundial-BID; o surgimento de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural, com a revalorização da “natureza” vista como amenidades e o desenvolvimento de alguns espaços rurais considerados dinâmicos economicamente comandados pelos agentes hegemônicos do capital. A segunda vertente de análise congrega os trabalhos de Carneiro (1998) e Wanderley (2000, 2001), que entendem a ruralidade como uma particularidade histórica, cultural e ecológica de um modo de vida rural, ocorrendo a valorização deste espaço a partir de grupos sociais locais, das representações e identidades rurais das pessoas.

Gómez (2001), fazendo uma revisão da literatura sobre o tema da ruralidade, relata que este remonta aos estudos dicotômicos de classificação da realidade em sistemas que separam o campo da cidade, o tradicional do moderno, o rural do urbano. Portanto, a ruralidade está relacionada ao mundo rural em seu tradicionalismo, conservadorismo, atraso social e econômico.

Para o referido autor, o tema das ruralidades pauta os debates acadêmicos que buscam conceituar a nova realidade do campo, ou seja, as

chamadas 'novas ruralidades'. No contexto latino-americano há várias tendências de estudos sobre o tema que são: 1) O Projeto Rurbano desenvolvido na Universidade de Campinas; 2) O desenvolvimento de territórios rurais cuja população desenvolve diversas atividades, como agricultura, mineração, artesanato, turismo, comércio, serviços, havendo uma inter-relação do mundo rural com o urbano, o local e o global, mediante o mercado; 3) A perspectiva de análise do rural em sua particularidade social, econômica e cultural; 4) As novas ruralidades no contexto de reestruturação geoeconômica e geopolítica mundial relacionadas em várias escalas (local, regional, global), ocorrendo uma particularidade do processo em cada país.

Para Carneiro (1998), citada por Candioto e Corrêa (2008), a ruralidade é um fenômeno dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de valores, hábitos e técnicas, decorrentes de novas relações cidade/campo. A ruralidade não é mais definida com base na oposição à urbanidade. Pelo contrário, a revalorização da natureza cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis.

Conforme relata Wanderley (2000, 2001) há comumente nos estudos sobre ruralidade a tendência de se analisar, de um lado, a completa urbanização do campo, ou seja, o campo e o meio rural sendo dominado pelo mundo urbano, trazendo consigo uma consequente homogeneização dos espaços; e, de outro, há nos estudos sobre a ruralidade a busca de valorização do campo como espaço diferenciado.

Durán (1998,p.77) considera ruralidade uma palavra polissêmica que se relaciona a diversos aspectos como imagens do campo, qualidade de vida, características socioeconômicas, dentre outras. E, considera, ainda que é preciso distinguir o rural da ruralidade, pois o rural se refere ao meio geográfico e a ruralidade se reporta à cultura ou modo de vida. Também alerta sobre as definições abstratas que não levam em conta o contexto espacial e temporal concreto, pois estas são "realidades socialmente construídas e reconstruídas dentro de contextos históricos ou territoriais determinados".

São poucos os estudos voltados à compreensão das ruralidades desde a cidade. Este problema é comumente abordado nos estudos sobre pequenas cidades, a exemplo dos trabalhos de Pereira (2004); Souza (2009); Santana (2010a, 2010b) e Lima (2008). As pequenas cidades caracterizam-se como espaços indefinidos, ou seja, de transição entre o rural e o urbano, havendo poucos estudos sobre cidades metropolitanas e médias, a exceção dos trabalhos de Maia (1999, 2007), que tratam da presença de hábitos e costumes rurais na Capital Paraibana, e Lima (2008), que estudou a existência do rural no urbano, na cidade de Imperatriz- MA. Lembramos que as abordagens sobre o mundo urbano e rural, bem como acerca de urbanidade e ruralidade, advêm dos estudos que abordam a relação cidade e campo. Desta forma, é imprescindível fazermos, mesmo que de modo sintético e panorâmico, o resgate da questão cidade e campo para compreendermos esta complexa relação socioespacial no Brasil contemporâneo, mormente, com respaldo na cidade¹⁰.

Dentre as diversas perspectivas teórico-metodológicas sobre o estudo da relação cidade e campo, destacamos, primeiramente, a interpretação dicotômica ou “tradicional”, que considera o campo e a cidade como entes separados e mutuamente excludentes, estabelecendo a delimitação formal e rígida da cidade e do campo, do rural e do urbano.

Na perspectiva de Marques (2002), nesta abordagem, a dualidade é a característica principal, visto que o campo é pensado como meio social, opondo-se à cidade e cuja ênfase recai sobre as diferenças entre ambos. Neste sentido, as abordagens de Sorokin e Zimmermann constituem uma referência sociológica de conteúdo clássico de análise dicotômica da temática rural-urbano. Esses autores buscam em seus estudos as características fundamentais de diferenciação desses meios sociais na perspectiva de definições e classificações, havendo, portanto, uma relação de mão única entre os espaços em que o campo estaria submisso e em função da lógica social da cidade.

¹⁰ Optamos pela utilização da sequência cidade e campo ao em vez de campo e cidade, haja vista entendermos essa relação numa perspectiva desde a cidade e também por uma questão metodológica, ao compreendermos haver a predominância do urbano (cidade) em relação ao rural (campo).

Como tentativa de superar a dicotomia, surge outra explicação que leva em conta o *continuum* rural-urbano. Esta perspectiva de análise de cunho evolucionista entende que há entre o campo e a cidade uma relação de forma gradual, cuja passagem do mundo rural para o urbano sucede de forma gradativa, evolutiva, em uma continuidade linear e progressiva do campo e do mundo rural em direção à cidade e ao urbano. Desta forma, há uma área de transição entre os espaços do campo e da cidade, com gradientes ou escalas de urbano e de rural e sendo a periferia das cidades uma possível área de transição rural-urbana.

Nas primeiras décadas do século XX surgiu a Escola de Ecologia Humana, de Chicago que, segundo Clark (1991), visava a compreender o urbano desde o tamanho, densidade, homogeneidade-heterogeneidade de comportamento da população, em sua clássica teoria do *continuum* rural-urbano. Nessa abordagem, as mudanças dos modos de vida da população citadina são entendidas em uma escala de evolução progressiva e linear que parte do mundo rural, passando por fases intermediárias, até chegar ao mundo urbano, onde as sociedades tendem ao mundo moderno, urbano, civilizado com estágios de evolução social. O mundo rural se caracterizaria assim como um espaço em atraso social, tendo como fase intermediária as periferias e subúrbios das cidades, entendidos como espaços em fase de transição, possuindo características tanto urbanas quanto rurais.

A análise da realidade que considera o *continuum* rural-urbano traz em sua ideia original o estudo das escalas de gradações das formas de vida entre sociedades rurais e urbanas, ao distinguir os polos opostos e seus modos de vida (WIRTH, 1967).

Fazemos uma ressalva a este conceito, ao percebermos um pressuposto *a priori*, em que as gradações entre o mundo urbano e rural são lineares e homogêneas, pois têm referenciais fixos, não deixando, portanto, margens a uma possibilidade de imbricação de relações sociais em um espaço seja urbano seja rural, não conseguindo, desse modo, dar conta da realidade do mundo contemporâneo, que é bem mais complexo.

As categorias de análise, de um modo geral, são oriundas da realidade, encontram-se em constantes mudança, por isso precisam ser redefinidas e ressignificadas para que melhor apreendam e representem as mudanças sociais da realidade em movimento.

Portanto, cidade e campo, pensados de perspectiva materialista histórica, constituem uma totalidade surgida a partir da divisão social do trabalho e de uma sociedade historicamente determinada, composta por classes sociais distintas. Sobre esta relação, explica-nos Marx (2006):

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, a princípio, à distinção entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e a conseqüente separação entre cidade e campo e a oposição de seus interesses (P. 45).

Com base em Marx (2006), autores como Singer (1979) e Lefebvre (2001) tratam a distinção cidade e campo, urbano e rural, como fruto da divisão social e territorial do trabalho, resultante de uma organização social, complexa e contraditória (sociedade de classes).

Paul Singer (1979), tratando cidade e campo com base no materialismo histórico, nos alerta sobre essa dualidade que é aparente, mas a sua essência estaria nas relações de classe. E acrescenta:

A história das relações campo x cidade é quase sempre escrita abstraindo-se as relações de classes ou então na suposição de que há dois sistemas de classes, um urbano e o outro rural, que se contrapõem. A história, assim formulada, torna-se ininteligível na medida em que as relações de dominação entre cidade e campo apenas deixam entrever, sem revelar em sua inteireza, as relações de dominação de classe que, estas sim 'explicam' as diferentes formas assumidas pelas primeiras (SINGER, 1979 p.12).

Marques (2002) reflete sobre a persistência histórica da dualidade da relação cidade e campo com base na lei do desenvolvimento desigual e combinado. Assim, compreende ser a relação entre espaço urbano e rural, nos dias atuais, fruto do duplo processo de industrialização e urbanização da sociedade produz espaços com desenvolvimentos espaciais e temporais desiguais.

Já Fabretti (2006), em contraposição às tendências teóricas que tratam da cidade e do campo de forma parcelar, e que negligenciam a complexidade desta relação, bem como as contradições e conflitos da realidade, propõe que pensemos esta relação desde a divisão social do trabalho e do desenvolvimento desigual e combinado. Enquanto Carlos (2004) adverte para a noção de que a questão da cidade e do campo precisa ser revista. Isto porque o incessante movimento da realidade traz profundas transformações nas relações socioespaciais, instituindo-se, na atualidade, novas lógicas, conforme detalha na citação a seguir:

A extensão do capitalismo, a partir de profundas transformações no processo produtivo, do desenvolvimento do mundo da mercadoria como condição desta extensão, dominando o mundo, articulou a cidade e o campo num outro patamar deslocando a contradição cidade/campo vinda da história (do aprofundamento da divisão do trabalho, do estabelecimento da diferenciação de classes e do poder de uma classe), para a contradição centro periferia, estabelecendo uma nova hierarquia espacial entre espaços dominados e dominantes a partir da construção de novas centralidades. Este processo tende a englobar espaços urbanos e rurais numa nova lógica, onde a existência da propriedade privada marca e limita as possibilidades de apropriação, reorganiza o processo produtivo, regularizando a vida. (CARLOS, 2004 p. 8).

Para Carlos (2004), o que diferencia a cidade do campo é o conteúdo social neles contido. Portanto, com a constituição da sociedade urbana, novos conteúdos surgiu nas relações sociais da cidade e do campo, diferenciando-os e articulando-os ao urbano em um outro patamar, tornando-se um desafio à compreensão desse novos conteúdos sociais, tanto no campo quanto na cidade.

Sobarzo (2006), influenciado pelo filósofo Henri Lefebvre, nos ensina que a cidade e o campo, como materialidades, formam realidades separadas. Atualmente, no entanto, estas realidades se interligam em razão do desenvolvimento das forças produtivas e das novas relações sociais, enquanto as contradições dos conteúdos sociais rural e urbano se acentuam. Sobre este ponto, Lefebvre (2001) explicita que

[...] se denomina com isso uma confusão generalizada, com o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele, esta confusão pode ser teoricamente contestada, e a teoria refuta toda estratégia baseada nesta concepção do **tecido urbano**.(...) A oposição “Urbanidade- Ruralidade se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade- campo se atenua. (LEFEBVRE, 2001, P.79).

Lefebvre (2001, p. 19) chama a atenção para a metáfora do tecido urbano como parte do desenvolvimento histórico de uma sociedade moderna urbano-industrial, e refere-se ao urbano como um modo de vida. A abordagem a partir do tecido urbano difere da maneira pragmática de ver o urbano por sua morfologia e estrutura, pois este constitui malhas territoriais descontínuas, como “uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras.” Este sistema social urbano, com suas teias de relações, se propaga de forma desigual, fazendo surgir no espaço-tempo urbano desigualdades refletidas na paisagem da cidade, ou seja, com a existência de ruralidades no seio da cidade, relatadas pelo autor, conforme a seguir:

Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidades “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto não desaparece; pelo contrario, intensifica-se, e isto mesmo em países industrializados.(...) Aqui ou ali as tensões tornam –se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se esconde sob o “tecido urbano. (LEFEBVRE,2001 p.19)

O espaço é uma totalidade que existe diferenciada em uma dupla materialidade, ou seja, campo e cidade, que se interligam pela divisão social do trabalho e pelo movimento real, podendo ocorrer a imbricação de conteúdos sociais urbano e rural. Portanto, a cidade e o campo como materialidades concretas possuem conteúdos diversos, havendo a possibilidade da convivência, permanência de forma complexa e contraditória entre ambos, ou seja, do rural na cidade, assim como do urbano no campo, ensejando um certo hibridismo cultural¹¹.

Segundo Monte-Mór (2006, p. 10) as categorias cidade e campo relacionam-se às formas socioespaciais concretas, ou os substantivos, e as categorias rural e ruralidade, bem como urbano e urbanidade, referem-se aos conteúdos sociais ou adjetivações. Portanto, “cidade e campo são elementos socioespaciais opostos e complementares que constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social”, e complementa, dizendo que

Os adjetivos urbano e rural, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo, sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação.

Monte-mór (2006) entende que a dicotomia cidade e campo foi historicamente desaparecendo e que cada vez mais está difícil a identificação das fronteiras entre as características ou adjetivações destes espaços. Atualmente, em razão do que o autor chama de uma urbanização extensiva, as características do urbano se encontram difusas, e que o urbano atual demonstra uma síntese dialética da dicotomia campo e cidade, em que

O urbano, entendido dessa forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade–campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade–campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social (MONTE- MÒR, 2006 p.14).

¹¹ Para um maior aprofundamento sobre a América Latina e o hibridismo cultural ver Canclini (2003).

Spósito (2006) nos lembra que devemos levar em conta as relações de complementaridade entre espaço rural e urbano, e, ao se evidenciar seus traços comuns e os seus atributos marcantes, devemos considerar a divisão social e territorial do trabalho que diferencia e complementa em um par dialético a cidade e o campo.

Para o referido autor (2006) a dificuldade de distinção morfológica entre urbano e rural resulta das formas de produção territorial capitalista, a exemplo da implantação de loteamentos, mediante incorporadores imobiliários que têm gerado na cidade a expansão da sua malha urbana. Esta forma de produção territorial torna difusa a separação entre cidade e campo, pela transformação de terra outrora rural em solo urbano que passa a ser loteado. O resultado é a ampliação da área urbana, deixando de haver assim uma contiguidade territorial entre os lotes, gerando vazios urbanos, expandindo a malha urbana, em um processo de suburbanização, conforme especifica:

O processo de suburbanização transformam, paulatinamente, os arrabaldes da cidade, inicialmente ocupados por atividades rurais, em espaços que iam se tornando suburbanos para, com o decorrer do tempo virem a ser, de fato, urbanos. (SPÓSITO, 2006 p.122).

Segundo o pensamento de Spósito (2006), outra dificuldade relativa aos limites territoriais entre urbano e rural, considerando as cidades, advém do desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias de comunicação que favorecem maior mobilidade intraurbana potencializada pela extensão do tecido urbano com a abertura de ruas, possibilitando maior integração espacial, mesmo sem contiguidade territorial. Estas características articulam os espaços rurais e urbanos, ocorrendo uma superposição cidade/campo.

Rua (2005, 2006), discorrendo sobre as limitações de se compreender a cidade e o campo, o urbano e o rural como polaridades díspares e excludentes, exprime haver uma interação da cidade (o urbano) com o campo (o rural) em uma relação socioespacial de caráter híbrido. Santos (2009) reforça essa ideia ao refletir sobre a complexidade da sociedade e a produção do espaço

geográfico como uma totalidade, portanto, em uma produção social de conteúdo híbrido.

Rua (2005) superando a velha dicotomia, assinala haver imbricações e fluides entre o rural e o urbano no Brasil, dada a existência de urbanidades no campo, bem como de ruralidades na cidade. Com o avanço das relações capitalista e seu desenvolvimento na contemporaneidade, tem havido a incorporação do campo, como atrativo de acumulação de capital ao ser incorporado à lógica industrial, bem como alguns serviços tipicamente urbanos no campo, a que o autor chama de urbanidades no campo.

No âmbito do pensamento sociológico clássico, Durán (1998) considera a ruralidade em suas características sociais e culturais típicas de uma sociedade rural e arcaica sendo portanto como uma espécie de atributo do campo. No contexto atual, entretanto, a ruralidade está presente tanto no campo quanto na cidade, ocorrendo assim manifestações sociológicas de urbanidades no campo e de ruralidades na cidade.

Souza (2009), com base em Freyre (1982), em seu estudo sobre o espaço urbano em pequenas cidades brasileiras, identifica práticas sociais rurais inscritas na cidade, a exemplo do cultivo de produtos agrícolas e da criação de gado bovino no perímetro urbano. A mencionada autora identifica os usos mistos do espaço urbano e o conflito pelo uso da terra entre migrantes e o ordenamento territorial urbano via plano diretor. A coexistência de práticas rurais e valores urbanos inscritos na sede de pequenos municípios foi denominada de uma paisagem 'rurbana'. Esta é uma abordagem que leva em conta a conjugação entre os modos de vida urbano e rural na configuração da paisagem urbana, o que nos faz refletir sobre as práticas institucionais como urbanidades e as práticas rurais na cidade como ruralidades.

3.2. O Rural na Constituição do Espaço Urbano de Fortaleza

Consoante menciona Clarck (1991), a urbanização compreende um duplo processo, relacionado tanto ao crescimento físico e populacional de uma cidade quanto às melhorias em infraestrutura de serviços de uso coletivo. Esse autor considera a urbanização como parte de um processo maior denominado de desenvolvimento urbano, englobando, portanto, dois aspectos: o crescimento urbano relacionado aos aspectos físicos e demográficos, ou seja, o processo espacial e demográfico e a urbanização como resultado de pessoas morando na cidade, gerando mudanças complexas do estilo de vida decorrentes do reflexo das cidades sobre a sociedade. Por isso:

Historicamente, esses dois processos de desenvolvimento urbano foram interdependentes. (...) O termo 'urbanização' foi amplamente usado para descrever tanto o crescimento das cidades como o impacto das cidades sobre as sociedades. Hoje, é reconhecida a existência de dois processos separados. Uma razão é que as pessoas podem se concentrar no espaço sem experienciar qualquer mudança significativa e imediata em seu padrão de vida, como é o caso de muitas cidades do terceiro mundo. A outra é que com a alta velocidade do transporte, telecomunicações e comunicação de massa, até mesmo os habitantes das mais remotas regiões rurais podem participar de uma cultura urbana, e assim serem influenciadas por ela (CLARK, 1991, p.62).

Compreende-se a complexa urbanização da sociedade relacionada a mudanças específicas do desenvolvimento desigual do modo de produção (capitalista), sendo necessário distinguir a forma e o conteúdo deste processo que se registra em seus múltiplos aspectos, tanto físicos quanto demográficos.

O desenvolvimento do espaço urbano ocorreu por ocasião do avanço da industrialização, provocando a concentração populacional (força de trabalho) e expansão da área - relacionada a fatores locacionais da indústria - e

diferenciação da força de trabalho no espaço urbano. No Brasil, a força propulsora para o crescimento das cidades coincidiu, sobretudo, com as migrações que provocaram diferenças significativas na cidade e no modo de vida urbano.

Wirth (1967) ao propor uma definição sociológica de cidade, a considera como o *locus* da civilização urbana. Ainda, considera a cidade como uma fixação permanente de pessoas, cujo crescimento populacional, sobretudo, de migrantes, não homogeneíza os modos de vida, pelo contrário, potencializa a diversidade, a convivência de modos de vida diferentes na cidade, compreendendo desta forma ser o urbano o modo de vida da população citadina.

Na perspectiva geográfica, Spósito (1999) argumenta que a urbanização se refere não somente ao fato da concentração demográfica de pessoas nas cidades. Estas não podem ser definidas somente pelo tamanho, tampouco por suas construções, mas, sobretudo, em decurso histórico de desenvolvimento que tem um conteúdo social. Sobre a realidade em movimento da cidade, relata haver uma constituição de pares dialéticos, como cidade-campo, centro-periferia, cidade-urbano, cidade-urbanização, cidade-urbanidade e logo, cidade- ruralidade, estando portanto a cidade em seu conteúdo social para além dela mesma. A respeito da urbanização da sociedade, Spósito(1999) enfatiza que:

Não temos mais, apenas, um processo da urbanização pelo aumento do número e tamanho das cidade e dos papéis que desempenham na divisão social do trabalho, mas temos uma urbanização que se reconstrói, também, como espacialidades que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações. Idéias e símbolos. (SPÓSITO,1999,p.84).

Segundo Spósito (1999, p.86), a cidade seria a realidade material ou uma forma espacial concreta de uma determinada sociedade, possuindo uma morfologia própria que expressa as característica de um determinado processo de urbanização social, ou seja, a cidade como forma e a urbanização como

processo histórico e conteúdo social, sendo portanto “a cidade como forma espacial que expressa a dinâmica e a acumulação de tempos engendrados por esse processo [...] como uma expressão material da urbanização”.

A forma como se deu a constituição do urbano em Fortaleza, com a rápida concentração de população proveniente do campo, favoreceu historicamente a presença de práticas e sociabilidades tipicamente rurais na cidade. Como lembra Costa (1999) o crescimento urbano de Fortaleza, que tem como marco a segunda metade do século XIX, foi caracterizado pela presença de ruralidades. A população migrante ao chegar à Capital do Ceará reproduzia seu modo de vida rural, imprimindo na paisagem e no cotidiano da cidade traços de ruralidades.

Costa (1999) reforça a idéia de que o início da urbanização da sociedade cearense, com elevada concentração em Fortaleza, deu-se no século XIX, em decorrência do crescimento populacional relacionado, sobretudo, a chegada da população migrante procedente do interior do Estado. Esse rápido crescimento urbano ensejou mudanças de comportamento na população citadina, pois os camponeses vindos dos vários rincões do Estado, ao chegarem à capital, reproduziram seus hábitos e costumes típicos do campo, ou seja, passaram a reproduzir seu modo de vida. Por conta disso, ainda no século XIX, houve por parte do poder público municipal a tentativa de “disciplinamento” da sociedade via códigos de postura, visando a moralizar e higienizar a cidade, além do ordenamento territorial urbano com a elaboração de plantas de Fortaleza. Portanto, os migrantes, ao chegarem à cidade, tiveram que se adaptar a um modo de vida urbano em gestação na capital do Estado.

Percebe-se o papel do Estado como um importante agente na produção do espaço urbano e na formação de uma urbanidade que se dá, não sem conflitos, pelo uso da cidade. O modo de vida tipicamente rural dos migrantes recém-chegados na cidade confronta-se com um modo de vida urbano em formação em Fortaleza.

Para Costa (1999), o ordenamento socioespacial, com base em códigos de posturas, plantas urbanas e ainda higienização da cidade, foi uma

tentativa de mudar o costume dos migrantes que era marcado por traços de ruralidade adequando-os a um modo de vida urbano, ou seja, ‘civilizado’, e tendo como referência o modo de vida europeu, sobretudo, francês, que se incorporava ao cotidiano da população de maior poder aquisitivo da Capital cearense.

Costa (1999) é enfática, ao acentuar que houve, desde a segunda metade do século XIX, a permanência de um modo de vida rural convivendo conflituosamente com um modo de vida urbano em Fortaleza, registrando-se choques de estilos de vida rurais e urbanos. Acrescenta que os novos cidadãos “[...] mantinham hortas, fruteiras, criavam galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores”, ressaltando ainda que “seu modo de vida entrava em choque com o padrão urbano”. (COSTA,1999, p. 104).

Girão (1979) discorre sobre o lento desenvolvimento da cidade de Fortaleza no século XIX, quando o número das casas foi sendo acrescidas e mudando o formato arquitetônico do telhado de taipas para os de telhas, simbolizando uma passagem do rural para o urbano. Os traços rústicos, no entanto, tanto na arquitetura como em outros setores da sociedade, permaneciam na Capital do estado. Estes passaram a ser redefinidos com o disciplinamento urbanístico que lhe foi imposto por volta do fim do século XIX, tornando-a uma das principais capitais brasileiras, imprimindo uma nova estética na cidade, com a imposição de padrões de modernidade notadamente europeu, sobretudo, francês.

Macêdo e Silva (2002) relatam ainda haver na década de 1930 um comportamento “provinciano” da população de Fortaleza, a exemplo do uso das calçadas para as tradicionais conversas de fim de tarde e práticas de sociabilidades entre vizinhos, conforme já comentado, sendo interpretada como uma autêntica perda de tempo. O Poder Público fazia tentativas de disciplinamento da população cidadina, pois percebia haver uma débil delimitação entre o público e o privado, buscando imprimir normas de comportamento condizentes com uma sociedade que se propunha ser moderna (racionalizada), mas que havia um “descompasso entre o

desenvolvimento material de Fortaleza e o provincianismo nas suas relações”. (MACEDO e SILVA 2002, p.63).

O desenvolvimento social que ocorria em Fortaleza no período entre 1930 e 1950 imprimia na cidade uma urbanização desigual. O centro urbano foi o local que recebeu os melhores equipamentos de uso coletivo, infraestrutura, equipamentos técnicos, em contraposição às áreas periféricas que eram precárias. Mesmo assim não se pode deferir, de imediato, a idéia de que as práticas urbanas estariam na parte central e as práticas rurais nas periferias, pois conforme Macêdo e Silva (2002), havia uma histórica presença de sociabilidades rurais em várias partes da cidade, convivendo contraditoriamente com um modo de vida urbano.

Consoante pensa Santana (2011), a prática do uso da calçada como espaço de encontro e conversa é mais comum ser encontrada em pequenas cidades do Ceará, cujos modos de vida urbano e rural tendem a estar mais imbricados. Sobre esta prática típica dos moradores das cidades pequenas do sertão, relata:

As tardes, nessas cidades, são sempre das calçadas. (...) A árvore, às vezes, a do vizinho, ameniza o clima do sertão e preserva o tradicional hábito da cadeira na calçada e leva à rua atividades domésticas e/ou trabalho, como por exemplo: ‘catar’ ou debulhar feijão, ‘distrair a vida’ com o crochê, tricô ou o bordado; fazer chapéu de palha ou trançar palha para o chapéu; conversar, não somente com quem divide a mesma calçada ou é vizinho- não importa se para isso é necessário elevar a voz, caso esteja do outro lado da calçada- mas com quem passa na rua. (SANTANA,2011,p.186).

Ainda se encontra na metrópole Fortaleza, entretanto, sobretudo em seus bairros periféricos, esta prática de sentar-se nas calçadas, denotando traços de uma população outrora vinda do interior cearense, reproduzindo na cidade essa tradicional prática rural. Assim, infere-se que há historicamente uma convivência contraditória entre um modo de vida urbano e práticas tipicamente rurais na Capital cearense. Portanto, compreendemos ser a origem rural da população um dos fatores que ajudam na compreensão da atual permanência destas práticas.

3.3. Os Migrantes e a Periferização da Cidade.

A presença histórica de hábitos e costumes rurais em Fortaleza ocorreu com arrimo na reprodução de práticas agropecuárias, em decorrência, sobretudo, da incorporação, pela cidade, de uma população oriunda do restante do Estado que reproduz na urbe seu modo de vida camponês. De acordo com Schanin (2008), em uma palestra proferida no III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária, e fazendo uma reflexão sobre os sujeitos que vivem na situação entre o campo e a cidade, “podemos chamar esses grupos de ‘quase camponeses’, ‘camponeses marginais’, ‘camponeses marginalizados’, ‘uma variedade de coisas. Podemos chamá-los por outros nomes, se quisermos”. Assim, Teodor Schanin defende a ideia de que camponês é um modo de vida.

Os migrantes, ao se transferirem para a cidade, trazem consigo vivências, hábitos e costumes, portanto, caracterizando-se como camponeses “mal adaptados” à vida urbana (MAIA,1994) .

O processo histórico de produção do espaço cearense, na perspectiva de Silva (1992), tem sua formação socioterritorial a partir do século XVIII e o processo de urbanização de Fortaleza tem como marco o século XIX, com a inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho decorrente da produção algodoeira, favorecida com a construção da ferrovia ligando o interior do estado à Capital, que se tornou hegemônica e, portanto, o seu principal centro urbano.

A construção e expansão da ferrovia no século XIX, como transporte ligado à economia algodoeira, contribuiu para o crescimento econômico da Capital cearense, fortalecendo seu desenvolvimento urbano, haja vista o fato de que Fortaleza se tornou o centro coletor do algodão, aumentando sua função comercial e, por conseguinte, sua área de influência que se estende, a partir de então, a todo restante do Ceará

O crescimento populacional esteve, de certo modo, vinculado tanto à ferrovia quanto à posterior construção de rodovias, que se tornaram

fundamentais para a integração do território cearense e ligação com o restante do País. A construção dessa rede de transportes proporcionou a possibilidade de deslocamento populacional de migrantes, em decorrência dos problemas sociais no campo, aguçados com as estiagens e contribuindo para o fluxo populacional e o conseqüente crescimento demográfico de Fortaleza. Como destaca Silva,

Foi a partir dessa integração que ela se tornou foco de atração da população migrante. Seu crescimento demográfico [...] tem vínculos íntimos com os longos períodos de estiagens que atingiram o Ceará e, sobretudo, com a estrutura fundiária vigente, que tem suas bases na grande propriedade dedicada à criação de gado. (1992, p. 30).

A implantação da rede de transportes, primeiramente ferroviário e posteriormente rodoviário, favoreceu as migrações rural-urbano e conseqüentemente o crescimento de Fortaleza. Crescimento este decorrente de um forte incremento demográfico ocasionado pelos migrantes instalados na cidade e seus arredores, contribuindo, desse modo, para o aumento de sua área urbana.

na década de 1930, Fortaleza começou a ter um aumento populacional considerável em razão do fluxo migratório, repercutindo na expansão de sua área urbana, surgindo assim aglomerações precárias nas áreas periféricas da cidade e, conseqüentemente, as primeiras favelas. Informa Silva (1992) que a favelização de Fortaleza esteve ligada aos constantes deslocamentos de lavradores sem terra e pequenos proprietários que se dirigiam para a cidade em virtude da rigidez da estrutura fundiária, contribuindo, desse modo, para a periferização da cidade. Por sua vez, a vinda dos migrantes para a Capital cearense está relacionada à ausência de melhores condições de sobrevivência no campo, passando a procurarem as cidades da Região Nordeste, e, no caso cearense, a cidade de Fortaleza.

Assim, a população do campo, que chega à cidade com esperança de melhorias nas condições de vida, encontra grandes desafios quanto à sua sobrevivência, inserindo-se no mercado de trabalho, quase sempre, com

baixos salários, ou precariamente em setores da economia informal compondo o circuito inferior da economia. Estes trabalhadores buscam áreas mais distantes da cidade para morar, onde o valor do solo urbano é mais baixo, as chamadas periferias urbanas, que se constituem, no Brasil e alhures, como locais de reprodução da força de trabalho no meio urbano.

O crescimento urbano de Fortaleza foi se configurando tradicionalmente, com a ocupação paulatina dos loteamentos existentes na periferia da cidade pela população pobre (SOUZA, 1999). As terras urbanas, com baixo valor e em geral distantes do centro tradicional e sem infraestrutura, foram ocupadas pelos migrantes que não tinham condições de pagar por uma moradia nas áreas mais valorizadas. Desse modo, a expansão da malha urbana está intimamente ligada ao acesso diferenciado do solo urbano e segundo as classes sociais, produzindo a conhecida segregação sócioespacial. Sendo a sociedade dividida em classe, o acesso ao solo urbano sucedeu de forma desigual.

De acordo com Villaça (1998), a segregação é um processo no qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais de modo diferente, em localizações específicas dentro da cidade, isolando-se do restante da coletividade urbana.

No âmbito das mudanças de uma sociedade predominantemente rural para urbana, destaca-se o papel da legislação, via câmaras municipais, que transformam terras rurais em solo urbano com o intuito de arrecadar mais impostos, o Imposto Territorial Urbano-IPTU. Como entende Rua (2005), este fato ocorrente em geral nas cidades brasileiras, não se dá sem conflitos territoriais e jurídico-políticos. O Poder Municipal busca exercer o papel de urbanizador com a expansão da malha urbana ocorrendo por intermédio da incorporação de terras, outrora rurais, ao urbano, gerando vazios que são utilizados como espaços de reserva para o capital imobiliário. Com esta transformação, ou seja, a nova forma de uso, a terra entra no circuito imobiliário urbano como mercadoria que se vende e se troca, financiada e especulada por meio do parcelamento do solo urbano. Esse fato provoca a

periferização da cidade, que se exhibe de forma excludente e segregada, produzindo um espaço urbano desigual.

No âmbito desta periferização é comum mesclarem-se atividades urbanas e rurais. Silva (1992) relata haver historicamente nos bairros periféricos de Fortaleza a presença de atividades rurais (ele se refere à década de 1980), como vacarias e o hábito de consumo de leite *in natura*, e dá exemplo do bairro Água Fria. O autor considerou este fato uma característica de vida agrária, afirmando tratar-se de uma 'Zona Rural-Urbana' na cidade de Fortaleza. Nossa pesquisa reforça esta asserção de Silva (1992) ou até a estende, ao constataremos, três décadas depois, em outros bairros, a presença de atividades agropecuárias (ruralidades), o que nos remete à afirmação de ser esta uma prática ainda comum em nossa cidade, sobretudo naqueles bairros periféricos que compõem o recorte de análise desta investigação .

Ao estudar a presença de hábitos e costumes rurais na Capital paraibana, Maia (1999, 2007) considera a importância da população migrante, procedente do interior do Estado, para justificar este fato, pois considera que “alguns migrantes quando chegam à cidade, tendem a manter a atividade praticada na sua área de origem”. (MAIA,2007,p.405). E ainda sobre o papel do migrante na cidade e sua relação com o urbano, acentua que

[...]a origem rural é algo marcante no processo de urbanização de João Pessoa. Quando falamos de origem rural não podemos nos deter apenas na procedência, pois muitas vezes ela também está nos seus antecedentes, na sua história de vida, nos seus costumes. Esta origem rural manifesta-se na cidade em micro espaços, com pequenas criações ou mesmo na manutenção de costumes que se mesclam à vida urbana. (P. 406).

Pensamos ocorrer o mesmo em Fortaleza, pois os bairros periféricos da Capital cearense possuem particularidades, por terem sido historicamente formados por migrantes procedentes do restante do Estado que trouxeram consigo seu modo de vida do campo para a cidade, mas também pelo fato de reproduzirem atividades tipicamente rurais no espaço urbano. Nesta

perspectiva, configura-se o que Lefebvre (2001) denominou de 'ilhas de ruralidade', que sobrevivem contraditoriamente nos interstícios da cidade.

3.4. A PERIFERIA OESTE DE FORTALEZA E AS PRÁTICAS RURAIS

Com o objetivo de compreendermos a permanência das ruralidades em Fortaleza adotamos como recorte espacial de nosso objeto de estudo a periferia oeste de Fortaleza. Compreendemos ser a periferia,¹² não apenas, um ponto geométrico em relação a uma área central, mas também um conceito que remete a um equivalente social, portanto, o lugar onde costumeiramente se concentram os pobres na cidade, compostos, sobretudo, de migrantes, que trazem seu modo de vida para a cidade, imprimindo particularidades no contexto urbano. Santos (2003), com base em Caldeira (1884), reforça a compreensão do que é periferia de uma cidade, assinalando que,

No presente, vida cotidiana, sociabilidade e periferia emergem como dimensões interdependentes e indissociáveis, entendendo que periferia não é somente uma referência geográfica (*quantitativa*), ou seja, um lugar distante do centro da cidade, mas também um lugar onde há precariedade de recursos e, portanto, onde reside a população mais pobre - entenda-se precariedade a deficiência no transporte, nos serviços públicos e na infra-estrutura (CALDEIRA, 1984 apud SANTOS, 2003, p.244).

E ainda comentando sobre as periferias das cidades, Santos ressalta que elas são

[...] lugares 'inóspitos e miseráveis', onde se verifica, de forma muito clara, a segregação social e espacial, apesar de existirem populações pobres em muitos outros lugares. Mas é na periferia que se concentram indivíduos que transformam o

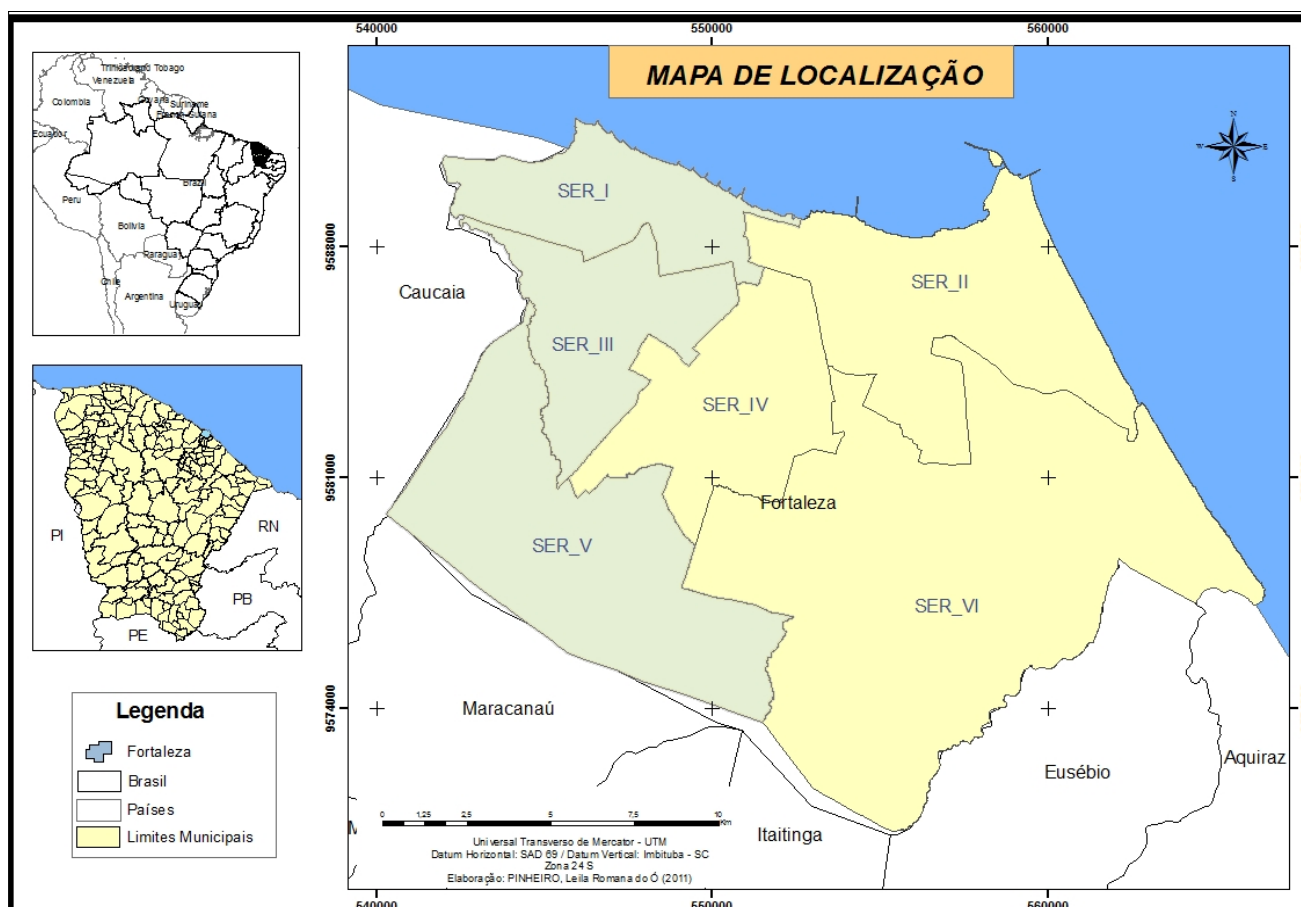
¹² Soto (2008), discutindo o papel metodológico que cumprem os conceitos de subúrbio e periferia na perspectiva teórica de José de Souza Martins, enfatiza que o referido autor utiliza o conceito de subúrbio em seus trabalhos, dizendo ser o subúrbio um conceito mais abrangente do que o de periferia. No subúrbio há sociabilidades rurais propiciadas pelas habitações que possuem quintais e pela forte presença de uma população migrante do campo, que reproduz seu modo de vida na cidade. Ainda, há autores que usam o conceito de franja urbana para caracterizar os lugares da cidade onde há uma forte presença de atividades agrícolas e pecuárias.

local onde moram em expressão mais clara de seu modo de vida (RAZENTE,1982 apud SANTOS, 2003,p. 244).

Entendemos ser ainda que as periferias das cidades são lugares onde se encontra uma população com um certo hibridismo e onde se imbricam um modo de vida urbano e um *modus vivendi* rural. Em Fortaleza, é muito comum encontrarmos esta situação, demonstrando a importância de nossa problemática de pesquisa.

Fortaleza divide-se atualmente em 116 bairros, agrupados desde o ano de 1997, de acordo com a Prefeitura Municipal, em sete secretarias executivas regionais - SER's, que são SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e CENTRO (Mapa 01). Os bairros periféricos que compõem nosso objeto de estudo estão localizados na porção oeste de Fortaleza e, fazem parte, sobretudo, das Secretarias Executivas Regionais I, III e V.

Fortaleza e as Secretarias Executivas Regionais- ER's



Atualmente, em Fortaleza, é possível ainda se detectar a permanência de “vazios” urbanos, que constituem, até certo ponto, uma característica de nossa urbanização. Esta constatação, no entanto, não é específica de Fortaleza, porquanto esta realidade pode ser visualizada, ainda hoje, em várias cidades brasileiras e, em épocas remotas, em outras localidades do Mundo.

TABELA 01- ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM FORTALEZA

SETOR DO IBGE	NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS	NÚMEROS DE EMPREGOS GERADOS
Agropecuária, ext. vegetal, caça e pesca	172	1.266
CLAS CNAE 20		
Horticultura	4	43
Criação de bovinos	9	26
Criação de aves	12	937
Criação de animais não especificados anteriormente	1	4
Atividades de apoio à agricultura	9	253
Atividades de apoio à pecuária	3	3
Total	38	1.266

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2007.

A Tabela 01 indica, para o ano de 2007, a presença de atividades agrícolas em Fortaleza. Elas ainda subsistem na economia urbana, constituindo-se, na maioria das vezes, complemento da renda familiar de trabalhadores que habitam os bairros periféricos desta cidade.

Embora práticas ligadas às atividades primárias não exerçam papel central no âmbito da economia urbana, como o comércio, a indústria e os serviços, comprova-se que Fortaleza contava, em 2007, com 172 estabelecimentos agrícolas e um número de 1266 empregos oferecidos nestas atividades conforme os dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, (2007). Esses dados nos indicam a convivência de atividades primárias (agrícolas) na Capital cearense, portanto, em um meio cada vez mais penetrado pela racionalidade técnica.

No que tange às formas de sobrevivência da população, sobretudo, que habita a periferia de Fortaleza, ressaltamos, como em outras cidades maiores, a inserção dos migrantes no mercado formal de trabalho, mas, sobretudo o maior peso que tem a informalidade quando se constata que Fortaleza tem uma grande parte de sua força de trabalho sobrevivendo principalmente pela informalidade. Cabe destacar, ainda, que, na informalidade, se encontram pessoas exercendo atividades relacionadas ao setor primário da economia, reproduzindo na cidade formas de trabalho tipicamente rurais.

Os dados expostos, na tabela 01 nos fazem refletir sobre a permanência e a localização das atividades agrícolas no espaço urbano. E, portanto, sobre a localização destas atividades rurais no espaço urbano periférico que se dá, sobretudo, nas proximidades dos cursos dos rios que correm pela cidade, sobretudo no curso do rio Maranguapinho (Mapa 03).

As atividades rurais tendem a fazer o caminho do rio, sendo por isso a localização do sítio urbano um fator a ser considerado como de fundamental importância na compreensão da existência das atividades rurais na cidade de Fortaleza.

As atividades rurais em Fortaleza concentram-se nas principais planícies fluviais (rios Ceará, Maranguapinho e Cocó) e lacustres que cortam a maior parte dos bairros periféricos da cidade, indo além da porção da cidade delimitada neste estudo. Por conseguinte, as atividades rurais não são abordadas em sua totalidade no espaço urbano, o que demandaria um tempo e uma abrangência maior da pesquisa. Nosso estudo se restringiu à porção oeste de Fortaleza, banhada pelos rios Ceará e Maranguapinho, sem que se tenha ignorado a necessidade de pesquisas que privilegiem outras áreas da cidade onde as ruralidades se destacam na paisagem.

As vacarias identificadas seguem o curso dos rios, estando algumas vezes próximas e/ou às suas margens ou nas proximidades da área de influência das planícies fluviais, cujas condições ambientais propiciam o cultivo

de pastagem nas margens destes corpos hídricos. De acordo com Souza (2009);

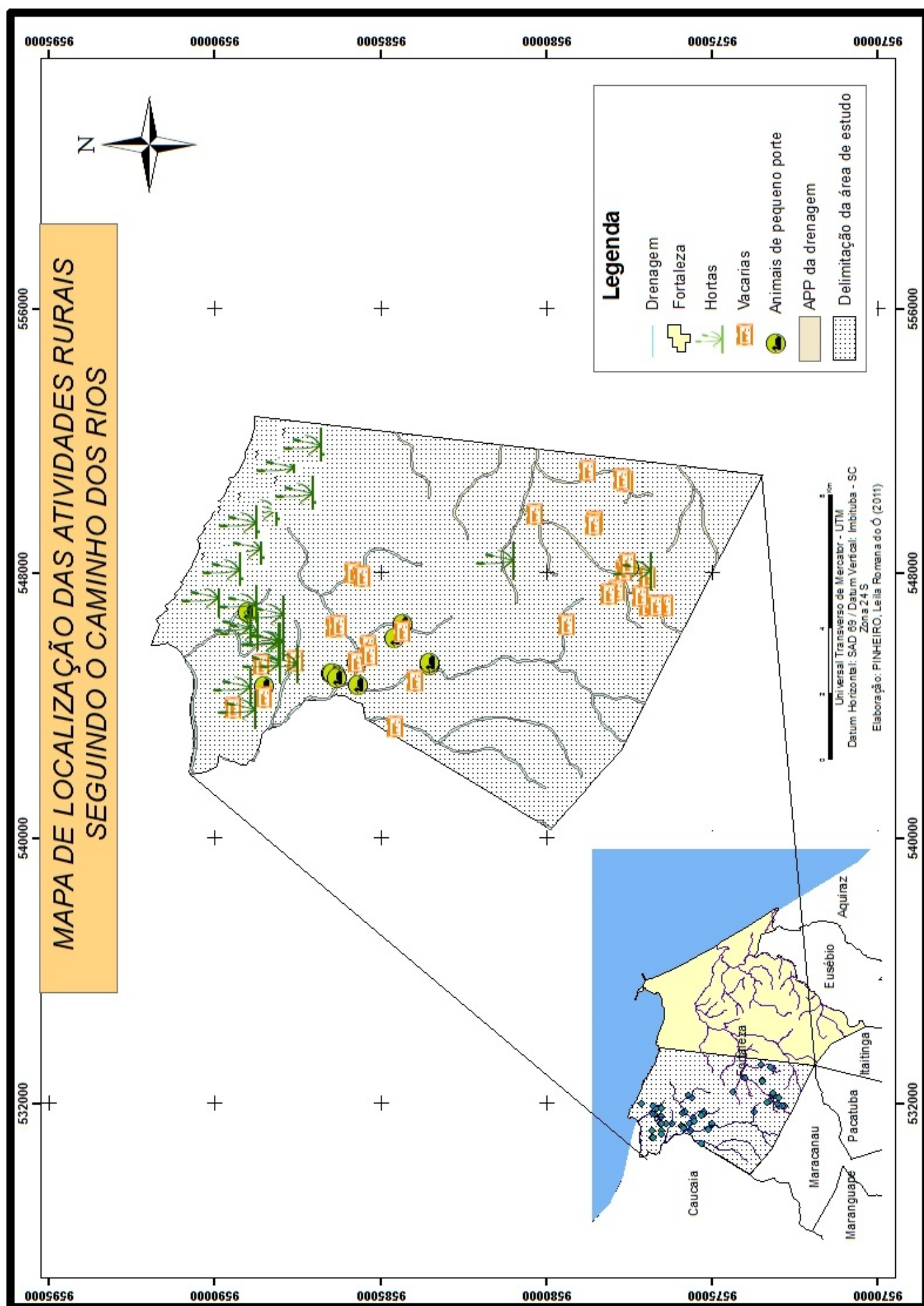
As planícies lacustres são áreas de acumulação inundáveis que bordejam as lagoas perenes e semiperenes existente no litoral e nos tabuleiros ou correspondem a áreas aplainadas, com ou sem cobertura arenosa, submetidas a inundações periódicas [...]. (p.56).

As características do ambiente das planícies fluviais favoreceram a permanência da atividade de bovinocultura em razão das condições de solo e da disponibilidade de água. Nas planícies de inundação acumulam-se sedimentos carregados pelo rio que, proporcionam a formação de solo rico em matéria orgânica, contribuindo dessa forma para o cultivo de pastagem para os animais.

Diferentemente da atividade de bovinocultura, o cultivo de hortaliças normalmente é praticado em terrenos arenosos e aplainados do tabuleiro, nas chamadas áreas de interflúvio – em terrenos que ficam entre os rios Maranguapinho e Cocó. As hortaliças, em decorrência de suas características de fragilidade, não suportam as cheias sazonais e, por isso, não são cultivadas nas margens dos rios.

Em síntese, os migrantes ao chegarem a Fortaleza trazem seu modo de vida camponês, reproduzido na cidade, materializando-se na paisagem urbana periférica, sendo vivenciado no cotidiano de alguns moradores que reproduzem estas práticas rurais na cidade.

No capítulo seguinte, discutimos o modo como ocorre a permanência das ruralidades (atividade da bovinocultura e o cultivo de hortaliças) em Fortaleza, bem como acontece o processo produtivo (produção, comercialização e consumo) destes produtos com base na teoria dos circuitos espaciais da produção e sua peculiaridade no contexto urbano.



4. AS RURALIDADES E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO: CONFLITOS, CONVIVÊNCIAS E CONVIVÊNCIAS.

Neste capítulo, realizamos uma discussão da permanência da atividade da bovinocultura e do cultivo de hortaliças, tendo como referência teórica a noção dos circuitos espaciais da produção, visando a compreender o funcionamento destas atividades primárias no espaço urbano de Fortaleza.

Ao mesmo tempo tentando entender o desenvolvimento destas práticas rurais na cidade, abordamos ainda os conflitos, além das convivências e/ou convivências geradas pela existência destas práticas pouco comuns ao urbano. No que tange aos conflitos, tratamos das legislações que regem a cidade: o Plano Diretor de Fortaleza, o Código de Obras e Posturas e a Lei do Controle de Animais Municipal que proíbem estas práticas.

4.1. As Atividades Rurais e Seus Circuitos Espaciais da Produção.

Ao nos deparar com a presença ainda marcante na paisagem e no cotidiano da metrópole Fortaleza, em particular, em seus bairros periféricos, de atividades agropecuárias -como nos casos da bovinocultura e do cultivo de hortaliças- nos indagamos sobre a existência, ainda, dessas atividades ligadas ao setor primário da economia em meio ao espaço urbano. Como se dá o processo produtivo, isto é, a produção propriamente dita, a circulação (venda) e o consumo destes produtos na cidade? E, ainda, quem são os sujeitos que reproduzem estas atividades, como e onde são produzidos e comercializados estes produtos (leite *in natura* e as hortaliças)? Quem são os consumidores e que circuitos espaciais são constituídos desde a produção até o consumo do leite e das hortaliças?

Este item trata do circuito espacial da produção das atividades agropecuárias desenvolvidas no espaço urbano de Fortaleza. Partimos,

portanto, de uma discussão conceitual, fazendo uma pequena revisão bibliográfica para, em seguida, estabelecermos a relação teoria e prática.

Procedendo a uma reflexão sobre o circuito espacial produtivo, Castillo e Frederico (2010) asseveram que a origem da ideia remonta a Marx, quando pensou sobre a lógica da produção de mercadorias. Esta não se limitara somente ao processo produtivo em si, mas em seu movimento com a comercialização e consumo de mercadorias, destacando-se nesse processo a circulação (distribuição e consumo), que proporciona a acumulação de capital. Desse modo, salientam que

A noção de circuito espacial produtivo enfatiza a um só tempo a centralidade da circulação (circuito), no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo) (CASTILLO E FREDERICO, 2010 p.463).

Os circuitos espaciais de produção têm como ideia central a compreensão das etapas que compõem o processo de produção e que incluem a fabricação, a comercialização e o consumo de uma mercadoria. Trata-se, portanto, do entendimento das diversas etapas pelas quais passam o produto e sua espacialização, compreendendo localização, concentração ou dispersão das atividades produtivas, bem como fluxos gerados entre os lugares - redes territoriais e escalas de atuação, incluindo-se aí mudanças na divisão territorial do trabalho e sua influência nos lugares.

Castillo e Frederico (2010), com base em Santos (1986), relatam que o uso deste conceito é recente e remonta ao final da década de 1970, sendo uma metodologia inicialmente pensada pelo CENDES (Centro de Estudios Del Desarrollo), que tinha como objetivo estudar a ação dos diversos agentes produtivos em países subdesenvolvidos. O conceito de circuito espacial da produção foi pensado inicialmente por Sonia Barrios, tendo como pressuposto a relação entre o processo produtivo de uma mercadoria (produção, comercialização e consumo) e sua espacialização.

Para a referida autora, a economia espacial e a ciência regional, bem como a Geografia, se interessam pela compreensão de como determinadas atividades econômicas se localizam e se articulam com determinados lugares e suas implicações socioespaciais. Na Geografia, esta discussão foi introduzida por Milton Santos (1986), Santos e Silveira (2001), entre outros trabalhos, como circuitos espaciais da produção. Consoante Santos (2008), neste conceito são consideradas as diversas etapas da produção pelas quais passam um produto, “desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”. Para a Geografia, esta conceituação é pensada levando em conta a espacialização da produção, conforme esclarece a citação a seguir:

Discutir os circuitos espaciais da produção é discutir a espacialização da produção- distribuição-troca- consumo como movimento circular constante. Captar seus elementos determinantes é dar conta da essência do movimento (SANTOS, 2008 *apud* MORAES, 1985, p.4).

Santos e Silveira (2001, p.143) ressaltam que a ideia dos circuitos espaciais da produção esta diretamente relacionada ao movimento, ou seja, tem como foco a compreensão da circulação da mercadoria no espaço geográfico a partir da repartição das atividades entre os lugares e a configuração da divisão territorial do trabalho, no tocante à fluidez do território. Portanto, são os circuitos espaciais da produção “ definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território”.

No mesmo sentido, Arroyo (2008), com base em Castillo e Frederico, (2010 p. 464), ressalta que os circuitos espaciais produtivos são formados por empresas de tamanhos diferentes e com abrangência territorial diversa. Daí se falar em escala de atuação das diversas organizações empresariais cuja “articulação se expressa pelo movimento de inúmeros fluxos de produtos, de ordens, idéias, informação, dinheiro, excedente. Enfim, pela circulação”.

Ao discutir sobre a temática, Santos e Silveira (2001) explicitam que ocorre uma relação entre os circuitos espaciais, a escala de atuação e o movimento que lhe é inerente, e acentuam então que

Repartição entre lugares, a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos. Mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento. (P.143).

Assim, Santos (1986) e Santos e Silveira (2001) consideram que os estudos sobre os circuitos espaciais da produção possuem diferentes níveis de análise ou escalas espaciais. Explicitam que estudar todos os circuitos presentes no Território Nacional seria praticamente impossível, por isso é preciso escolher dentre os mais expressivos em sua importância econômica e abrangência territorial. Se a escolha dos circuitos, contudo, for regional ou local, deve ser levado em conta apenas o processo direto da produção, o que limitaria as análises a um fração do território. Sobre a importância das escalas espaciais nos estudos dos circuitos espaciais, Santos assinala:

Seja como for, a escala geográfica de ação dos diferentes 'circuitos' constitui um princípio de organização que não pode deixar de ser considerado, mesmo que os seus efeitos não se imponham uniformemente nem sobre o todo social nem sobre o território como um todo. (1978 p.131).

Para Santos (2008), os dois circuitos da economia urbana possuem implicações espaciais. Ele afirma que o circuito superior e o inferior não podem ser pensados como dualismo ou oposições, pois as atividades econômicas são interdependentes e que se interligam em uma coerência interna, ensejando um duplo aspecto do mesmo processo que ele denominou de modernizações. Para o referido autor, no estudo dos dois circuitos da economia urbana, é preciso analiticamente identificar os elementos e as características, com o intuito de compreender as partes que compõem a totalidade deste processo econômico e espacial materializada na cidade(Quadro 01).

QUADRO 01: ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Elementos	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
	• Capital intensivo; • Serviços modernos; • Comércio em grande escala; • Atividades 'puras': moderna indústria urbana, comércio e serviços urbanos; • Atividades 'impuras': indústria e comércio de exportação, negócios bancários; • Serviços mistos: vendas no atacado e transporte.	• Capital não intensivo; • Serviços não modernos; • Comércio em pequena escala.
Características	• Tecnologia e capital intensivo; • Altos custos fixos (capital constante) • Trabalho imitativo, produção em escala; • Dispõe de crédito bancário; • Manipulação de grandes bens na fabricação e comércio; • Emprego de pouca força de trabalho e remuneração elevada; • Busca de lucros, acumular capital; • Investimento em propagandas visando alterar o perfil da demanda; • Assistência governamental, direto ou indireto; • Produção vinculada ao exterior, não integrado à economia local.	• Trabalho intensivo, baixa tecnologia ou rudimentar; • Baixos custos fixos (capital variável); • Trabalho criativo; • Crédito pessoal direto e dinheiro líquido (em espécie); • Trabalham com pequenas quantidades de bens na produção e comercialização; • Buscar Sobreviver, assegurar a vida familiar e participar de certas formas de consumo do modo de vida urbano; • Contato direto com o cliente; • sem apoio governamental, perseguido; • O resultado da produção é local.

Fonte: SANTOS (2008)- adaptado por nós.

Conforme Santos (2008), o ponto de vista adotado para o estudo dos circuitos da economia urbana deve levar em conta a sua espacialização e os diferentes níveis de análise ou escala de atuação. Para a escala macro, as grandes empresas são a referência primordial para a compreensão do circuito superior. Já para o circuito inferior da economia urbana deve-se levar em conta, além dos aspectos referidos no Quadro 01, a importância do dinamismo das migrações rural- urbana, a organização e especificidades do espaço urbano.

Em nosso caso, as atividades agropecuárias podem ser consideradas pertencentes ao circuito inferior da economia urbana e que se relacionam com o circuito superior no momento em que os proprietários das vacarias e hortas compram rações, remédios, sementes, defensivos agrícolas, maquinaria e outras ferramentas de trabalho em comércios especializados em produtos agropecuários existentes na Metrópole. Ainda, quando os leiteiros e verdureiros passam a utilizar motocicletas como transporte de suas mercadorias, valendo-se também do sistema de crédito para a aquisição de seu meio de transporte, ocorre neste momento uma relação direta da atividade rural com o circuito superior da economia urbana.

Percebemos haver no conceito de circuito espacial da produção diferentes escalas geográficas de análise, sendo a escala espacial local uma possibilidade de estudo. Embora a noção de circuitos espaciais da produção tenha sido desenvolvida, inicialmente, no intuito de compreender as grandes firmas em seu processo produtivo e sua espacialização, nós a utilizamos neste trabalho, na escala de análise do espaço intraurbano, por entendermos que ela nos auxilia na compreensão da problemática das atividades agropecuárias, levando em conta a produção, a comercialização e o consumo do leite *in natura* e de hortaliças na cidade de Fortaleza.

Portanto, são os circuitos espaciais produtivos, articulados à especificidade das atividades econômicas agropecuárias, que contribuem na estruturação (localização, produção, distribuição, consumo) e permanência das relações sociais com características rurais no seio do urbano.

4.2. A Bovinocultura e seu Circuito Produtivo.

Conforme destacado no Capítulo 03, as vacarias em Fortaleza se localizam em geral nas proximidades dos corpos hídricos que banham a porção oeste da cidade, ou seja, seguem o caminho dos rios (Mapa 04). Os estabelecimentos pecuários, identificados na cidade, possuem semelhanças quanto à estrutura física e à organização dos processos produtivos, mas se diferenciam em relação ao tamanho das propriedades, aos terrenos utilizados,

à quantidade de animais que possuem, à quantidade de leite produzido e ao número de trabalhadores ocupados. Desse modo, a estrutura física e a forma de produção assemelham-se entre as unidades pecuárias, mas diferenciam-se quanto à capacidade produtiva.

A atividade pecuária tem como característica de seu processo produtivo a utilização de meios técnicos rudimentares. Em geral, as vacarias contam quase sempre com apenas uma máquina para a trituração do capim (forrageira), trabalho eminentemente manual e intensivo, utilizando poucos trabalhadores que se dedicam às tarefas básicas.

Cabe aqui relatar sinteticamente um pouco do cotidiano das vacarias em sua lógica produtiva¹³. O processo produtivo do leite acontece como um ritual que se repete cotidianamente e divide-se em etapas recorrentes em uma rotina cíclica e cotidiana, voltadas à produção do leite visando à comercialização.

O início da atividade produtiva acontece muito cedo, antes do amanhecer do dia, quando os trabalhadores começam a depositar a alimentação dos bovinos em recipientes chamados de tinas ou cocheiras. A alimentação é normalmente composta de capim, previamente triturado em uma máquina, denominada de forrageira, e de outras misturas de farelo de soja, milho e do caroço de algodão triturado produtos adquiridos em comércios especializados em venda de produtos agropecuários.

De acordo com o senhor Adriano, trabalhador que gerencia uma destacada vacaria no bairro Henrique Jorge, “o gado precisa estar se alimentando para ficar relaxado e liberar o leite”. E, ainda, sobre a produção do leite ele afirmou que há uma diminuição da quantidade do produto lácteo no período chuvoso, pois segundo o senhor Ferreira, outro trabalhador da mesma vacaria, as vacas precisam estar relaxadas e deitadas, em dias de chuva, pois

¹³ O estabelecimento pecuário, base de análise do circuito produtivo do leite, está localizado no bairro Henrique Jorge. Esta vacaria foi escolhida por seu destaque em relação as demais. É um estabelecimento que possui mais de 40 anos, isto é, funciona desde 1968 e por possuir uma lógica produtiva que se mantém desde o princípio de seu funcionamento com uma considerável abrangência territorial na comercialização do leite. Consideramos ainda ser uma vacaria que faz parte da memória e do nosso cotidiano bem como pela maior facilidade na obtenção das informações.

se elas se mantêm em pé, se cansam e ficam estressadas, diminuindo com isso a produção leiteira. Foi-nos informado que a quantidade de leite fica diminuída em torno de quarenta (40) litros/dia.

Os bovinos mantidos presos em um local cercado, o conhecido curral, para se alimentarem, são amarrados junto ao comedouro, que possui uma corrente (ou corda) presa ao pescoço dos animais enquanto se alimentam. O trabalhador utiliza um pequeno banco, uma corda e um balde de ferro e leva-os para junto do bovino amarrando-o primeiramente à corda junto aos pés traseiros do animal para evitar acidentes e que ele venha a dar-lhe “coices” ou pontapés. Sentando-se no pequeno banco e colocando o balde debaixo das tetas da vaca, começa a retirada do leite, o apojar como é chamado pelos trabalhadores (Figura 15). Após a retirada do leite, o trabalhador o leva para ser depositado em um recipiente maior, comumente um tambor de ferro com a capacidade de armazenar cerca 50 litros (Figura 16).



Figura 15 – Trabalhador fazendo ordena manual em uma vacaria no bairro Dom Lustosa.
Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 16 – Recipientes para armazenagem do leite.
Fonte: Rodrigues, 2011

A ordenha é comumente feita de forma “tradicional”, ou seja, manualmente. Encontramos, porém, um estabelecimento pecuário, no bairro Granja Lisboa, que conta com uma ordenha mecânica (Figura 17). Conversando com o dono do estabelecimento, foi-nos relatado que a opção em utilizar a ordenha mecânica ocorreu em razão da escassez de mão de obra, haja vista que poucos trabalhadores aceitam realizar este tipo de serviço. Eles alegam ser árdua e ininterrupta a labuta e sem folga semanal. O entrevistado,

por sua vez, disse pagar em torno de R\$ 200,00 reais semanais aos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, reclamou, queixando-se dos trabalhadores que faltam muito ao serviço, provocando interrupção e redução produtiva.



Figura 17 – Vacaria com ordenha mecânica no bairro Granja Lisboa
Fonte: Rodrigues, 2011

Para o proprietário da referida vacaria, o senhor José Araújo, o uso da ordenha mecânica chega a substituir quatro trabalhadores e, segundo ele, essa foi uma das saídas encontradas para garantir a continuidade da produção do leite e a permanência de seu negócio, uma vez que a mecanização dispensa a necessidade de mão de obra neste tipo de serviço. Alegou, ainda, que, por haver tradicionalmente, nesta atividade, o pagamento semanal, o uso da mecanização propiciou uma melhor organização dos custos de seu negócio. A ordenha mecânica, adquirida na forma de empréstimo bancário, gerou custos, agora mensais, além do que a manutenção do equipamento não requer grandes investimentos.

Nos estabelecimentos pecuários, em geral, o tamanho e a localização do terreno são fundamentais na organização do processo produtivo. Nas vacarias por nós pesquisadas, o tamanho do terreno está entre 300m² a 1000m² (Quadro 02), dimensão esta considerável para atividades urbanas (secundárias e terciárias) haja vista o alto preço da terra na cidade, mas

razoável para uma atividade primária, pois a extensão da terra passa a ser um fator importante como meio de produção .

QUADRO 02 - QUANTIDADE E TAMANHO DOS TERRENOS DAS VACARIAS.

Quantidade de propriedades	Tamanho em m²
2	300
3	De 300 a 800
3	De 800 a 1000
Total 8	

Fonte: Trabalho de campo, 2011- elaboração própria.

De um modo geral, estes estabelecimentos pecuários se encontram compartimentados conforme as atividades desenvolvidas. Assim, uma parte é destinada as acomodações dos animais, ou seja, o estábulo de equinos de carga, o curral para separação dos animais que não produzem leite (as vacas solteiras) das que produzem (as vacas adultas), além dos recém -nascidos e novilhos. A outra parte, que constitui a maior porção do terreno, é ocupada com o cultivo do capim (ou forragem), que serve de complemento na alimentação dos bovinos. A alimentação dos animais constitui um dos itens mais importantes do processo produtivo, pois, por se tratar, em sua maioria, de uma criação intensiva, com animais de grande porte, ocorre um grande consumo diário de alimento, isso para que haja, conseqüentemente, maior produção de leite.

A dimensão da propriedade das vacarias na cidade propicia uma diferença na organização do processo produtivo e se reflete em maior ou menor capacidade produtiva. Uma propriedade pecuária com maiores dimensões concentra maior quantidade de animais, com um maior volume de leite produzido, contando, ainda, com área reservada para o cultivo de capim, organização do trabalho com divisão de tarefas e emprego de um maior número de trabalhadores.

Por sua vez, as vacarias de pequeno porte são normalmente possuidoras de pequenos terrenos para a área de cultivo, com poucos animais,

e o proprietário é quem conduz todo o processo produtivo. Desta forma, é conclusivo o fato de que há uma relação entre a capacidade produtiva do estabelecimento pecuário e maior ou menor produção diária de leite.

Maia (1994), ao estudar as vacarias da cidade de João Pessoa, estabeleceu uma caracterização da economia destas unidades produtivas, classificando-as em familiar e não familiar, ao mesmo tempo em que estabeleceu correlações entre relações de trabalho e tamanho da área dos imóveis rurais (Quadro 03).

Quadro 03- ECONOMIA DAS UNIDADES PRODUTIVAS DE LEITE

UNIDADES PRODUTIVAS	
Produção familiar	Produção não-familiar
O proprietário reside na unidade produtiva.	Residem no local de trabalho somente trabalhadores que participam do processo produtivo e gerenciamento da propriedade.
A Fonte de renda é secundária ou complementar.	A Fonte de renda é o rendimento principal.
a criação de animais (equínos, muares, suínos, etc) é utilizada como instrumento de trabalho e/ou complemento de renda.	A Criação de animais (equínos e muares) é realizada como fonte renda principal.
Uso de apenas força- de- trabalho familiar.	Uso de força de trabalho extra-familiar.

Fonte: MAIA,1994 –elaboração própria.

As unidades produtivas familiares são normalmente pequenos estabelecimentos pecuários com uma baixa capacidade produtiva e se caracterizam por serem os locais de moradia dos proprietários. O processo produtivo é realizado pelo dono do imóvel, que conta ainda com a ajuda dos filhos e parentes para a realização das atividades diárias. O rendimento da produção tende a ser um complemento da renda, uma vez que ele desenvolve uma atividade urbana, seja como motorista, vendedor, comerciante, funcionário público, dentre outras atividades.

Em nosso trabalho de campo identificamos o funcionamento de unidades produtivas comandadas por proprietários que desenvolviam outras atividades, digamos, mais ligadas ao urbano, constituindo seu rendimento

principal, mas que mantinham a vacaria como um complemento de sua renda. Segundo relato de pequenos criadores, entretanto, constatamos, ainda, que a manutenção da prática da atividade pecuária em Fortaleza se dá, de certo modo, como um *hobby*, ou seja, pelo gosto de criar, e também por ser “uma herança de família”.

Ainda identificamos na pesquisa de campo a origem dos criadores de gado que, de um modo geral, são provenientes de outros estados e Ceará de fora de Fortaleza, e, que, ao chegarem à cidade, passaram a reproduzir conhecimentos adquiridos no campo, desenvolvendo atividades como a criação de gado, a exemplo do senhor Antonio Gurjão, oriundo do interior da Paraíba. Este senhor tinha uma propriedade rural e praticava a atividade criatória junto ao seu pai mas que resolveu vir junto com sua família (esposa e filhos) para Fortaleza na década de 1960, quando comprou um terreno no bairro Henrique Jorge e passou a praticar a atividade criatória de bovinos na cidade, mantendo-a até os dias atuais. Vale ressaltar que os filhos do senhor Antonio Gurjão permanecem com esta prática, expandindo seus negócios para a Região Metropolitana de Fortaleza, sobretudo, Caucaia, incrementando o processo produtivo com a construção de uma usina de beneficiamento do leite, que é vendido nos bairros periféricos da Capital.

Outro caso nos chamou a atenção que foi o do senhor Sampaio, oriundo de São Gonçalo do Amarante, atualmente pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza. Ele veio morar na cidade de Fortaleza na década de 1990 e passou a praticar em diversos bairros periféricos de Fortaleza a atividade pecuária, ao mesmo tempo em que trabalhava em uma rede de supermercado em Fortaleza, ou seja, exercia dupla atividade- urbana e rural.

As unidades produtivas caracterizadas como não familiares contam com um ou mais trabalhadores que exercem mais de uma função no processo produtivo do leite¹⁴. Um mesmo trabalhador pode exercer mais de uma função, ou seja, ocupa a condição de gerente, responsável pela manutenção

¹⁴ Durante a pesquisa de campo, foi constatado haver em muitos imóveis rurais a presença de casas que serviam como moradias para os trabalhadores e suas famílias. Estes domicílios são, geralmente, disponibilizados aos trabalhadores responsáveis pela manutenção e gerenciamento da vacaria.

da propriedade, ao mesmo tempo em que desenvolve outras funções, como a retirada do leite e a comercialização.

Nestas vacarias de maior capacidade produtiva o número de trabalhadores é maior e está perto de três ou quatro pessoas que atuam no processo produtivo. Enquanto um trabalhador fica responsável pela busca do capim (corte, transporte e trituração), outro enche os locais de alimentação dos animais, enquanto os demais se dedicam à retirada do leite. Por fim, há aqueles responsáveis pela manutenção do curral (limpeza), ou seja, têm a tarefa de manter a limpeza do lugar. Percebe-se, assim, que existe, neste caso, maior divisão técnica do trabalho.

Quanto às relações de trabalho, há o predomínio de relações informais. O sistema utilizado é quase sempre o contrato verbal, cabendo ao responsável pelo estabelecimento fazer o pagamento sistemático semanal em dinheiro. Os trabalhadores não têm assegurados os direitos trabalhistas, não têm folga mensal nem outras garantias. O salário é em média de R\$150,00 reais semanais (dado de 2011), além do recebimento de dois litros de leite, diariamente, uma prática que não é própria das relações assalariadas.

Discorrendo sobre a vinda do migrante rural para a cidade, almejando melhorias sociais e sua inserção no mercado urbano, Durhan (1978) assinala que ocorre um duplo processo em que primeiramente o migrante rural procura uma localização na cidade e em seguida permanece lutando para inserir-se no mercado de trabalho. Sua entrada no mundo urbano, porém, ocorre precariamente, exercendo trabalhos marginais, por não possuir qualificação profissional no exercício de uma profissão como um trabalhador urbano e por não haver adquirido padrões culturais de uma sociedade urbano-industrial dificultando a passagem de trabalhador rural para urbano. Acrescenta que, na busca de sobrevivência na cidade, os migrantes passam a trabalhar sem contrato legal(emprego urbano), mantendo relações de trabalho com características mais pessoais e com contato direto com o empregador. Desta forma, reproduzem-se relações de trabalho típicas do meio agrário, como o clientelismo e o paternalismo, ocorrendo casos de ocupações com características ambivalentes de urbano e rural.

No âmbito da produção do leite, constatamos que há uma relação entre a capacidade produtiva do estabelecimento e o rendimento dos trabalhadores. Isto nos levou a entender o nível de exploração do trabalhador com base na análise de duas unidades produtivas. Destacamos o fato de que, por falta de dados mais precisos, a demonstração foi efetuada tendo por base a arrecadação via produção do leite e o pagamento do trabalhador não se levando em conta gastos fixos (água, luz, complemento alimentar), pois estes dados não foram obtidos em trabalho de campo. Dos estabelecimentos pecuários pesquisados, analisaremos, a seguir, duas unidades produtivas com características diferentes que servirão como exemplificação.

A primeira unidade produtiva, que denominamos de A, está localizada no bairro Mondubim e funciona no quintal de uma residência. Conta com o número de 16 bovinos e a produção de leite é de 80 litros/dia. A atividade é realizada por apenas um trabalhador, que recebe R\$ 150,00 semanais ($4 \times 150,00 = \text{R\$ } 600,00$ mensal) e dois litros de leite diariamente ($3,0 \times 30 = \text{R\$ } 90,00$ mensais), sendo o litro de leite vendido a preço de mercado pelo proprietário por R\$ 1,50 (ano de 2011), perfazendo um total mensal de rendimento recebido pelo trabalhador de R\$ 690,00. Assim, o ganho total mensal da vacaria com a produção leiteira é de R\$ 3.600,00 mensais ($80 \times 30 \times 1,50$) e o gasto com a força-de-trabalho é de R\$ 690,00. Desta forma, infere-se que a porcentagem gasta com a força de trabalho equivale a 19,2 % do gasto com a produção.

A segunda unidade de análise, que rotulamos de B, é uma destacada vacaria localizada no afluente do rio Maranguapinho (riacho Cachoeirinha), localizada na porção oeste de Fortaleza, mais precisamente no bairro Henrique Jorge. A produção desta vacaria é de 350 litros dia e 10.500 litros mês ($350 \times 30 \times 1,10$). Consideramos, a título de cálculo, o preço vendido aos atravessadores (R\$1,10), mesmo sabendo que há a venda do leite diretamente ao consumidor na própria vacaria; no entanto, se configura como uma pequena parte da venda, conforme relato do trabalhador responsável pela vacaria. Cada trabalhador recebe um valor semanal de R\$ 150,00 e dois litros de leite/dia $\{4 \times (150,00 \times 4) + (3,0 \times 30)\}$. Assim, usando o mesmo raciocínio para o cálculo da unidade produtiva A, inferimos que o ganho mensal da vacaria está em torno

de R\$11.550,00 e os gastos com a força de trabalho são de R\$ 2.580,00. Portanto, a porcentagem gasta com a força de trabalho fica em torno de 22% das despesas da produção.

Depreende-se daí que o nível de exploração aumenta de acordo com o tamanho da propriedade e sua capacidade produtiva. Portanto, quanto maior a produtividade do estabelecimento pecuário menor é o gasto com a força -de – trabalho, representando apenas uma distribuição aparente de ganhos aos trabalhadores por não haver pagamento de salário na forma de contrato de trabalho formal. Conversando com o senhor Ferreira, um trabalhador da vacaria do bairro Henrique Jorge sobre sua situação trabalhista, ele assim se expressou: “a gente falou uma vez sobre a carteira assinada, e o dono disse que ia ver, mas nunca mais falou sobre isso. Já faz muito tempo”.

Percebemos também que a importância do estabelecimento pecuário está relacionada com o volume de leite produzido e comercializado, envolvendo maior ou menor número de compradores, revendedores e consumidores. Cada vacaria tem uma dimensão produtiva diferente, com variações da necessidade de insumos – alimentação animal, número de trabalhadores, complexidade da organização do trabalho e consequentemente havendo especificidade no desdobramento de seu circuito espacial produtivo, ou seja, sua produção, comercialização (*in loco* ou vendedores-leiteiros), consumidores (residências e pequenos comércios), havendo maior ou menor abrangência territorial no momento da comercialização nos bairros da Metrópole.

Nem todos os estabelecimentos pecuários, no entanto, possuem um porte produtivo para que tenham um circuito de produção e comercialização amplo e complexo. Nos pequenos estabelecimentos, a produção é menor e está perto de 80 litros/dia, conforme visto na análise da unidade produtiva A. Geralmente, o proprietário é quem organiza todo o processo produtivo, desde a busca de capim até a compra de complementos da alimentação dos bovinos, passando pela retirada e comercialização do leite. Neste caso, o proprietário é responsável por todo o processo produtivo, possuindo uma pequena expressividade econômica e abrangência territorial intrabairro.

A prática da criação de bovinos, conforme relatos obtidos em campo pelo nosso informante, mantém-se no espaço urbano de Fortaleza desde as décadas de 1960 e 1970, ou até mesmo bem antes deste tempo, quando a cidade não apresentava a configuração territorial atual, quando havia muitos espaços rurais(sítios) e o tecido urbano não possuía a complexidade de hoje .

Geralmente, a atividade pecuária começa seu funcionamento com pequena quantidade de gado, ocorrendo o acréscimo do número de cabeças com o passar do tempo. Ocorrem casos, contudo, em que a atividade pecuária se inicia com um número elevado de gado, a exemplo do senhor Sampaio, residente no bairro Henrique Jorge e dono de uma vacaria. Ele nos informou que iniciou sua atividade criatória nos anos de 1970, no bairro Quintino Cunha-próximo à via férrea. As primeiras cabeças de gado vieram do interior do Estado da fazenda de seu pai, no Município de São Gonçalo do Amarante. Sobre a vinda do gado, nos disse:

Nós, eu mais dois irmãos, passamos oito dia movimentando com esse gado de lá pra cá a pé, tudo a pé; os bezerrinhos novos agente colocava na sela e andava até 9:00 ou 10:00hs e quando o sol esquentava agente procurava um lugar pra descansar: uma moita, um casebre, se não ele morria de cansado, mesmo trazendo ele nas pernas, aí demorava e viajava a tardinha, depois de três horas até 6:00 hs. Nos trouxemos cerca de 150 gado e passamos cerca de quatro anos aqui e retornamos de novo. (Depoimento do senhor Sampaio em 2011).

Como criador de gado, o senhor Sampaio teve seu estabelecimento pecuário sediado em vários bairros periféricos de Fortaleza. Iniciou sua criação de gado nos anos de 1970-1974, no bairro Quintino Cunha. Depois, mudou-se para o bairro Genibaú -nas margens do rio Maranguapinho - e lá funcionou de 1990 até 2000. Em razão das obras de saneamento deste rio, porém ele deslocou a vacaria para o bairro Vila Velha, onde funciona até hoje.

Identificamos ainda a permanência de um estabelecimento pecuário que funciona há mais de 40 anos. Trata-se da vacaria do senhor Antonio Gurjão, no Bairro Henrique Jorge, que iniciou timidamente suas atividades em 1968, porém o seu momento áureo de produção só veio a ocorrer nas décadas

de 1980 e 1990. Segundo informações de Piragibe, o filho mais velho do senhor Antônio Gurjão, eles chegaram a possuir na vacaria um total aproximado de 250 bovinos, com uma produção de leite em torno de 1000 litros/dia, que era vendido nas ruas dos bairros adjacentes à vacaria. Este estabelecimento ainda continua funcionando e possui importância econômica, pois conta, ainda hoje, com cerca de 50 vacas e uma produção diária de aproximadamente 350 litros de leite, cuja comercialização do leite *in natura* é feita em vários bairros de Fortaleza (Mapa 05) .

Falando das dificuldades em se manter uma vacaria, o senhor Adriano, que gerencia uma vacaria no bairro Henrique Jorge, foi enfático ao relatar que, nos últimos anos, sofre muito com a diminuição da produção e comercialização do leite. Ele alega os altos custos para a manutenção da produção, detalhando- nos que a compra da ração dos bovinos, ao longo dos anos, aumentou em razão geométrica, enquanto os preços do leite aumenta em razão aritmética, ou seja, que os gastos na compra da alimentação dos animais esta aumentando enquanto que os preços do produto permanecem baixos em relação aos comercializados no mercado (mercearias, supermercados etc.), além de estar havendo uma diminuição dos consumidores do leite *in natura*.

Um momento importante do processo produtivo do leite chamado cru ou *in natura*, aquele que não passa por um processo de industrialização (pasteurização), é sua comercialização. Comumente, uma parte do que é produzido logo é vendido diretamente ao consumidor no próprio estabelecimento pecuário. Os consumidores que vêm fazer a compra do leite *in natura* na vacaria são geralmente moradores do bairro onde se localiza o estabelecimento pecuário ou de bairros adjacentes. Eles vêm á pé, de motocicletas ou de automóvel, normalmente logo ao amanhecer e/ou um pouco mais tarde da manhã. Os compradores que chegam para obter o leite *in natura*, trazem frequentemente um recipiente de uso doméstico, como leiteira, panela ou garrafa plástica.

Além da comercialização do leite *in natura* ser praticada na própria vacaria, ou seja, diretamente aos consumidores locais, o leite é ainda adquirido

por pequenos comerciantes que comprem este produto para revendê-lo em seus estabelecimentos em meio a outras mercadorias (Figuras 18 e 19).



Figura 18- Comércio que revende leite *in natura* e outros produtos típicos do campo no bairro Dom Lustosa.

Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 19 – Comércio que revende leite *in natura* no bairro Henrique Jorge.

Fonte: Rodrigues, 2011

A comercialização do leite, em sua maior quantidade, é efetuada comumente por intermédio dos atravessadores, os chamados leiteiros. Estes compram o leite nos estabelecimentos pecuários diariamente e o revendem em alguns pequenos comércios e/ou em residências de moradores de bairros periféricos de Fortaleza que ficam próximos às vacarias.

Os chamados leiteiros, ou revendedores de leite *in natura*, compram diariamente o leite na vacaria, geralmente em dois horários distintos, correspondentes aos momentos de pós- retirada do leite. A primeira compra é realizada no estabelecimento pecuário no período vespertino enquanto a segunda compra acontece no começo da tarde.

A compra e o pagamento são efetuados no estabelecimento pecuário geralmente em dinheiro e a um trabalhador que administra a vacaria. Em seguida, o leiteiro realiza a venda, percorrendo as ruas onde estão seus compradores, indo de residência em residência ou a pequenos comércios, habitualmente seus compradores. Os leiteiros utilizam no transporte do leite veículos como bicicleta ou motocicleta, acontecendo casos em que o mesmo leiteiro faz uma parte da entrega do leite em motocicleta e a outra em bicicleta (figuras 20 e 21).



Figura 20 – Leiteiro utilizando uma motocicleta para a entrega do *leite in natura*

Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 21 – Leiteiro utilizando uma bicicleta para entrega do *leite in natura*.

Fonte: Rodrigues, 2011

Segundo relato do senhor Adriano, o leite é entregue nestas duas formas de transporte em razão dos problemas de violência urbana (insegurança e roubo). Em lugares mais distantes e menos perigosos a entrega do leite é feita em motocicleta, que já utilizada desde 2001. Outra parte do leite é transportada em bicicleta, em geral, naqueles lugares considerados mais “perigosos”. Esse é o caso do senhor Adriano, que alega usar a bicicleta dado seu baixo valor agregado; no entanto, nem todos os leiteiros possuem um duplo transporte para a entrega do leite.

Observamos em trabalho de campo uma peculiaridade interessante no consumo do leite das vacarias estudadas. Trata-se do fato de a clientela ser predominantemente de pessoas idosas, sobretudo mulheres que em geral costumam consumir este produto. Além dos consumidores idosos também adultos mais jovens mantêm o costume de consumir o leite que é comumente chamado de “puro”. Ao indagarmos a um leiteiro sobre esta característica de sua clientela, ele respondeu:

A maioria da venda é feita a pessoas idosas, por causa do costume delas. Antigamente eu tinha uma clientela maior. Muitos velhos foram proibidos pelos médicos de beber o leite, tem muita gordura, muitos já morreram, outros estão prostrados e os filhos não compram mais. Tá acabando a venda do leite. (Depoimento do Senhor Adriano, 2011).

Percebemos, ainda, que a permanência da comercialização do leite é propiciada pelo costume de algumas pessoas, oriundas da zona rural do Estado, que, ao chegarem à cidade, continuaram com o hábito do consumo do leite *in natura*. Este hábito foi reforçado pelo fato de haver a produção do leite na cidade, ou seja, pela existência de vacarias no meio urbano e a presença rotineira de vendedores de leite transitando pelas ruas dos bairros da cidade. Associa-se a isso o fato da presença de vacarias em meio a residências o que favorece a manutenção de hábitos rurais como este na metrópole Fortaleza.

Atualmente, a comercialização de leite *in natura* é realizada, sobretudo, em bairros periféricos. Esta prática, No entanto, já foi outrora realizada em outros bairros da cidade considerados mais centrais, pelo menos até os anos de 2001. Segundo o senhor Adriano, a comercialização do leite também acontecia em bairros considerados “nobres”. Ele exemplifica o caso de leiteiros que compravam leite em uma vacaria no bairro Henrique Jorge e o revendia no Centro de Fortaleza e no bairro Aldeota, afirmando que era um vendedor destacado pela quantidade diária de leite que comercializava.

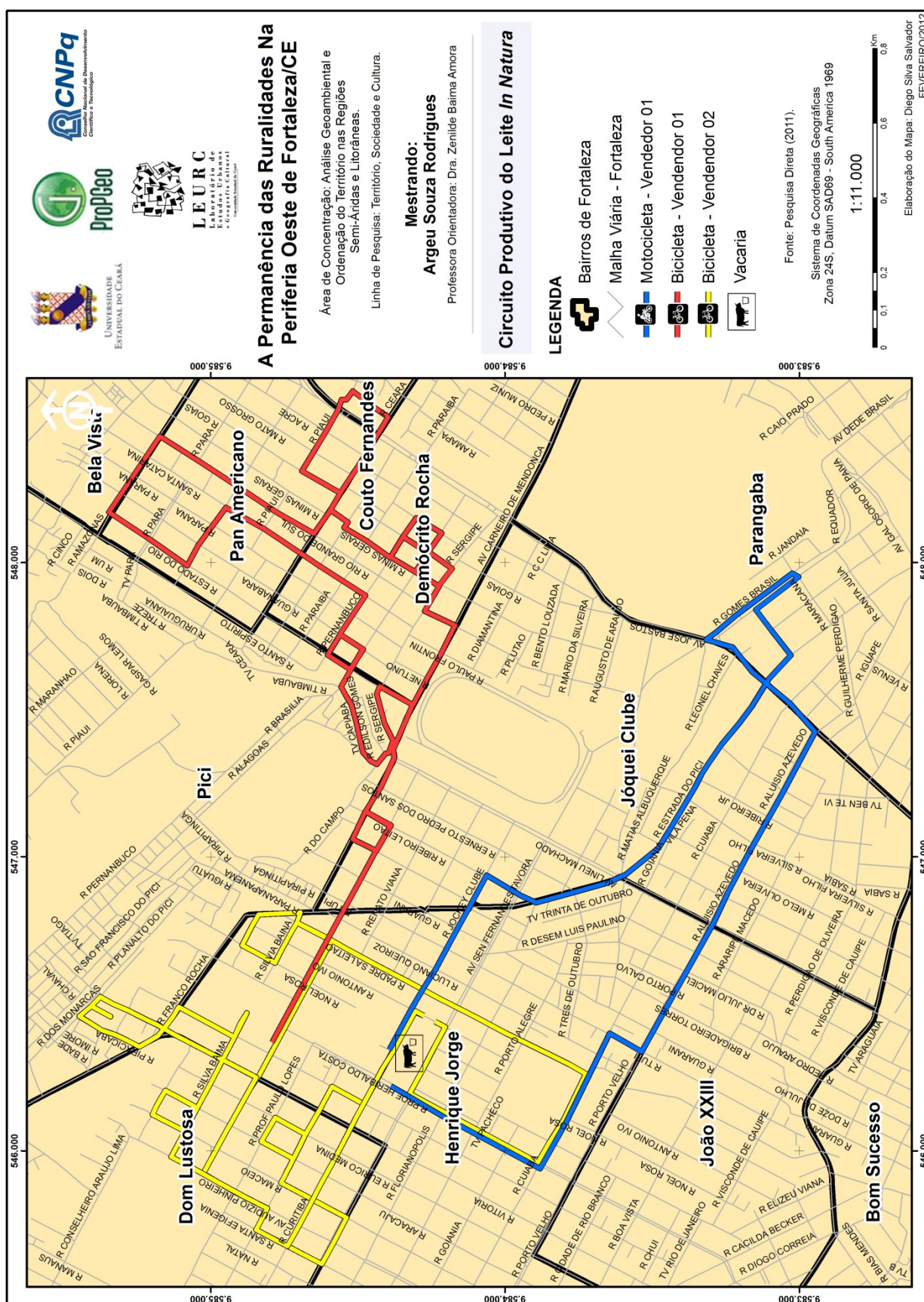
Além desta característica da clientela detectamos outras peculiaridades que fazem parte do cotidiano que envolve a comercialização do leite. Referimo-nos à rotina, à temporalidade e às relações pessoais desenvolvidas nesta atividade. Rotineiramente, os leiteiros constroem e reconstroem sua clientela, quando os consumidores indicam o produto aos vizinhos e parentes. Ocorre também de os clientes deixarem de consumir o leite, alegando a pouca qualidade do produto, ou seja, a existência de água no leite, considerando-o não “puro.” Neste caso, o leiteiro perde a clientela, surgindo a necessidade de novos compradores. Ainda há a venda esporádica do produto para consumidores não habituais que, ao perceberem a passagem do leiteiro, que está transitando pelas ruas do bairro, param-no e compram o seu produto.

No momento da venda do leite, há um contato, muitas vezes, de confiança. Ao observarmos em trabalho de campo um dia de trabalho dos leiteiros, constatamos haver casos em que eles adentram espontaneamente as residências de seus compradores, deixando o produto na cozinha da casa e recolhendo o dinheiro deixado pelo comprador. Constatamos, ainda, situações

em que, na ausência do cliente, o leiteiro deixava o produto em sua residência, o que indica uma relação de confiança, aliás, pouco comum nas metrópoles. Ocorre ainda, e com frequência, no momento da entrega do produto, uma saudação amistosa ou uma breve conversa sobre coisas banais relacionadas à cotidianidade, as vivências locais ou simplesmente a queixa sobre a quebra da rotina por não ter havido a entrega de leite no dia anterior. Também acontece a venda na modalidade a prazo, com o uso da “velha” caderneta ou simplesmente a memorização da transação comercial pelo próprio vendedor que não sabe ler nem escrever. Desse modo, ele apenas informa a quantidade entregue naquele dia, o acumulado da semana ou o dia do recebimento do dinheiro referente ao leite entregue que é recebido semanalmente.

Depreende-se daí que a permanência da atividade produtiva do leite *in natura* é propiciada pelo consumo deste produto pecuário, consumido diariamente por moradores de vários bairros periféricos de Fortaleza, a exemplo da venda efetuada em residências de moradores de bairros como: Henrique Jorge, Dom Lustosa, Pici, Bela Vista, dentre outros.

Percebemos que a existência desta atividade pecuária no espaço urbano de Fortaleza tende a constituir-se em um circuito econômico desde a produção, comercialização e consumo do leite *in natura*, propiciando a formação de um mercado urbano periférico que se espacializa na porção oeste da cidade (Mapa 04).



4.3. O Circuito Produtivo do Cultivo de Hortaliças

Além do circuito produtivo propiciado pela atividade das vacarias no espaço urbano, o cultivo de hortaliças ocasiona também um circuito produtivo agrícola na cidade de Fortaleza.

A atividade do cultivo de hortaliças,¹⁵ nesta cidade, localiza-se em terrenos arenosos, nos chamados interflúvios, conforme estudado no capítulo 03 (Mapa 03). Esta, por ser uma atividade agrícola, tem como características: o tamanho dos terrenos utilizados para o cultivo, a sua lógica produtiva específica e a peculiaridade da comercialização.

O circuito produtivo das hortaliças compreende a produção propriamente dita, a comercialização e o consumo, com seus processos, formas, ferramentas e temporalidades próprias, cujo funcionamento enseja um mercado urbano periférico, com base em uma atividade produtiva característica do setor primário da economia que surge como atividade agrícola mas que se articula aos demais setores da economia urbana.

A primeira etapa do processo produtivo da atividade do cultivo das hortaliças é o plantio, que tem como base para seu funcionamento a terra, as ferramentas, as sementes, os trabalhadores e os revendedores.

O cultivo de hortaliças, por ser uma atividade com características agrícolas, tem a necessidade de um terreno com grandes dimensões. Nesta atividade produtiva, a dimensão do terreno e as propriedades do solo influenciam diretamente na quantidade e na qualidade da produção. Ressaltamos que, em geral, os terrenos cultivados pelas hortas possuem

¹⁵ Lembramos que nosso estudo visa a compreender o cultivo de hortaliças na modalidade comercial em sua lógica de produção, circulação e consumo no espaço urbano de Fortaleza. Todavia, há casos em que o cultivo de hortaliças é feito em quintais ou jardins de algumas residências de bairros periféricos, objetivando a subsistência familiar. Esta modalidade de cultivo não foi levada em conta em nosso estudo, dado o objetivo da pesquisa. Ainda, ressaltamos que a presença do cultivo de plantas no espaço urbano tem recebido a denominação de agricultura urbana, contudo esta problemática não foi tratada em nosso estudo haja vista a abrangência do tema e o necessário aprofundamento, não sendo possível adentrarmos nesta discussão neste momento. Para outras informações sobre agricultura urbana, indicamos a consulta do site: <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/textos.html>.

grandes dimensões e, no contexto da cidade, estes terrenos passam a ser considerados uma mercadoria muito valorizada pelo setor imobiliário, fazendo surgir conflitos pelo uso da terra urbana que, *grosso modo*, está ocupada com atividades agrícolas, portanto, não urbanas.

Constatamos, em pesquisa de campo, que os terrenos usados para o cultivo, geralmente são utilizados em forma de arrendamento pago ao dono da terra em um aluguel mensal pelo uso de sua propriedade. Como tendência, esses terrenos onde se cultivam as hortaliças são alvo da especulação imobiliária, por não conterem construções, isto é, por serem considerados vazios urbanos e com dimensões atrativas ao mercado imobiliário. Os proprietários dos terrenos recebem constantemente propostas de compra, mas eles resistem, mantendo a continuidade da atividade ou mesmo esperando uma maior valorização do terreno para a posterior venda, ou ainda, negociando uma parte do terreno para construção, enquanto mantêm o cultivo na outra parte.

O cultivo das hortaliças, em geral, segue o ritmo da natureza. A semente plantada tem um tempo para sua germinação e nascimento em torno de 15 dias. Com o decorrer de mais 30 dias, está pronta para a colheita e sua posterior comercialização. As duas principais hortaliças cultivadas nas hortas são o coentro e a cebolinha, que possuem formas de semear diferentes. O coentro é plantado em sementes, compradas no comércio especializado em sementes e defensivos agrícolas em Fortaleza. No cultivo da cebolinha, é utilizada uma parte da própria planta usada para replantio, adquirida na própria horta, enquanto a outra é comprada na CEASA, localizada em Maracanaú e/ou no mercado São Sebastião, em Fortaleza.

O terreno utilizado no cultivo das hortaliças passa por uma preparação necessária, ou seja, a formação dos chamados canteiros, que são construídos geralmente em modelos retangulares com dimensões entre 80 e 120 cm de largura e comprimento variável de acordo com a dimensão do terreno a ser cultivado. Percebeu-se que onde a topografia do terreno é acidentada, com declive acentuado, há um acúmulo de água e sedimentos no período chuvoso, fazendo com que as hortaliças sejam cultivadas suspensas do chão. Os

canteiros das hortas são construídos com madeiras e preenchidos com areia da praia. Entre os canteiros é feita uma separação que serve como passagem dos trabalhadores da limpeza, aguação e colheita.

Há estabelecimentos, no entanto, em que o cultivo das hortaliças é realizado diretamente no chão, utilizando-se areia de praia para melhor adaptação da semente ao solo. Ocorre dificuldades, no entanto, para os proprietários das hortas conseguirem a areia de praia, pois a compra deste mineral é combatida pelos órgãos de fiscalização ambiental estadual (Secretaria de Meio Ambiente do Ceará- SEMACE) e federal (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis -IBAMA). Mesmo assim, ainda persiste esta prática da compra da areia de praia para o cultivo de hortaliças em Fortaleza.

No cultivo das hortaliças, geralmente, são utilizadas ferramentas de baixo nível tecnológico, tais como: enxada, pá, ciscador e carro de mão. No tocante aos aparatos técnicos, estes estabelecimentos contam, geralmente, com um poço artesiano ou poço profundo, um motor ou cata-vento, além de tubulações e mangueiras que levam a água até os canteiros. Rotineiramente, um trabalhador rega às hortaliças em dois momentos do dia: um pela manhã e outro ao entardecer (Figura 22). Há, no entanto, hortas que contam com um maior incremento tecnológico, com a utilização de microaspersores que possibilitam melhor forma de aguação das hortaliças, com menor desperdício de água, ocorrendo, nestes casos, a diminuição na quantidade de trabalhadores empregados no cultivo das hortaliças (Figura 23).



Figura 22 - Horta no bairro Jardim Iracema e o trabalho manual na aguação das hortaliças

Fonte: Rodrigues, 2011.



Figura 23 – Horta no bairro Itaperi que utiliza microaspersores na aguação das hortaliças.

Fonte: Rodrigues, 2011

Nas hortas predomina o trabalho manual cuja mão de obra tem pouca ou nenhuma qualificação profissional. É solicitado do trabalhador que ele disponha apenas de sua força física para o serviço. Ele não tem garantias trabalhistas e a remuneração pela força de trabalho é mais ou menos R\$ 200,00 semanais. O número de trabalhadores está relacionado ao tamanho do terreno e a quantidade de hortaliças produzidas, dependendo daí maior ou menor quantidade de trabalhadores necessários às etapas de funcionamento da atividade. Geralmente, em cada horta, há um trabalhador responsável pela manutenção e organização das etapas da produção - preparação do terreno e formação dos canteiros; a plantação da semente; momento da aguação; limpeza das ervas daninhas com defensivos agrícolas; e colheita feita manualmente.

Constatamos o cultivo de hortaliças não somente em grandes, mas também em pequenos terrenos, ou seja, em quintais de algumas residências cujas atividades diárias eram realizadas predominantemente pelo grupo familiar. Neste caso, o proprietário utiliza-se do trabalho da esposa, dos filhos e de parentes como força de trabalho necessária ao desenvolvimento da atividade do cultivo e comercialização das hortaliças. Ainda, identificamos casos em que ocorre um desmembramento da atividade, quando um dos membros da família passa a produzir hortaliças de forma independente, seja no mesmo terreno seja em outro lugar. E, ainda, quando o proprietário expande o seu negócio, cultivando em mais de um terreno, como é o caso do proprietário de uma destacada horta no bairro Itaperi, que também possui um cultivo de hortaliças no Distrito de Pécem, no Município de São Gonçalo do Amarante, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza.

Observamos que, nas hortas pesquisadas, geralmente, cultivam-se o coentro e a cebolinha produzidos em uma lógica comercial e que servem de condimento ou tempero de outros alimentos. Além desta produção direcionada ao tempero de alimentos, cultivam-se também a alface e plantas consideradas medicinais, tais como mastruzo, capim-santo, erva-cidreira, dentre outras plantas que têm um público consumidor mais local, de vizinhos, parentes e amigos do proprietário da horta.

A colheita dos produtos nas chamadas hortas acontece diariamente e em dois momentos. A primeira retirada ocorre no início da manhã e a outra ao final do dia. Estes dois horários de colheita das hortaliças coincidem, também, com o da chegada dos compradores (atravessadores e/ou verdureiros) que, após a aquisição dos produtos, os comercializa tanto em residências como em pequenos comércios localizados em diversos bairros periféricos de Fortaleza.

Percebemos, ainda, o fato de que alguns produtores de hortaliças, quando não conseguem manter uma produtividade alta ou não estão colhendo uma quantidade suficiente para abastecimento dos verdureiros, utilizam como tática para manter sua clientela de compradores a aquisição de hortaliças de outros produtores, seja em Fortaleza, seja na CEASA ou até mesmo em localidades fora da Capital do Estado do Ceará. Desse modo, eles compram o produto que é então vendido em sua horta aos habituais verdureiros. O senhor Nazareno, um produtor de hortaliças no bairro Itaperi, nos afirmou se abastecer tanto nas hortas localizadas na cidade quanto no interior do Estado, de modo a manter a clientela, pois, caso o comprador (verdureiro) chegue à horta e não tenha as hortaliças, ele procurará adquirir a verdura em outros produtores, pois, não tendo o produto, perderá o comprador. E acrescenta: “é muito difícil conseguir uma clientela, mas perdê-la é fácil”.

Os verdureiros chegam às hortas, em geral, muito cedo do dia para a compra dos produtos, pois há uma prática que prioriza a ordem de chegada para o atendimento. E, mesmo havendo a concorrência entre os verdureiros, o momento de chegada para a compra das hortaliças é compartilhado entre eles. O ato da compra é também ocasião de encontro dos verdureiros e construção de sociabilidades. Eles aproveitam o momento para falarem de coisas banais do cotidiano, como, a escassez ou a bonança de suas vendas, da oferta dos produtos, da clientela, e também sobre as especificidades propiciadas pelo lugar. Falam de suas origens em comum, pois notamos, em pesquisa de campo, que estes vendedores são geralmente pessoas que mantêm vínculos com o campo de onde procedeu. Ainda em relação às sociabilidades, constatamos em uma horta localizada no bairro Itaperi, perto do *campus* da Universidade Estadual do Ceará -UECE(Figura 24), a existência de um espaço

com uma sinuca, usada pelos trabalhadores das hortas nos momentos de folga, e também por alguns verdureiros que jogam um pouco antes de sair para suas vendas.



Figura 24: Verdureiros no momento da compra de hortaliças em uma horta no bairro Itaperi.
Fonte: Rodrigues, 2011

Os revendedores de hortaliças estabelecem em seu cotidiano sociabilidades e formas de relacionamento específicas, tanto entre si como com os proprietários das hortas e com seus clientes. Alguns verdureiros compradores assíduos e de longas datas estabelecem laços de amizade e de confiança com os proprietários das hortas, ocorrendo casos em que a compra de hortaliças é feita na modalidade a prazo; sociabilidades estas que fazem parte do enredo dos caminhos cotidianos dos homens comuns (MARTINS, 2000).

Os verdureiros, geralmente, utilizam como meio de transporte de sua mercadoria, bicicleta, motocicleta e carro de mão (usado comumente na construção civil), mas há também quem utilize simplesmente uma bacia de alumínio na cabeça para transportar as hortaliças. Existem, também, aqueles que improvisam um meio de transporte para seus produtos, utilizando-se de sucata de geladeira, chamado de carrinho de geladeira. Geralmente, os verdureiros que utilizam como transporte das hortaliças um carro-de-mão na condução de seus produtos percorrem uma distância menor em relação ao local da compra e venda, ou seja, revendem as hortaliças nos bairros adjacentes à horta.

Constatamos, ainda, que há um predomínio de homens na comercialização das hortaliças, mas também registramos a presença de mulheres que exercem esta atividade e que no processo de venda utilizam comumente como meio de transporte das hortaliças veículo de propulsão humana, sobretudo, o carro de mão, transporte muito utilizado por ter um baixo valor agregado (Figura 25 e 26).



Figura 25- Vendedora de hortaliças utilizando como transporte um carro de mão.

Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 26 - Vendedor de hortaliças utilizando como transporte um carro de mão.

Fonte: Rodrigues, 2011

O transporte das hortaliças também é feito sem o uso de um transporte convencional. Trata-se do emprego do próprio corpo como meio de propulsão de transporte do produto. O vendedor usa uma vasilha de plástico ou alumínio na cabeça apoiada em um pano e equilibra o peso dos produtos em sua cabeça com o próprio corpo. Este hábito que está entrando em desuso pelos verdureiros e que relembra as mulheres do campo quando transportam água do rio em baldes na cabeça até a sua residência, ou quando vão em direção aos mananciais hídricos para lavar roupas.

Há casos em que o verdureiro usa a bicicleta apenas para comprar as hortaliças, ou seja, para levá-las até o seu lar. Posteriormente as coloca em um carro de mão e daí passa a percorrer as ruas do bairro onde reside para realizar a venda de sua mercadoria. Também ocorrem casos em que os vendedores de hortaliças percorrem maiores distâncias para revender seus produtos, a exemplo do verdureiro Cícero, que mora no bairro Bom Jardim e compra hortaliças no bairro Itaperi, portanto, bem distante de seu local de

moradia. Ele utiliza um transporte improvisado de sucata de geladeira (comumente usado pelos catadores de material reciclado nas ruas de Fortaleza), percorrendo o caminho de volta para sua casa e revendendo seu produto pelas ruas dos diversos bairros por onde passa até chegar à sua residência (Figura 27).



Figura 27 - Vendedor de hortaliças que utiliza transporte improvisado para a comercialização dos produtos agrícolas.
Fonte: Rodrigues, 2011

Ressaltamos que, entre os verdureiros, independentemente do meio de transporte por eles utilizados, seja a pé, em meios de deslocamento improvisado, em bicicleta ou motocicletas, existe esta prática em comum que é o de rotineiramente saírem de suas residências, em bairros localizados na periferia da cidade e distantes das hortas, para realizarem a compra das hortaliças, percorrendo então o caminho de volta em direção à casa, revendendo seus produtos pelas ruas dos bairros por onde passam. E, ainda, notamos que, na venda das hortaliças, ocorre o predomínio do uso da bicicleta como meio de transporte na comercialização destes produtos agrícolas pelo seu baixo valor agregado, haja vista a alegação de que ganham pouco, não podendo adquirir outro meio de transporte para os produtos, caracterizando-se a bicicleta como um meio de locomoção muito utilizado pelos trabalhadores das periferias urbanas das cidades brasileiras.

Quanto à comercialização das hortaliças, seja em motocicletas ou bicicletas (Figuras 28 e 29), percebemos que as maiores quantidades comercializadas são efetuadas por verdureiros que revendem seus produtos,

em pequenos comércios locais (mercearias e botecos principalmente) que vendem desde carnes, frangos e peixes até produtos de uso agrícola como pás, enxadas, cordas etc. Ainda, no contexto da comercialização das hortaliças, destacam-se os frigoríficos (açougues) como os maiores compradores em termos de quantidade do produto.



Figura 28- vendedor de hortaliças em mercearias.

Fonte: Rodrigues, 2011



Figura 29- vendedor de hortaliças em frigoríficos.

Fonte: Rodrigues, 2011

Os verdureiros desenvolvem táticas de vendas peculiares. Há aqueles que utilizam o som de sua voz para anunciar seu produto, enquanto outros se utilizam de sinais sonoros, a exemplo de buzinas e chocalho, este usado comumente em pescoço de animais (Figura 30). Outros escolhem revender seus produtos apenas em comércios, restaurantes e frigoríficos ou açougues (lugar de venda de carnes) por ser uma venda efetuada em maior quantidade. há aqueles, porém, que escolhem vender de residência em residência. Segundo relato de um vendedor, a escolha da venda em residências decorre das possibilidades de ser feita a um preço maior do que as efetuadas em comércios e, ainda, porque, na venda de residência em residência, há a formação de uma parceria e um relacionamento de caráter mais pessoal e de confiança que proporciona a manutenção de suas vendas.



Figura 30: Vendedor de hortaliças que vende ,de residência em residência, utilizando-se de um chocalho para anunciar a venda de seu produto.

Fonte: Rodrigues, 2011.

Os verdureiros, no cotidiano de suas vendas, estabelecem, ainda, uma temporalidade específica, por ser um trabalho informal e não ficarem sujeitos à rigidez do tempo do relógio, o que é comum aos trabalhadores urbanos.

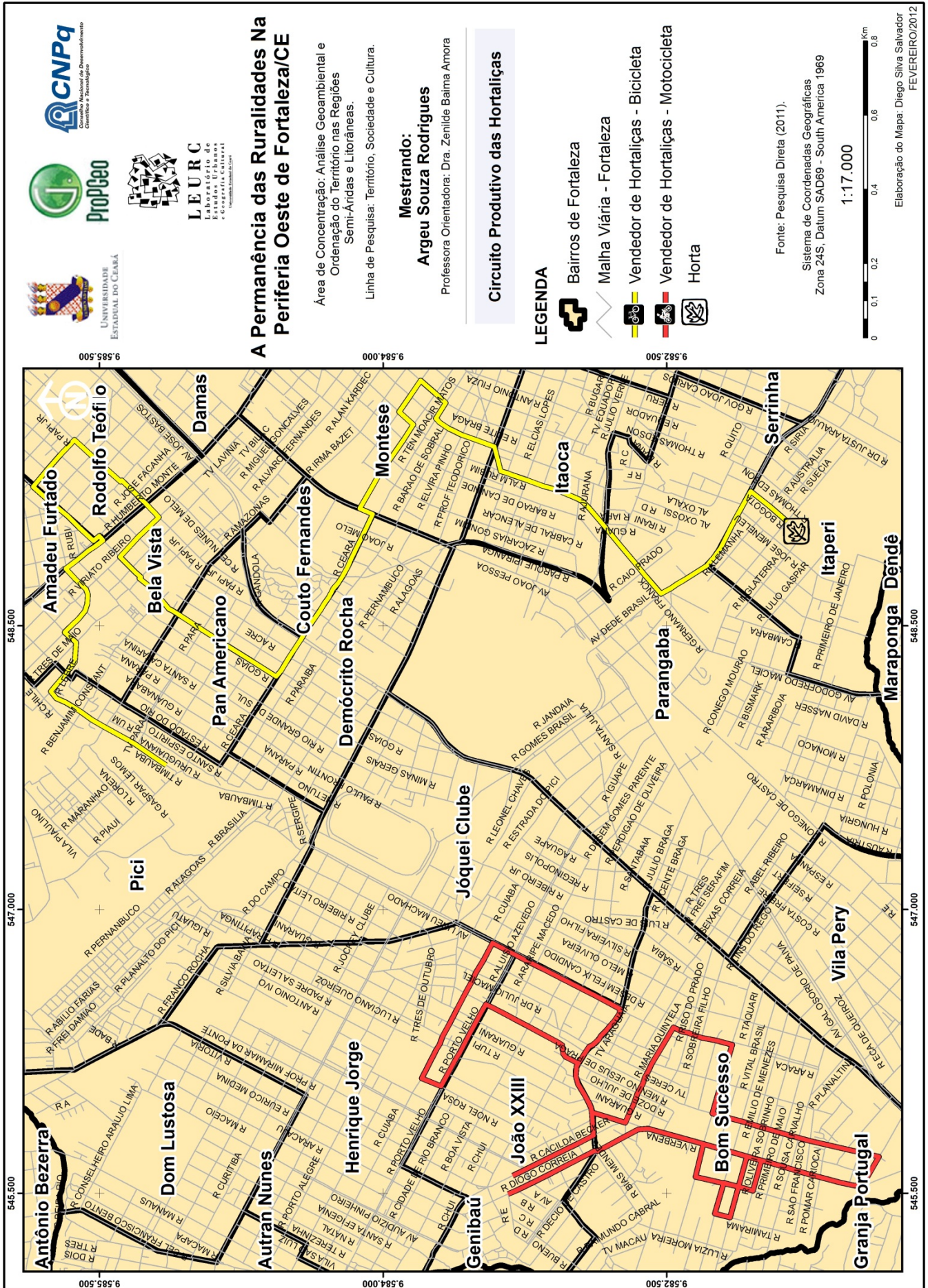
Para Durhan (1978, p.164), a orientação ocupacional do migrante rural na cidade dá-se não apenas pelas oportunidades de qualificação profissional para sua inserção no mundo do trabalho urbano, mas que a escolha ocupacional também se relaciona aos valores culturais trazidos pelo sujeito migrante da sociedade rural, tendo como base de sua escolha ocupacional um duplo critério: a concepção de trabalho autônomo ou independente em oposição ao trabalho assalariado (sujeição pessoal, rigidez da regulação do trabalho ao tempo do relógio) e o trabalho não manual (pelo fato de lembrar o trabalho escravo). Desta forma, determinadas ocupações profissionais (sem contrato legal e sem a imposição da regulação do tempo) seriam, além de uma lógica do mercado e sua marginalização ocupacional, uma escolha pessoal dos migrantes rurais na cidade, pois “a regulamentação precisa do tempo e simboliza assim, a perda da autonomia que enobrece o trabalho, caracterizando-o como trabalho livre.”

A temporalidade cotidiana dos vendedores de hortaliças está relacionada a uma escolha do melhor momento do dia para a venda e de como melhor atender sua clientela. Muitos verdureiros escolhem o período matutino para a venda de seus produtos, sobretudo o “cheiro verde” (coentro e cebolinha), vendido diretamente às mulheres no exato momento de preparação

da refeição que será servida ao meio dia, ou seja, o almoço. Há aqueles que escolhem a noite, visando a conservar a qualidade das hortaliças que sofrem com o calor do sol antecipando a entrega do dia seguinte.

Ressalta-se que o tempo do trabalho destes vendedores de produtos agrícolas é permeado de sociabilidade e criatividade em seu cotidiano. É possível escutarmos o verdureiro cantarolando enquanto vende o coentro, a cebolinha, a alface no intuito de atrair a clientela e também para anunciar aos consumidores habituais que o verdureiro se aproxima de sua residência. Ainda, como prática cotidiana, ocorre o fato de o verdureiro, no momento da entrega das hortaliças, oferecer chá aos seus clientes o qual é levando em uma garrafa térmica para o bom condicionamento da bebida, afirmando ser a erva utilizada oriunda da horta onde ele trabalha e que a mesma possui características medicinais. É comum se encontrar vendedores que trabalham durante o dia no cultivo de hortaliças e, ao retornarem às suas casas, aproveitam para levarem consigo hortaliças que revendem no percurso da horta até sua casa, constituindo assim uma atividade de complementação de sua renda.

Finalmente, percebemos haver uma relação entre o tipo de transporte e a abrangência territorial realizada no momento da compra e da venda. Os caminhos percorridos pela comercialização das hortaliças estabelecem circuitos espaciais com características próprias relacionadas à forma de transporte utilizado e tendo uma abrangência territorial específica. Desse modo, e, em decorrência do grande número de vendedores existentes nesta atividade (verdureiros), que no momento da comercialização percorrem diversas ruas e avenidas dos bairros periféricos da cidade, estabelecendo rotas de comercialização e gerando uma grande diversidade de caminhos que são percorridos dentro da malha urbana, é que surge um circuito produtivo das hortaliças. Estes diversos circuitos espaciais possuem uma configuração espacial e abrangência territorial considerável no interior da malha urbana de Fortaleza (Mapa 05).



4.4. As Relações com o Urbano: conflitos, convivência, convivência.

Neste item, abordamos as ruralidades nas suas relações com o urbano, discutindo-se a relação da legislação vigente, tanto no âmbito federal quanto municipal, portanto as normas que regem o espaço urbano e as práticas rurais, mais especificamente, a bovinocultura e o cultivo de hortaliças em Fortaleza. Para tanto, consideramos o papel do Estado no que concerne ao seu poder de legislar a sociedade e em particular, no que se refere ao ordenamento territorial, com base nos aportes legais que versam mais diretamente sobre as atividades rurais na cidade como: o Controle e Prevenção de Zoonoses, a Vigilância Sanitária, o Código de Obras e Posturas, a Lei Orgânica do Município de Fortaleza, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e a Lei de Uso e Ocupação do Solo- LUOS.

A comercialização do leite *in natura* ou cru faz parte de debates legais desde a década de 1950, com o Decreto Lei nº 39.093, de 30 de abril de 1956. Este decreto, em seu Art. 509, enfatiza que “nas localidades onde existir usina de beneficiamento de leite, não é permitida a venda do leite cru, não podendo a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio deste tipo de leite”. Outro marco legal sobre o tema é o Decreto Lei nº. 923, de 10 de outubro de 1969, regulamentado na década de 1970, que proíbe a venda de leite cru para consumo direto da população em todo o território nacional, permitindo, em caráter precário, a venda de leite cru em localidades que não possam ser abastecidas permanentemente com leite beneficiado.

Ainda como parte das discussões legais sobre o tema da comercialização do leite *in natura*, surge na década de 1990 uma lei federal (nº 8.137 de 27) relacionada aos crimes contra a ordem tributária, econômica, incluindo, portanto, a venda do leite nas relações de consumo conforme detalhado a seguir:

II - vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial;
(...)

IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo;

Com base nesta lei, os órgãos de vigilância sanitária passaram a fiscalizar a atividade da comercialização do leite *in natura* em várias cidades brasileiras fazendo surgir conflitos referentes à proibição legal da comercialização deste produto e a permanência de sua prática.

Em Fortaleza, a vigência desta lei gerou conflitos referentes às práticas da comercialização e consumo do *leite in natura* e muitos leiteiros tiveram seus produtos apreendidos pela vigilância sanitária. O senhor José (seu Zé), proprietário de uma vacaria no bairro Vila Velha que comercializava seu produto, nos relatou que nos anos de 1980, quando transportava o leite em sua bicicleta, que seria entregue em residências de seus compradores e em pequenos comércios do bairro, foi impedido pela vigilância sanitária que apreendeu todo o seu produto. E sobre este fato acrescentou que as apreensões ocorreram outras vezes e foram seguidas de multas. Acrescentou que foi advertido e orientado no sentido de vender o leite para as usinas de beneficiamento. E, buscando cumprir a determinação legal, o senhor José passou a vender sua produção às usinas. Essa prática foi inviabilizada, no entanto, em razão da compra do leite ser feita a um preço muito abaixo do mercado e o pagamento ser efetuado mensalmente o que impediu a manutenção de sua atividade que tinha custos diários. Desta forma, desenvolveu novas táticas para voltar a comercializar o leite em residências e comércios optando por entregar o produto em horários em que não houvesse fiscalização, ou seja, ele precisou antecipar o início da atividade produtiva e também o momento da comercialização, que passou a ser efetuada nas madrugadas antes do amanhecer do dia.

Em visita à Agência de Defesa Agropecuária do Ceará – ADAGRI, e conversando com um funcionário do referido órgão sobre a existência de bovinos em Fortaleza, obtivemos a informação de que, por conta de uma campanha visando à erradicação da febre aftosa em todo o Estado do Ceará, procedeu-se ao registro de rebanhos bovinos na cidade (Tabela 02).

TABELA 02- RELATÓRIO DE VACINAÇÃO DE BOVINOS (S) CONTRA A DOENÇA AFTOSA- CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE: 11/2011

Município	Criadores	População de bovinos	Propriedade	Fêmeas*	Vacinados%**
Fortaleza	134	2.762	132	1.899	97,47
Caucaia	979	22.598	953	16.197	91,42
Total	1.113	25.360	1.085	18096	

* a soma refere-se apenas as fêmeas devido à produção leiteira.

** Estão incluídos na vacinação a população total de machos e fêmeas.

Fonte: www.adagri.ce.gov - adaptado pelo autor

A tabela nº 02 que contém dados sobre o relatório de vacinação de bovinos, realizado pelo órgão de defesa agropecuária do Estado de Ceará, no ano de 2011, vem corroborar com a asserção da existência da atividade pecuária no espaço urbano. O registro oficial demonstra haver considerável número de animais sendo criados em Fortaleza (2.762), cuja maior quantidade é constituída de bovinos fêmeas (1.899). Daí inferimos tratar-se, sobretudo, de uma pecuária leiteira. Esta especificidade da criação bovina em Fortaleza corrobora o fato de ainda haver a prática da comercialização do leite *In natura* em bairros periféricos da cidade. O relatório aponta que cerca de 97,47% dos animais são vacinados e que, portanto, há um controle oficial que se aproxima do registro da totalidade do rebanho bovino existente que é de 2.762 bovinos. Esses dados confirmam a presença de vacarias em Fortaleza, conforme constatado em pesquisa de campo, quando buscamos mapear as unidades produtivas localizadas em sua porção oeste (Mapa 04). E, ainda, mesmo não sendo incluídas em nossa pesquisa, existem também diversas vacarias em outros bairros da cidade, reforçando a pertinência dos estudos sobre a permanência das ruralidades no espaço urbano de Fortaleza e quiçá de outras grandes cidades nordestinas e/ou brasileiras.

Apreendemos, com suporte na nossa pesquisa, que os estabelecimentos pecuários, aqui relatados, se encontram em situação de clandestinidade, ou seja, os proprietários não possuem Alvará de Funcionamento. E, ainda, a falta da licença para o funcionamento de uma

determinada atividade implica o seu fechamento de acordo com o Código de Obras e Posturas conforme explicitado a seguir:

Art. 707 – Poderá ser igualmente fechado aquele estabelecimento que exercer atividades clandestinas, sem o competente Alvará de Funcionamento, e em desacordo com a Legislação de Uso e Ocupação do Solo e Código de Saúde e com as exigências da Legislação Federal e Estadual.

Ocorre, porém, um desacordo relativo à legislação vigente, ao constataremos a permanência destas atividades pecuárias em diversos bairros periféricos de Fortaleza. Algumas vacarias que tiveram suas atividades iniciadas nas décadas de 1960 ainda continuam funcionando, como é o caso de uma de destaque localizada no bairro Henrique Jorge. Um morador dali e proprietário de estabelecimento pecuário que migrou sua atividade para o interior do Estado, informou que a fiscalização municipal já esteve neste local diversas vezes, fazendo autuações e, mesmo assim, continua funcionando. Este mesmo senhor, referindo-se ao descumprimento da lei nos disse que “o pessoal vive mandando cartinha para lá e continuam. É mesmo que nada. Eles são fortes”.

A atividade criatória de animais, em zona urbana, tem como referência a lei nº 8966, de 14 de setembro de 2005, que versa sobre o controle de zoonoses e endemias em Fortaleza. Esta lei trata também da criação de animais de interesse econômico, ou seja, quando são destinadas à produção econômica. Em seu Art. 27, fica explícito que “é proibida a criação e a manutenção de animais de espécie suína e ungulados, em zona urbana”.

A nossa pesquisa de campo revelou que em muitos bairros periféricos de Fortaleza, é comum a atividade criatória de suínos e de ungulados (mamíferos que têm os dedos ou os pés revestidos por cascos, ou seja, os animais bovinos, equinos e muares). Ainda, há lugares onde se pratica uma dupla atividade criatória de suínos e bovinos, ocorrendo casos em que o proprietário consegue fazer a conjugação da atividade de criação de aves (galinhas, patos etc) com a de suínos e bovinos. Neste caso de dupla

atividade, há sempre uma que é economicamente a mais rentável, portanto, a principal enquanto a outra é auxiliar ou complementar. O senhor Arturo, médico veterinário e funcionário do órgão de fiscalização de Controle de Zoonoses municipal, responsável pela fiscalização da criação de animais, nos informou que a zona urbana de Fortaleza se destaca na criação de suínos e bovinos. Esta situação é constatada, principalmente, por meio de denúncias telefônicas às ouvidorias das secretarias executivas regionais -SER's e pelo "Fala Fortaleza" (serviço de atendimento via telefonemas gratuitos) e encaminhadas ao centro de controle de zoonoses -CCZ que fiscaliza as ocorrências (Tabela 03).

TABELA 03: NÚMERO DE DENÚNCIAS OBTIDAS E FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE FORTALEZA

FALA FORTALEZA			OUVIDORIAS	
Ano	Realizadas	Não realizadas	Realizadas	Não realizadas
2008	652	1010	86	32
2009	839	1084	121	52
2010	630	810	181	47
TOTAL	2121	3662	388	131

Fonte: Centro de controle de Zoonoses, 2011.

Em visita ao Centro de Controle de Zoonoses, indagamos ao responsável pela fiscalização sobre a existência da criação de animais na cidade, sobretudo de bovinos e as questões legais referentes ao tema. Foi-nos informado que a fiscalização é realizada mediante a ocorrência do registro de denúncias encaminhadas e que, em seguida, a investigação é realizada. Admite, no entanto, que a fiscalização é deficitária em razão da escassez de pessoal, da abrangência territorial de Fortaleza e, quando se efetua a autuação da atividade criatória, acontece muitas vezes de não ocorrer a suspensão da atividade e a remoção dos animais em decorrência da falta de suporte, tanto no que se refere ao transporte quanto à falta de local para a guarda dos animais recolhidos. Segundo o responsável pela fiscalização, a prática da criação de animais de médio e grande porte na zona urbana acontece, sobretudo, nas periferias, como "uma prática cultural dessas

peessoas que saíram do campo mais o campo não saiu delas”, opinando que este é um problema social, uma forma de sobrevivência destas pessoas e que estas atividades estão longe de acabar.

Na Lei Orgânica do Município de Fortaleza, no que se refere à política de desenvolvimento urbano, fica explícito o fato de que o Município deve assegurar “a preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias”.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza- PDDU, em consonância com as determinações da Lei Orgânica do Município, busca preconizar a viabilização da política urbana para o Município da Capital, estabelecendo como instrumento de planejamento urbano, diretrizes e princípios a serem observados. Sobre a existência de atividades agrárias na cidade (áreas de transição rural-urbana), estabelece em seu artigo 19 as seguintes proposições, conforme detalhamento a seguir:

- XI - estimular e favorecer o desenvolvimento de atividades urbanas e agrárias no âmbito do município, notadamente na área definida como de transição;
- XII - estimular a utilização das áreas marginais aos recursos hídricos, como área de produção de alimentos e geração de renda;

Percebemos, portanto que, tanto na Lei Orgânica do Município como no Plano Diretor¹⁶, são feitas referências às atividades primárias existentes na cidade. Portanto, quando se buscou legislar sobre a zona urbana de Fortaleza foi percebido haver a existência das atividades primárias- agrícolas, pecuárias e extrativas- ou seja, atividades que, mediante a divisão social do trabalho são comumente encontradas no meio rural, mas que ainda existem no espaço urbano de Fortaleza. Estas atividades foram incluídas no Plano Diretor como componentes de zonas “marginais” ou de transição, localizadas em lugares sem saneamento básico e de expansão urbana, que contam com atividades consideradas rurais, áreas com características econômicas tanto agrárias como

¹⁶A partir da Lei Complementar Nº 62, de 02 de fevereiro de 2009 e publicada no Diário Oficial do Município em 13 ano de 2009, passou a ser chamado de Plano Diretor Participativo - PDP.

urbanas. Estas atividades rurais são especificadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, como a pesca e apicultura; extração mineral; extração vegetal e agropecuária.

A lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Fortaleza, tendo como base o Plano Diretor, em seu artigo sétimo (art. 7º) considera os bairros Mondubim, Ancuri, Lagoa Redonda, Paupina, Pedras, Prefeito José Walter, Siqueira, Canidezinho e Parque Santa Rosa como compondo uma macrozona de transição em Fortaleza, haja vista contarem com atividades agrárias e urbanas ao mesmo tempo. Estes bairros, nomeados anteriormente, são considerados de transição rural-urbano, por não receberem as melhorias de infraestrutura e de serviços urbanos, configurando-se em uma produção social do espaço urbano em situação de desigualdade em relação aos demais lugares da cidade.¹⁷ O Plano Diretor esclarece que nas áreas de transição os lotes devem ser, no máximo, de 100m² para cada residência, portanto, a densidade ocupacional do terreno é baixa em razão a instabilidade dos terrenos e da precariedade dos serviços de saneamento básico. Constatamos que os bairros pesquisados da porção oeste de Fortaleza também apresentam características rurais e se encontram em situação de precariedade quanto aos serviços de saneamento básico.

Outro problema constatado na manutenção das vacarias em áreas urbanas diz respeito às questões ambientais. Normalmente, no processo de limpeza das unidades pecuárias, a água utilizada é carregada para os corpos hídricos que lhes são próximos. A água que escoar da limpeza das vacarias contém resíduos dos animais (urina e fezes) e que, por não passar por nenhum tratamento, contribui para aumentar a poluição dos rios que cortam a cidade e que já se acham bastante comprometidos por outros poluentes. A limpeza do local é realizada diariamente utilizando-se água obtida em poço profundo existente no próprio local, onde se encontra a vacaria, instrumentos como: motor, tubulações e mangueira que conduzem água até o estábulo. Neste

¹⁷ Sobre o tema das desigualdades espaciais relacionadas ao saneamento básico na cidade de Fortaleza, consultar Bento (2011), que versa sobre a relação entre centro e periferia no Município de Fortaleza sob a óptica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico (dissertação de mestrado).

momento, são lançados os resíduos provenientes das vacarias (urinas e fezes) em rios e riachos da cidade, sem o devido tratamento, o que se configura como uma infração ao Código de Obras Municipal, que normatiza como devem ser direcionados os resíduos líquidos e sólidos na cidade, conforme destaca o artigo a seguir:

Art. 635 – Os resíduos líquidos ou sólidos, de origem doméstica, industrial ou de outra procedência, somente poderão ser lançados nas águas situadas no território do Município, interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, desde que não sejam considerados poluentes e tenham a prévia anuência da Prefeitura e do órgão estadual competente.

Sobre a atividade pecuária e a relação com a vizinhança, constatamos haver casos de convivência mas também de conflito. Os moradores antigos dos bairros que possuem sua residência localizada próximo a uma vacaria com o passar do tempo, aprendem a conviver com a atividade de criação de animais, ao lado de sua casa, acostumando-se com as características da vacaria, conforme pudemos comprovar. A senhora Gilmara, moradora no bairro Henrique Jorge há mais de 40 anos, e que tem sua residência próxima de uma vacaria, relatou que está acostumada com o fato de morar vizinha de uma criação de animais bovinos:

sou uma moradora do bairro Henrique Jorge há mais de 40 anos, cheguei aqui quando o bairro ainda era chamado casas populares, conheci muitas vacarias no bairro, esta aqui (referindo-se a uma vacaria em frente à sua casa) já tem mais de quarenta anos, conheci os antigos donos anteriores a este atual(senhor Antonio Gurjão). As pessoas que passam por aqui sentem este cheiro e se incomodam. Eu não me incomodo mais com o cheiro, aprendi a conviver. (Depoimento da senhora Gilmara, 2011).

Em muitos casos, moradores que residem perto de uma vacaria criam o hábito do consumo do leite *in natura*, repassando-o aos filhos e netos. A senhora Ana, moradora do bairro Henrique Jorge, ilustra este fato, ao nos informar que sua mãe frequentemente comprava leite *in natura* na vacaria ao lado de casa e que servia de alimento para ela e seus irmãos, agora servindo

aos seus netos. Atualmente, mesmo de forma esporádica, sua mãe e ela ainda conservam este hábito do consumo do leite, repassado de filho para os netos.

Diferentemente dos casos de convivência amistosa de residentes próximos das vacarias, contudo, há também relações conflituosas, seja conflitos abertos ou mesmo velados. Constatamos que a reclamação mais comum refere-se ao incomodo provocado pelo odor das fezes e urinas dos animais, sobretudo, no período chamado popularmente de inverno (época do ano em que ocorrem as chuvas no Ceará). No inverno, a água das chuvas mistura-se a fezes e urinas dos animais, potencializando mais ainda o odor. Em razão deste incomodo, são constantes as reclamações aos proprietários dos estabelecimentos e denúncias aos órgãos sanitários responsáveis pela fiscalização, culminando em advertências, multas, e até embargo dos estabelecimentos. Naquelas vacarias que foram fiscalizadas e, por vezes autuadas, os proprietários transferem o gado para municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, ou mesmo para outros bairros periféricos da cidade, recriando assim as práticas rurais cotidianas em outros lugares da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o espaço urbano, abordam comumente as marcas de uma sociedade moderna urbano-industrial e seu modo de vida. O espaços citadino e do campo, foram se diferenciando e constituindo-se em locus particulares com a divisão social do trabalho, contendo uma lógica social específica, com traços, imagens e características próprias que os identificam e os diferenciam.

A artificialização da natureza e a homogeneização do espaço é uma das principais marcas da sociedade moderna urbano-industrial, que provoca a eliminação da natureza “natural”, ou seja, artificializa os ambientes. O espaço é homogeneizado pela lógica da mercadoria e pelo modo de vida urbano-industrial, cabendo-nos, entretanto, entender as contradições que nele se desenvolvem.

O espaço urbano metropolitano tem como características a imensa concentração populacional, a densidade do construído e de um modo de vida perpassado pelo domínio do tempo acelerado e incansável do relógio; dos automóveis transitando, poluindo e congestionando o ambiente e dos trabalhadores deslocando-se massivamente rumo aos seus compromissos laborais. É, também, um lugar que desperta encantamento, além de trazer perspectivas e oportunidades de melhoria de vida para o homem do campo.

Contrapondo-se a esta imagem do urbano, ainda permanecem na cidade de Fortaleza as práticas da bovinocultura e do cultivo de hortaliças, com traços econômicos e sociais típicos do campo impressos na paisagem urbana e em seu cotidiano, atividades estas consideradas “atrasadas” e opostas ao mundo moderno, civilizado, urbano-industrial, configurando, portanto, outra faceta na produção do urbano.

De acordo com Corrêa (1989), a produção do espaço urbano acontece pela ação de vários agentes sociais: os proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos. Compreendemos serem os migrantes, oriundos da zona rural do Ceará, os grupos sociais excluídos que, chegando à Capital e não conseguindo se inserirem no mercado de trabalho (contrato formal e com garantias trabalhistas), por não possuírem habilidades

necessárias a um trabalhador urbano, criaram formas de sobrevivência no chamado setor informal da economia ou, conforme Santos (1978), no circuito inferior da economia urbana. Dentre as formas de sobrevivência do trabalhador, oriundo do campo, estão aquelas ligadas às atividades primárias reproduzidas no espaço urbano por necessidade (sobrevivência) e também por desejo (resgate de práticas tradicionalmente do campo) (MAIA,1994). Estes migrantes, como principais responsáveis pela manutenção das ruralidades na cidade, passaram a reproduzir atividades rurais, sobretudo, nos bairros periféricos de Fortaleza.

As práticas rurais na Capital cearense estão vinculadas à permanência da bovinocultura e do cultivo de hortaliças, mas não se limitam apenas a estas atividades econômicas. Isto porque outras práticas rurais ainda subsistem na Metrópole, a exemplo da criação de pequenos animais em quintais, para consumo doméstico; e que são vendidos na vizinhança e/ou em feiras livres. Registra-se, ainda, com muita frequência, o uso de carroças para transporte de material de construção e para a prestação de serviço de entrega de objetos (o frete). O transporte de propulsão animal é utilizado, especialmente, pela população carente da periferia de Fortaleza na revenda de produtos de utilidade doméstica (desinfetantes, vassouras, panelas etc). Estes trabalhadores ao percorrerem cotidianamente as ruas dos bairros periféricos da porção oeste da cidade, estampam na paisagem marcas de ruralidades.

Atualmente, em Fortaleza, ainda persiste o uso do espaço público por meio do costume corriqueiro de cadeiras nas calçadas ao anoitecer para conversas entre familiares e também entre vizinhos sobre assuntos banais do cotidiano. Não obstante ser mais comum a permanência deste hábito entre os moradores idosos dos bairros periféricos da cidade, constata-se a reprodução também desta forma de sociabilidade entre os jovens que costumam se sentar nas calçadas, seja junto aos seus familiares, seja junto aos seus pares, o que é portanto um hábito que perpassa todas as idades. Consideramos ser esta prática uma sociabilidade típica do campo (meio rural), quando as pessoas se utilizavam dos parapeitos das casas para as conversas cotidianas e que ao se transferirem para a cidade, levaram consigo este costume, adaptando-o ao uso da cadeira nas calçadas. Da Matta (1997) e Martins (2001) compreendem ser este velho costume brasileiro do uso de cadeiras nas calçadas uma delimitação

confusa entre o espaço da rua (público) e o da casa (privado). Para o primeiro, é uma característica da dialética casa-rua no Brasil, já para o segundo é fruto de uma modernidade inconclusa da sociedade brasileira, uma sutileza de uma sociabilidade cotidiana residual rural-urbana.

Encontramos ainda outros resquícios de ruralidades na periferia da cidade, a exemplo da presença das bodegas. Estas nos trazem marcas rurais em sua arquitetura, na forma de organização do ambiente interno destes comércios tradicionais de bairro, que revendem produtos e utensílios típicos do campo. A relação comercial ocorre por meio de contatos informais e de confiança, onde se pratica a venda dos produtos de modo fracionado e na modalidade a prazo, ou seja, com anotações em cadernetas, portanto, diferindo da lógica racional e formal predominante no meio urbano.

As sociabilidades, com características rurais, se materializam na paisagem urbana da metrópole Fortaleza, sendo vivenciadas no cotidiano dos moradores dos seus bairros periféricos. Efetivamente, o conceito de paisagem assume papel fundamental na investigação das ruralidades, ao evidenciar a forma aparente da realidade, revelando e escondendo ao mesmo tempo os fenômenos da materialidade das ações humanas na produção do espaço social. Aliado a este conceito, o de lugar nos trouxe a possibilidade de vivenciar uma dimensão ou particularidade do espaço social, revelando as ruralidades no cotidiano da cidade.

A existência de ruralidades faz parte da constituição do espaço urbano de Fortaleza desde o século XIX, identificadas como especificidades da urbanização da sociedade cearense por historiadores e geógrafos, dentre os quais Macedo e Silva(2000), Girão (1979), Costa(1999), Silva(1992). E, como particularidade do processo de produção do espaço urbano de Fortaleza, temos a presença da população migrante oriunda dos vários rincões do Estado, contribuindo, sobretudo, para o crescimento populacional e constituição do espaço periférico da Capital. Os migrantes trouxeram consigo as práticas típicas do campo, sua forma de trabalho e vida, reproduzindo-as na cidade e, mais especificamente, nos bairros da sua porção oeste.

Percebemos que a localização das atividades rurais possui uma relação com as características ambientais do sítio urbano de Fortaleza, ou seja, com os corpos hídricos que cortam o sítio urbano e formam um arco abarcando os

bairros periféricos onde se encontram localizadas estas atividades rurais, especialmente as vacarias. O caso da atividade da bovinocultura é emblemático, visto ser sua presença marcante na periferia e a maneira como sucede o processo produtivo. Estas unidades produtivas instalam-se próximas aos rios que banham Fortaleza, imprimindo traços rurais na paisagem urbana periférica. A vivência dos sujeitos praticantes da atividade criatória, em seus circuitos produtivos (produção, comercialização e consumo), deixam marcas rurais no seio da cidade, com a figura dos trabalhadores das vacarias em suas formas de trabalho rústico e dos leiteiros transitando pelas ruas da cidade, revendendo o leite *in natura*.

A atividade do cultivo de hortaliças possui, além da peculiaridade de se desenvolver nos interflúvios, o fato de ser praticada em terrenos vazios (vazios urbanos), e/ou em quintais de residências, imprimindo assim na paisagem urbana uma marca característica do campo, isto é, uma paisagem agrícola que relembra o roçado e os canteiros cultivados nos quintais das casas rurais.

A permanência das ruralidades no espaço da metrópole envolve duplo aspecto: a lógica econômica e a questão cultural. Em nosso estudo, privilegiamos as questões mais relacionados ao processo econômico de sobrevivência e os rendimentos da atividade. Não negligenciamos, todavia, as questões culturais e simbólicas relativas às práticas destas ruralidades, pois compreendemos que elas constituem dois lados de uma mesma moeda, em virtude da incontestável imbricação do simbólico com o econômico.

Concluimos, portanto, que, na economia urbana de Fortaleza, ainda persistem as atividades primárias, destacando-se a produção, comercialização e consumo de leite *in natura* e o cultivo de hortaliças, que contribuem para a manutenção destas práticas rurais na cidade, constituindo a formação de um circuito espacial da produção e a formação de um mercado urbano periférico atrelado ao circuito inferior e superior da economia urbana.

As atividades agropecuárias (ruralidades) na cidade, possuem uma lógica de manutenção relacionada ao setor primário da economia. Com efeito, intentamos compreender estas práticas rurais tendo por base a noção de circuito espacial da produção cujo objetivo principal visa a entender a produção, comercialização e consumo de uma mercadoria e sua

especialização, em nosso caso, o leite *in natura* e as hortaliças no espaço intra-urbano de Fortaleza.

Os processos produtivos do leite e das hortaliças têm em comum o fato de serem mercadorias agrícolas produzidas, comercializadas e consumidas, sobretudo, nos bairros periféricos da Capital cearense. Ambas as atividades, em sua quase totalidade, possuem um baixo nível tecnológico, com o uso de ferramentas rudimentares, trabalho manual e com baixa remuneração da força de trabalho que não possui nenhuma qualificação profissional. Os trabalhadores das vacarias e das hortas têm uma relação de trabalho não formal (sem garantias trabalhistas), labutando de sol a sol, sem folgas semanais e com baixa remuneração, e cujo pagamento pelas horas de trabalho se dá, em geral, semanal ou quinzenalmente. E, ainda, muitos destes trabalhadores, por serem oriundos de fora de Fortaleza, trabalhavam anteriormente em atividades agropecuárias e, ao se transferirem para a Capital cearense, em busca de melhores condições de vida e não conseguindo se inserirem em atividades urbanas não encontraram trabalho nas atividades rurais.

Em razão da especificidade de cada produto, ocorre uma diferenciação na lógica produtiva, pois cada um tem sua especificidade. Percebemos, entretanto, semelhanças entre o processo produtivo do leite e o cultivo das hortaliças, no que se refere às tecnologias utilizadas. Em sua lógica produtiva, ambas as atividades primárias (vacarias e hortas), em suas unidades produtivas, se utilizam de técnicas rudimentares, com exceção de uma vacaria no bairro Granja Lisboa, que conta com uma ordenha mecânica, sendo também é o caso de uma unidade produtiva de hortaliças no bairro Serrinha, que utiliza microaspersores na irrigação das plantas.

Em resumo, o circuito produtivo da agropecuária na Metrópole, ou seja, o processo de produção, comercialização e consumo das mercadorias típicas do campo, ocorre nos bairros mais afastados do Centro de Fortaleza, formando, assim, um mercado urbano periférico atrelado ao circuito inferior e superior da economia urbana. Ressaltamos que, no circuito produtivo destas atividades pecuárias, a prática da comercialização do leite *in natura* e da venda das hortaliças é realizada diretamente nas residências e em pequenos comércios de bairro, passando a ser o elemento mais importante na

manutenção das ruralidades expressas na paisagem urbana pela presença das vacarias e hortas e pelas figuras dos leiteiros e verdureiros que transitam pelas ruas da cidade.

As atividades agropecuárias podem ser consideradas pertencentes ao circuito inferior da economia urbana, porém se relacionam ao circuito superior, no momento em que os proprietários das vacarias e hortas compram rações, remédios, sementes, defensivos agrícolas, maquinaria e outras ferramentas de trabalho em comércios especializadas em produtos agropecuários na Metrópole. Relacionam-se, ainda, quando os leiteiros e os verdureiros passam a utilizar motocicletas, como transporte para as suas mercadorias e a contar com o sistema de crédito como auxílio na aquisição de seus meios de transporte. Entendemos que ocorre, neste momento, uma relação direta da atividade rural com o circuito superior da economia urbana.

O desenvolvimento destas atividades rurais na cidade faz surgir convivências e/ou conivências e conflitos gerados pela existência de práticas pouco comuns no urbano. No que tange aos conflitos, existem as legislações que regem a cidade, proibindo a existência de práticas agropecuárias no perímetro urbano, mas o que podemos perceber foi a conivência por parte do Poder Público municipal quanto à fiscalização e ao cumprimento das leis. Os conflitos mais comuns são os de vizinhança, sobretudo, em relação às vacarias e ao incômodo gerado pelo odor oriundo da urina e das fezes dos animais, muito característico desta atividade, produzindo, por sua vez, conflitos velados e também abertos quando os moradores denunciam aos órgãos responsáveis a atividade ilegal. Foram constatados, porém, casos de convivência amistosa quando o morador não reclama indicando que ele aprendeu a conviver com o problema.

Podemos concluir em um trabalho desta natureza, além dos já citados, o idílico e poético do leiteiro e do verdureiro, suas figuras, a mobilidade do trabalho (rural-urbano), seus cotidianos permeados de criatividade, sociabilidades e ambiguidades entre o rural e o urbano. Deixamos estas outras questões para refletir: seriam estas características próprias da sociedade latino-americanas, em nosso caso, da sociedade brasileira, e, mais especificamente, cearense. Conforme Canclini (2003), haveria uma hibridez cultural? Ou, como afirma Latour (1994), que jamais fomos modernos, visto que

os ideais da Modernidade (igualdade, liberdade, fraternidade, estado laico, sociedade democrática, definição clara entre o espaço público e o privado, dentre outros) não se realizaram plenamente em países centrais, menos ainda nos países periféricos do sistema capitalista, como é o caso do Brasil? E, ainda, que devemos pensar o mundo não por meio de dualidades, antagonismos e antíteses irreconciliáveis, mas por hibridez? Seria, como anota Martins (2001), que em nossa sociedade brasileira haveria uma modernidade inconclusa com um modo de vida urbano em formação, cheio de ambiguidades no cotidiano, por isso permeado de ruralidades?

Milton Santos (2006), ao pensar sobre a sociedade e o seu espaço, nos ensina que a natureza do espaço produzido socialmente se mostra como um híbrido. Desse modo, a formação socioespacial brasileira traz marcas de uma hibridez rural-urbana. Em Fortaleza, constatamos esta realidade, uma vez que seu espaço está permeado de ruralidades e urbanidades. Por isso, poderíamos acentuar com base em Lefebvre (2001), que estas práticas rurais são ‘resíduos ou ilhas de ruralidades’ pertencentes ao tecido urbano de uma sociedade que se urbaniza e cuja produção social de seu espaço exprime características contraditórias, como ocorre com a formação da sociedade dos países periféricos do capitalismo. No caso de Fortaleza, as ruralidades por meio da manifestação das sociabilidade e práticas rurais, que ainda subsistem, especialmente, na periferia do seu espaço urbano.

Em síntese, categorias e conceitos como ruralidades, paisagem e lugar nos auxiliaram na compreensão da realidade, vivenciada no cotidiano e materializada na paisagem urbana de uma metrópole brasileira como Fortaleza. Muitas, contudo, foram as dúvidas no percurso da pesquisa para chegarmos a estas práticas rurais e aos seus sujeitos praticantes. As práticas rurais permanecem sendo reproduzidas na cidade, especialmente por meio de populações oriundas da zona agrícola do Estado que, ao se tornarem residentes dos bairros periféricos de Fortaleza, passaram a ser produtores, revendedores e consumidores do leite *in natura* e de hortaliças, formando um mercado urbano periférico em um circuito espacial da produção de mercadorias agropecuárias no espaço urbano. Os trabalhadores rurais que praticam as atividades agropecuárias na cidade recriam lugares rurais que podem ser visualizados e percebidos na paisagem urbana da metrópole Fortaleza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: **Ceará: um novo olhar geográfico**. SILVA, José Borzachiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; Dantas, Eustógio Wanderley Correia; SOUZA, Maria Salete de...(org), 2.ªed. Atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

Atlas de Fortaleza 2000. Adelita Neto CARLEIAL e Ana Maria MATOS (org.), Fortaleza: EDUECE, 2010.

ARROYO, Mônica. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: **Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos: obra revisitada**, Ana Fani Alessandri, CARLOS (Org). São Paulo, EDUSP, 2001.

BENTO, Victor Régio da Silva. **Centro e periferia em Fortaleza sob a ótica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2011 (Dissertação Mestrado)

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre paisagem e a geografia**, tradução: Vladimir Bartolini, São Paulo: Perspectiva, 2006.
Bento, Victor Régio da Silva

BRAUDEL, Fernand. As cidades. In: **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. Tradução Telma Costa, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégia para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloiza Pezza Citrão, Ana Regina Lessa, tradução prefácio, 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. São Paulo: Editora.34, 2001.

CAMPOS, Eduardo. **Os vizinhos**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

_____. **A (Re) produção do Espaço Urbano**. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CASTILO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade**

& **Natureza**, Uberlândia, n.22, p. 261-474, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n3/04.pdf>
Acessado em Dezembro de 2011.

CICOURUEL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba.(org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980, p. 87-121.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2 edição. Rio de Janeiro, Editora: Bertrand Brasil, 1991

CÓDIGO DE OBRAS E POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.-Lei n.º 5.530 de 17 de dezembro 1981. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/pgm/arquivos_conteudos/copmf.pdf acessado em: dezembro de 2011.

COSTA, Maria Clélia. A urbanização da sociedade cearense, In: **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. DAMIANI, Amelia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima(Org.), São Paulo:Contexto 1999.

_____. **A cidade e o pensamento médico** :uma leitura do espaço urbano, Revista de Geografia da UFC -Mercator, ano 01, número 02, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4º Ed, Editora Guanabara Kooan, 1991.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.

DURÁN, Francisco Entrena. Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro (11): 76-98, out. 1998. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=121&vT=da&vA=286>
Acessado em março de 2011.

FARBETTI, Giancarlo Livman. **Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade –campo:do modelo clássico ao novos modelos**. revista científica: AGRÁRIA, São Paulo, Nº 5, pp. 139 - 169, 2006

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**.Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº9, pp65-83,jul/dez 2000.
Disponível em: www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_5_ferreira.pdf,. Acessado em janeiro de 2012.

FORTALEZA: Fortaleza em números. Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA, 2007.

FREITAS, Nilson Almino de. Cotidiano e praticas urbanas: reflexões metodológicas sobre a pesquisa na cidade. In: **Leituras e Saberes sobre o urbano: Cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Holanda, Virginia Celia Canvalcante de; Amora, Zenilde Baima(orgs),Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O horizonte humanista. In: **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1996.

GÓMEZ, Sergio. ¿Nueva Ruralidad? Un aporte al debate. Estudos Sociedade e Agricultura, 17, outubro 2001.p. 5-32.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSCVol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo:Martins Fontes,2000.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos** : ensaio de antropologia simétrica *Trad. Carlos Irineu da Costa*,Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994152 p. (Coleção TRANS)

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **De lo rural a lo urbano**. Trad. Mario Gaviria, 4ª edicion, ediciones Peninsula, 1978.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, Núcleo Geografia da UFMG (do original: La production de l'espace.4ª Ed. Paris:Editora Antropos,2000): primeira versão; inicio- fev.2006.

USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA- Lei nº 7987 de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>. acessado em: dezembro de 2011.

LEITE, Adriana Filgueira. **O Lugar: duas Acepções Geográficas**. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ. Volume 21, 1998. Disponível em: www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf acessa em janeiro de 2012.

LEMENHE, José Antônio O.P. Paisagem Urbana e Utopia. In: Silva, José Borzachiello da (org). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: UFC,1997. 316 p.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural no urbano: uma análise do espaço urbano de Imperatriz**, MA: Ética, 2008.

MACÊDO, Antônio Luiz e SILVA, Filho. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: **Comportamentos**. Souza, Simome de; Neves, Frederico de Castro(org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 17, n. 49 - São Paulo, junho de 2002. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/artigos.html> Acessado em outubro de 2011.

_____. O (velho e bom) diário de campo. **Revista Sexta-feira n. 1**, maio de 1997, São Paulo. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/artigos.html> Acessado em outubro de 2011.

MAIA, Doralice Sátyro. **O Campo na Cidade: Necessidade e desejo** (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB), Florianópolis, 1994. (dissertação de mestrado).

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas In: **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima(Org.), São Paulo: Contexto 1999.

_____. Currais e Vacarias na Cidade. **Mercator** - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará-UFC. Ano 04, número 07, 2005. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/> Acessado em: janeiro de 2011. Acessado em: fevereiro de 2011.

_____. Costumes rurais na cidade: um estudo sobre os migrantes rurais na cidade de João Pessoa-PB. In: HEIDEMAN e SILVA(org). **Coletânea de textos do Simpósio Internacional – Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

_____. **Desvendando o campo na cidade: Notas metodológicas**. GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010. pags. 35-57. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4830/3588> Acessado em: Julho de 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. introdução: Os Argonautas do Pacífico Ocidental. In: **Ethnologia**, n.s., nº 6-8, 1997, p.17-37. Acessado em março de 2011 Disponível em: http://www.4shared.com/document/5Pp4khsX/MALINOWSKI_Bronislaw_-_Os_Argo.html Acessado em: Julho de 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista científica: Terra Livre, São Paulo Ano 18, n. 19 p. 95-112 jul./dez. 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, tradução: Frank Muller, São Paulo, Martin Claret, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

MONBEIG, Pierre. **Paisagem, Espelho de uma Civilização**. Revista Eletrônica-Geographia, ano 6, nº 11, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Revista paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006. site: http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/rev_pr_111_roberto.pdf acessado em 2011.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE FORTALEZA. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/pgm/arquivos_conteudos/pddu.pdf acessado em: dezembro de 2011.

QUIRINO, Jessier. **Paisagem de interior**. Recife-PE: Gravadora Bagaço. CD. V.1, 2001.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**, Uberlândia: Assis, 2009.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 45-66, 2005.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Paisagem e Geografia. **Revista Científica Finisterra**, XXXVII, 72, 2001. pag.37-53.

SANTANA, Antônia Neide Costa. Sobre o rural e sobre o urbano. In: **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de e AMORA, Zenilde Baima (orgs.), Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

_____. **Pequenas cidades do Ceará no desencontro do urbano e do rural: Groaíras e Meruoca em Discussão**, Niterói, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. (Tese de Doutorado)

SANTOS, Ana Cristina Silva. **A vida cotidiana na periferia de Londrina: Estratégia de sobrevivência e redes de sociabilidade**. In: Caderno CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbano, n.1 (mar.1968)- São Paulo: CERU/ USP, n.14, 2003. Pag. 241-256.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: **A Construção do Espaço**, SOUZA, Maria Adélia A; SANTOS, Milton. São Paulo: Nobel, 1986.

_____ e SILVEIRA, Maria Laura. **Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6º ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia**. Revista RAEGA, Editora UFPR, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003..

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: **Campesinato e Territórios em Disputa**. Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmílson(org.)1ª ed., São Paulo, Expressão Popular:UNESP, programa de pós- Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, José Borzachiello. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**; Fortaleza: Multigraf, 1992.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**, 6ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.), 1ª edição, São Paulo:Expressão Popular, 2006.

SOTO, William Héctor Gómez. **Subúrbio, periferia e vida cotidiana**. Revista Científica: Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, 2008. Pag. 109-131.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Diagnostico Geoambiental de Fortaleza: subsídios ao macrozoneamento ambiental e a revisão do Plano Diretor Participativo- PDPFor. SOUZA, Marcos José Nogueira [et al.].Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

SIMMEL. Georg. **A Filosofia da Paisagem**. Tradução de Artur Mourão, Convilha, Lusofia: Express,2009. Disponível em: www.lusofia.net acessado em agosto de 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Urbanização da Sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. DAMIANI, Amelia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; LIMA, Seabra Odette Carvalho de (Org.), São Paulo: Contexto 1999. p 83-98.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: **O fenômeno urbano** VELHO, Octavio Guilherme (org.). Rio de Janeiro: Zahar,1967, p. 97-122.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

APÊNDICE

I- Roteiro de entrevista – Dono de vacaria e horta

1. O senhor é nascido onde? Cidade: Quando veio para Fortaleza? Ano? porquê?
2. Quando começou a criar gado (ou cultivo de hortas) na cidade? Ano? porquê
3. Como o gado foi trazido para a cidade?
4. Qual a quantidade de gado inicial e a atual?
5. Como foi escolhido esse lugar para a criação do gado (ou do cultivo)?
6. Este terreno é: Próprio () alugado() cedido() arrendado() outro
7. Qual o Tamanho dessa propriedade?
8. Essa atividade é costume de família (avôs, pai eram criadores ou plantadores)?

Sim() Não() onde? O senhor tem outra atividade?

Sim() Não () qual(is)?

9. Filhos ou parentes trabalham nesta atividade?

Sim () Não () quantos?_____

10. Possui empregado(s) com carteira assinada?

Sim () Não() Quantos?_____

11. Qual a produção diária? leite_____ verduras_____.

12. Que tipos de hortaliças são cultivadas aqui?

13. Sobre a comercialização (leite/ verduras):

a) Para quem vende?

b) Onde é vendido?

c) Quais os principais compradores?

d) A venda é: em dinheiro () fiado () outro

14. O senhor também comercializa a carne e outros produtos daqui?

Sim () Não () quais?

15. Há beneficiamento do leite e a venda dos produtos aqui?

Sim () Não() porquê?

16. Quais as principais dificuldades em manter essa atividade na cidade?

17. Como é a relação desta atividade com a vizinhança?

18. Este estabelecimento possui alvará de funcionamento? Sim () Não()

19. Qual imposto territorial é Pago?

() IPTU - Imposto Territorial Urbano

() ITR - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural?

20. Já houve a visita da fiscalização da prefeitura no local? Sim() Não ()

II- Roteiro de Entrevista- Leiteiro/verdureiro

1. O senhor é nascido onde? Cidade:

2. Quando veio para Fortaleza? Ano? porquê?

3. Quando começou a vender leite (ou hortaliças) na cidade? Ano? Porquê

4. Essa atividade é costume de família (avôs, pai vendiam leite ou verduras)?

Sim () Não() onde?

5. Há quanto tempo você trabalha nesta atividade?Anos

6. O senhor tem outra atividade?

Sim () Não () qual(is)?

7. Já trabalho em outra atividade com carteira assinada? Sim () Não ()

Onde? Quando?

8. Sobre a compra do leite:

a) Ela é feito sempre na mesma vacaria () em várias vacarias() onde?
porque?

b) A compra é feita () A vista () a prazo Porquê? Qual a quantidade
diária de leite vendido? _____litros dia.

9. A comercialização é feita onde e como?

10. Como foi adquirindo a sua clientela de compradores do(as) leite/ verduras?

11. O leite e vendido para os clientes: em dinheiro() a prazo() outra forma()

12. O senhor revende: somente em domicílios() em comércio também()

Qual(is) Em que bairros?

13. Houve aumento ou diminuição de clientes nesse ano?

14. Na sua opinião, quais as principais dificuldades em manter essa atividade
na cidade?

III- Roteiro de entrevista - trabalhador da vacaria/horta.

1. O senhor é nascido onde? Cidade: Quando veio para Fortaleza? Ano?
Porquê?

2. Quando começou a trabalhar em vacaria (e Hortas) na cidade? Ano?
Porquê?

3. Essa atividade é costume de família (avô, pai trabalhava nesta atividade)?

Sim () Não() onde?

4. Há quanto tempo você trabalha nesta atividade? Anos? Por quê

5. O senhor tem outra atividade? Sim () Não () qual(is)? Onde?

6. Já trabalho em outra atividade com carteira assinada? Sim() Não ()
Onde? Quando?

7. Em quantas vacarias na cidade você já trabalhou? Onde?

8. O senhor sobrevive apenas dessa atividade? Sim () Não()

9. O senhor trabalha em vacaria com carteira assinada? Sim () Não ()

10. Como é feita a remuneração? Semanal() quinzenal() mensal()

11. O senhor já trabalhou (ou trabalha) em outra atividade com carteira assinada? Onde e quando?

12. Qual sua opinião sobre seu trabalho.